



GESIEL DE OLIVEIRA VICENTE

**DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO AOS RECURSOS
HUMANOS DOS BANCOS LOCALIZADOS NO BRASIL, NO
TRIÊNIO 1998-2000: análise comparativa**

Brasília, DF
2003

GESIEL DE OLIVEIRA VICENTE

**DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO AOS RECURSOS
HUMANOS DOS BANCOS LOCALIZADOS NO BRASIL, NO TRIÊNIO
1998-2000: análise comparativa**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis do Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis – área de concentração “Mensuração Contábil”, linha de pesquisa “Balanço Social” – da Universidade de Brasília, da Universidade Federal da Paraíba, da Universidade Federal de Pernambuco e da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Orientador:

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Lustosa

Brasília, DF

2003

FICHA CATALOGRÁFICA

S000a2 VICENTE, Gesiel de Oliveira
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO
AOS RECURSOS HUMANOS DOS BANCOS
LOCALIZADOS NO BRASIL, NO TRIÊNIO 1998-2000:
análise comparativa/Gesiel de Oliveira Vicente, Brasília:
UnB, 2003.

103 p.

Dissertação – Mestrado
Bibliografia

1. Contabilidade 2. Valor Adicionado 3. Balanço
Social 4. Responsabilidade Social 5. Instituições
Financeiras

CDU:000.00

FOLHA DE APROVAÇÃO

GESIEL DE OLIVEIRA VICENTE

DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO AOS RECURSOS HUMANOS DOS BANCOS LOCALIZADOS NO BRASIL, NO TRIÊNIO 1998-2000: análise comparativa

Dissertação apresentada ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Universidade de Brasília, como requisito parcial, à obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis – área de concentração “Mensuração Contábil”, linha de pesquisa “Balanço Social” – do Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da UnB, UFPB, UFPE e UFRN, aprovada pela Comissão Examinadora:

Professor Doutor Paulo Roberto Barbosa Lustosa	Presidente (UnB)
Professor Doutor Jorge Abrahão de Castro	Examinador Interno (UnB)
Professor Doutor Ariovaldo dos Santos	Examinador Externo (FEA/USP)
Professor Doutor Marco Tullio C. Vasconcelos	Examinador Interno (suplente) (UnB/UFPB/UFPE/UFRN)

Brasília, DF, 21 de fevereiro de 2003

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelos ensinamentos das palavras sagradas, que me deram ânimo para a realização deste trabalho.

À minha amada esposa Juciara, pelo incentivo, carinho, amor e fonte de estímulo durante o desenvolvimento da pesquisa.

Às minhas filhas Letícia e Isabella, pelas preciosas horas de lazer subtraídas em proveito deste estudo.

A meus pais, que me deram ensinamentos de vida e encorajaram-me, ainda que o obstáculo fosse de difícil transposição.

Ao Professor Doutor Paulo Roberto Barbosa Lustosa, meu orientador acadêmico, pelos incentivos para a realização de trabalhos de pesquisa, não medindo esforços durante as orientações.

Ao Professor Doutor Jorge Katsumi Niyama, Coordenador do curso de Mestrado, do núcleo da Universidade de Brasília, pelo incentivo e apoio ao longo do curso.

Aos colegas do mestrado e do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Universidade de Brasília, pelas experiências compartilhadas.

A todos que, de alguma forma, colaboraram para a realização deste trabalho.

*Ó Senhor, quão variadas são as tuas obras!
Todas coisas fizeste com sabedoria; cheia está a
terra das tuas riquezas.*

(Salmos 104, 24)

RESUMO

Este estudo visa a entender a distribuição do valor adicionado para os recursos humanos dos bancos públicos federais, dos estaduais e dos bancos privados, durante o período de 1998 a 2000, considerando que a sociedade – por intermédio de seus representantes – tem apresentado os seus anseios e necessidades de ser informada sobre a responsabilidade social das organizações humanas em geral. Destaca-se a importância dos bancos, que prestam relevantes serviços e benefícios à sociedade. A Demonstração do Valor Adicionado – como complemento do Balanço Social – apresenta informações de geração e distribuição de riqueza, por meio das informações macroeconômicas não encontradas nos relatórios contábeis tradicionais divulgados pelas empresas. O estudo foi desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica e documental, focalizando as discussões acadêmicas referentes à apuração do valor adicionado e a sua distribuição. Os dados coletados foram obtidos nas demonstrações contábeis dos bancos públicos e nas Demonstrações do Valor Adicionado dos bancos divulgadas pela Federação Brasileira das Associações de Bancos e analisados por meio de teste estatístico, levando-se em conta o modelo próprio, divulgado por aquela Federação.

Palavras-chave: Contabilidade; Valor Adicionado; Balanço Social; Responsabilidade Social; Instituições Financeiras.

ABSTRACT

This study seeks to understand the added value distribution for human resources in federal, state, and private banks, during years 1998 to 2000, considering that society – through its representatives – has been presenting its claims and needs of being informed about the social responsibility of human organizations in general. It is pointed out that banks attend society in terms of delivering services and benefits to it. The Added Value Statement – as a complement of the Social Balance Sheet – discloses information on wealth creation and distribution not found in the traditional accounting reports published by the companies. This study was developed based on bibliographical and documental research, focusing on the academic discussions related to the appraisal added value and its allocation. The collected data were obtained from accounting statements of public banks and from the added value statements of the banks, published by the Brazilian Federation of Bank Associations and analyzed using statistical tests, with the use of the proper model published by that Federation.

Key words: Accounting; Added Value; Social Balance; Social Responsibility; Financial Institutions.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 REVISÃO DA LITERATURA	15
2.1 Responsabilidade Social	15
2.2 Evolução Histórica do Balanço Social no Brasil	16
2.3 O Balanço Social	20
2.4 Demonstração do Valor Adicionado	25
2.4.1 O Conceito de Valor Adicionado	27
2.4.2 O Valor Adicionado da Empresa	31
2.4.3 Apresentação da Demonstração do Valor Adicionado	33
2.4.3.1 Apuração do Valor Adicionado	33
2.4.3.2 Distribuição do Valor Adicionado	37
2.4.4 Demonstração do Valor Adicionado dos Bancos	43
3 METODOLOGIA	46
3.1 Hipótese	47
3.2 População e Amostra	47
3.3 Tratamento dos Dados	47
3.4 Modelo de DVA Utilizado na Pesquisa	49
3.5 Núcleo Básico da Pesquisa	53
3.6 Instrumento de Análise Estatística Utilizado	54
3.7 Limitações Metodológicas	55
4 ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA	57
4.1 Valor Adicionado Total do Núcleo Básico da Pesquisa	57
4.2 Distribuição do Valor Adicionado aos Acionistas	59
4.3 Lucro Retido	60
4.4 Remuneração do Capital Próprio	62
4.5 Distribuição do Valor Adicionado ao Governo	63
4.6 Depreciação e Amortização	64
4.7 Distribuição do Valor Adicionado aos Recursos Humanos	66
4.8 Resultado da Pesquisa: verificação da hipótese	67
5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	71
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	74
APÊNDICE A	80
APÊNDICE B	97
APÊNDICE C	98
ANEXO	103

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, tem-se constatado crescente preocupação das empresas em realizar gastos que contribuam para a qualidade de vida de seus funcionários e da comunidade em geral. Nesse sentido, medidas de diferentes naturezas têm sido tomadas com o propósito de estimular e de evidenciar tais práticas.

Este estudo vincula-se ao tema Balanço Social, sob a perspectiva de analisar, nos anos de 1998 a 2000, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) dos bancos localizados no Brasil, uma vez que a atividade realizada por essas instituições tem peso, significativo na renda nacional.

Niyama (2000, p. 15) diz que “parece ser indiscutível a importância das Instituições Financeiras como agentes da circulação da riqueza nas modernas economias de mercado”.

Em vários países, a discussão sobre o papel social das empresas, enquanto agentes participantes do processo de desenvolvimento humano, tem merecido destaque, refletindo no tema Balanço Social. Ele é entendido como um instrumento – composto por vários relatórios –, que evidencia a responsabilidade social das organizações. Esses relatórios sociais têm enfoques específicos e apresentam informações para usuários diferenciados.

Sob o prisma da abordagem sociológica, a Contabilidade procura atender às exigências informativas da sociedade representada por diversos usuários. Nas últimas décadas, o tema Balanço Social tem sido objeto de debate em inúmeros congressos e seminários, em virtude da tendência crescente de sua elaboração e publicação. Esse se propõe a evidenciar as iniciativas e práticas sociais desenvolvidas pelas organizações. Contudo, as informações obtidas não revelam uma compreensão harmônica para o que vem a ser a causa social, refletindo na desuniformidade no conteúdo e na forma do demonstrativo.

A Demonstração do Valor Adicionado, como parte do Balanço Social, fornece informações sob o enfoque socioeconômico, viabilizando a ligação da contabilidade financeira com a contabilidade social.

A responsabilidade social na gestão dos negócios e na satisfação dos credores, acionistas, clientes e de todos os *stakeholders*, aliada ao atendimento de metas e objetivos vinculados à função social das organizações, deveria ser o ponto chave da atividade empresarial. Contudo, essa atitude ainda é uma preocupação incipiente.

O Governo, para cumprir sua função social, se faz presente no setor financeiro, o qual ocupa posição de destaque na economia do País. Os bancos privados compartilham com os bancos públicos os serviços de intermediação financeira e prestação de serviços, ganhando por isso tarifas, juros e taxas. Parcela menor dos recursos dos bancos privados é direcionada para o crédito e para a produção, ficando para os bancos federais e estaduais essa tarefa, inclusive com emprego de recursos próprios.

No Brasil, muito tem se questionado sobre a atuação dos bancos públicos federais, a exemplo do que vem sendo feito com os bancos estaduais, no que se refere às privatizações ocorridas nos últimos anos, frente ao novo modelo institucional destes bancos.

Martins, E. (1993) destaca a importância social e econômica dos bancos, qual seja a de facilitar e possibilitarem que outras organizações produzam renda, realizando a sua função de intermediador entre o produtor e o poupador – que é o agente econômico que fica com parte da renda gerada pelo produtor. Dessa forma, os bancos são remunerados pela realização dessa intermediação financeira, apesar de não gerarem renda, nesse tipo de atividade.

Tinoco (2002) aponta que o valor adicionado é uma das maneiras de se analisar o desempenho social e econômico das organizações, no sentido de informar a agregação e a forma como esse valor está sendo distribuído entre os diferentes agentes sociais que interagem com suas atividades.

As divulgações das DVAs que vêm sendo utilizadas por empresas brasileiras, e os debates realizados por pesquisadores e entidades que se interessam pelo assunto, ilustram a importância desse tema.

A evolução conceitual e metodológica da Demonstração do Valor Adicionado como parte do Balanço Social depende do seu aperfeiçoamento em benefício de seus usuários. Este estudo enquadra-se nesse aprimoramento na medida em que procura estabelecer uma análise comparativa do instrumento à realidade dos bancos públicos federais e dos estaduais e dos bancos privados.

Nos seus anseios e necessidades, a sociedade brasileira tem cobrado do governo o cumprimento do seu papel social. A presença do governo no setor financeiro é importante para estimular a concorrência, no intuito de que sejam oferecidos aos usuários e à população em geral melhores serviços a preços mais baixos.

O Sistema Financeiro Nacional conta com a participação da União, por meio de cinco instituições financeiras: Banco do Brasil (BB), Caixa Econômica Federal (CEF), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e Banco da Amazônia (BASA). Os estados participam do segmento bancário com dez instituições financeiras.

As instituições financeiras públicas podem ser analisadas em conjunto, por terem o objetivo principal de auxiliar o Governo no desenvolvimento socioeconômico. Contudo, para serem inseridas em um contexto mais amplo, como um conjunto de bancos, deve-se entender que as instituições financeiras federais possuem características distintas entre si e em relação às instituições financeiras estaduais.

Luca (1998) considera o setor das instituições financeiras o mais distinto com relação ao aspecto de geração de valor, devido ao serviço de intermediação financeira exercida pelos bancos ser tratada de forma diferenciada dos demais setores. A intermediação financeira é considerada na distribuição do valor adicionado como parte da riqueza criada pelo banco. Todavia, a intermediação financeira não é considerada no cálculo da riqueza criada na economia nacional.

A destinação diferenciada dos bancos públicos, em relação aos bancos privados, influi direta e mutuamente na análise dos dados de agregação e na distribuição de valor. No entanto, interpretar dados acumulados de instituições diferentes (que possuem diferentes operações), com exceção das atividades comerciais, e chegar a resultados que permitam determinar qual segmento agrega ou distribui mais valor adicionado é uma informação importante para responder os questionamentos dos dias atuais a respeito da utilidade dos serviços prestados à sociedade pelos bancos públicos.

Pesquisas fornecidas a investidores e a clientes dos bancos têm permitido acesso a informações que possibilitam a avaliação da performance dos bancos, analisando o crescimento das instituições no segmento em que atuam, mediante a análise de indicadores de rentabilidade e de desempenho. Dessa forma, a concorrência incentiva os bancos públicos a se tornarem mais eficientes, rentabilizando o capital do acionista. Em alguns casos, os bancos públicos estaduais têm caminhado para o processo de privatização. Nesse momento, o cumprimento do papel social dos bancos públicos – em promover o desenvolvimento socioeconômico por meio da geração e distribuição de riqueza – é relevado em segundo plano.

Nesse contexto, o debate sobre a questão social de agregação e distribuição de valor fornecida pela DVA e o conhecimento sobre o Balanço Social têm despertado o interesse crescente da comunidade acadêmica, empresarial e de entidades da sociedade civil. A Federação Brasileira das Associações de Bancos (FEBRABAN), alinhada com esse interesse, tem divulgado, desde 1993 – na publicação Balanço Social dos Bancos, onde são consolidados os dados dos bancos que atuam no território brasileiro, de forma a tornar público como os bancos encaram a sua responsabilidade social –, a Demonstração do Valor Adicionado.

Os bancos privados não têm muito interesse em atuar diretamente no financiamento da agricultura, da habitação, do saneamento, do desenvolvimento regional e dos projetos privados de longa duração, de retorno demorado. Contudo, o Governo Brasileiro, como ente representativo da sociedade, necessita atuar nesses financiamentos e projetos, por meio dos bancos públicos. Esses são instrumentos de execução da administração pública a qual estão vinculados, seja federal ou estadual.

Os aspectos levantados permitem examinar inúmeras questões sobre o tema. Por isso a DVA é enfocada como parte integrante do Balanço Social para levantar o debate sobre a comparabilidade entre bancos públicos e privados, enquanto instrumento voltado para a evidenciação da agregação e distribuição de valor. Levantada a questão, cabe indagar: como é realizada a Distribuição do Valor Adicionado para os recursos humanos nos bancos privados, bancos públicos federais e bancos públicos estaduais no Brasil?

A expectativa presente nesta indagação parte das convergências e divergências que possam ser observadas entre os modelos conhecidos de demonstração de valor adicionado e os quesitos informativos requeridos pelas instituições financeiras para a execução desta tarefa. A perspectiva do estudo, portanto, é entender o comportamento dos segmentos de bancos em termos de distribuição de valor para os seus recursos humanos e, quando de sua operacionalização, descrever eventuais desuniformidades em termos de conteúdo e forma.

O problema objeto deste estudo vale-se do conjunto de informações contábeis divulgadas pelos bancos públicos e da DVA divulgada pela FEBRABAN – que utiliza modelo próprio, abrangendo quase a totalidade dos bancos públicos e privados brasileiros. Esse modelo incorpora certas peculiaridades das instituições financeiras, e é essencialmente um rearranjo da Demonstração do Resultado, evidenciando o desempenho social e econômico das

entidades. Como referencial teórico utiliza as concepções do Balanço Social, enquanto instrumento da Contabilidade destinado à evidenciação da atividade social das entidades.

Observando as muitas variáveis que podem revelar o desempenho socioeconômico de uma instituição financeira, o estudo está restrito àquelas que demonstram os propósitos da DVA em divulgar a distribuição de riqueza. Desse modo, a ênfase recai sobre o resultado do desempenho dos bancos nas evidenciações de suas informações inseridas nas demonstrações contábeis do período estudado.

A abordagem empírica deste trabalho contempla a DVA elaborada a partir das demonstrações contábeis divulgadas pelos bancos públicos analisados, bem como as notas explicativas às demonstrações contábeis e os relatórios de administração, utilizados para a evidenciação das informações das atividades identificadas dos bancos, que delimitam este estudo, completam o quadro de análises

O estudo está limitado à análise das relações existentes, nas DVAs, da destinação do valor adicionado aos recursos humanos nos bancos públicos federais, nos estaduais e nos bancos privados. Os processos de reestruturação da DVA para os segmentos dos bancos considerados não foram objeto de estudo.

O objetivo geral deste trabalho é entender a distribuição do valor adicionado aos recursos humanos dos bancos públicos federais e dos estaduais e dos bancos privados, com base nos conceitos da DVA.

Como objetivos específicos, consideram-se os seguintes:

- compreender os principais elementos que devem ser considerados na elaboração da DVA;
- identificar as características da DVA para bancos;
- analisar a evolução histórica, nos anos de 1998 a 2000, da DVA consolidada dos bancos públicos federais e dos estaduais e dos bancos privados;
- descrever a distribuição do valor adicionado para os fatores econômicos, tendo como foco principal a riqueza destinada aos recursos humanos;
- testar a igualdade ou diferença estatística das médias das distribuições do valor

adicionado para os recursos humanos dos bancos públicos federais e dos estaduais e dos bancos privados.

Esta dissertação está estruturada em cinco capítulos, demonstrando como os bancos públicos federais e estaduais e os bancos privados destinam o valor adicionado aos seus recursos humanos.

O primeiro capítulo – a Introdução – apresenta a contextualização do tema, a definição dos objetivos do estudo.

No segundo capítulo, encontra-se a revisão da literatura, apresentando os estudos existentes sobre o tema, com o objetivo de fundamentar a pesquisa sobre os aspectos do Balanço Social e os aspectos pertinentes à DVA.

No terceiro capítulo é demonstrada a metodologia da pesquisa empírica-analítica.

O quarto capítulo apresenta o modelo utilizado na pesquisa, a descrição dos dados investigados e a análise da riqueza criada pelos bancos, distribuída aos seus recursos humanos, tendo como base a comparação entre a agregação e distribuição de riqueza dos bancos públicos federais e dos estaduais e dos bancos privados.

O quinto capítulo é dedicado às conclusões e recomendações.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Este capítulo tem por objetivo apresentar a revisão da literatura existente sobre o tema deste trabalho, focalizando o apoio teórico do assunto Balanço Social – considerando tratar-se de documento oriundo das finalidades informativas da Contabilidade, da evidenciação da responsabilidade social e da importância para as organizações brasileiras. É focalizada, também, a evolução histórica, os modelos vigentes e a Demonstração do Valor Adicionado, bem com a conceituação teórica do valor adicionado.

2.1 Responsabilidade Social

O mundo globalizado exige, cada vez mais, dos dirigentes de organizações, atualização permanente quanto aos instrumentos de gestão, a fim de que os negócios se mantenham competitivos. Para tanto, a classe empresarial, o governo e as entidades filantrópicas buscam subsídios nos relatórios e indicadores econômicos, financeiros e sociais. Nesse contexto, os relatórios e indicadores de natureza social começam a ganhar destaque, tendo em vista que a responsabilidade social praticada começa a ser informada com a elaboração e a divulgação do Balanço Social por um número razoável de entidades.

A responsabilidade perante a sociedade é enfatizada por princípios empresariais que estabelecem o compromisso dos colaboradores com a comunidade em que a empresa atua. Tal postura reforça o comportamento ético, assegurando o cumprimento da legislação e da regulamentação governamental em um contexto de permanente interação com a comunidade. (TACHIZAWA, 2002, p. 209)

A responsabilidade social é o compromisso das empresas, instituições e governo em realizar ações com o intuito de participar de forma efetiva em atividades que têm reflexos no bem-estar da sociedade.

Perottoni (2002, p. 52) cita que “A Responsabilidade Social capacita a empresa a crescer e permanecer no mercado, hoje globalizado e, cada dia mais, competitivo”.

A responsabilidade social está vinculada ao conceito de *accountability*, considerando

que a questão de como prestar contas à comunidade e à sociedade precisa ser respondida, para que possa ser apreciada a finalidade com que a atuação social é realizada na comunidade e na sociedade.

O conceito de responsabilidade social é muito discutido. Sabe-se que a empresa, além de um agente econômico com a missão de produzir riqueza, é também um agente social e, como um dos componentes da sociedade, deve prestar contas aos demais. A sociedade vem, cada vez mais, exigindo respostas aos problemas socioeconômicos decorrentes do desempenho das empresas. (LUCA, 1998, p. 17)

O compromisso de desenvolver um processo ininterrupto de planejar, executar e divulgar as ações relativas à responsabilidade social fornece a transparência necessária aos usuários da informação, para que esses confiem no compromisso social da empresa – peça fundamental para o desenvolvimento social e econômico de um país.

2.2 Evolução Histórica do Balanço Social no Brasil

De acordo com Tinoco (2001), o Balanço Social tem sua origem nos Estados Unidos, na década de 1960, quando se iniciou o questionamento da responsabilidade social das empresas em razão, principalmente, da Guerra do Vietnã, com a utilização de armamentos sofisticados, prejudicando o homem e o meio ambiente. Entre outros questionamentos, também importantes, destaca-se o que diz respeito à discriminação de raça e de sexo no emprego. Entretanto, como imposição legal de maior expressão, o Balanço Social surgiu na Europa, onde é visto como uma representação da relação capital e trabalho. Com esse enfoque, possui caráter mais restrito à gestão de recursos humanos.

Nos Estados Unidos, o consumismo exacerbado, a partir da década de 1950, foi alvo de um movimento, identificado no final dos anos de 1960, quando uma parcela significativa de consumidores reagiu contra algumas práticas publicitárias por parte das empresas. Para Webster (1978), esse movimento – que foi chamado de “consumerismo”¹ – pode ter vários significados. Conseqüentemente, muitas empresas e profissionais de *marketing* assumiram e ainda vêm assumindo uma postura de maior responsabilidade social.

¹ Webster sugere três aspectos significativos que devem ser considerados na análise da palavra “consumerismo”: 1) um reconhecimento da necessidade de proteger o consumidor da fraude, da determinação de preços monopolísticos, de produtos perigosos e outras práticas não desejáveis; 2) os valores sociais cambiantes relativos à afluência e ao consumo; e 3) uma força política que rege as duas primeiras dimensões.

Natale e Ford (1994) apontam que a *U. S. Commission on Federal Paperwork* estimou que, em 1973, as dez maiores empresas gastaram mais de um bilhão de dólares em papéis. Os autores destacam que o Balanço Social pode ser usado como um *checklist* dos benefícios sociais realizados pela organização, o que permite deduzir o que é considerado importante ou politicamente significativo na organização. Essa conscientização deu origem às iniciativas de regulamentação da divulgação da responsabilidade social. O resultado nos Estados Unidos, em meados dos anos de 1960, foi a iniciativa de regulamentação social, chamada de *Social Regulation*, sendo consideradas quatro áreas sociais: proteção ambiental, segurança no trabalho e saúde, consumismo e oportunidade de emprego. Contudo, outra regulamentação havia sido desenvolvida entre o governo federal norte-americano e os negócios da sociedade, com nenhum retorno social, exceto a complacência de suas necessidades.

De acordo com Davidmann (1982), desde 1973, os proprietários, dirigentes, gerentes e o governo têm tornado mais transparente para a sociedade e para a comunidade o que têm realizado para sua qualidade de vida, sendo considerados outros critérios além do retorno financeiro, como: saúde, educação, relações internas e externas, e o que é feito para a qualidade de vida da população. A recompensa das organizações dependeria de como as realizações são desenvolvidas nessas áreas.

Segundo Hendriksen e Breda (1999), em outras partes do mundo, principalmente na Europa, as empresas tendem a colocar os interesses dos acionistas da empresa em posição de menor nível – no que se refere à divulgação de informações contábeis –, em favor das preocupações e interesses dos funcionários e do governo, equiparando o nível de interesses desses três grupos.

Os dois autores (1999) afirmam, ainda, que, com o passar do tempo, tem havido debate considerável nos Estados Unidos a respeito da conveniência da contabilidade de recursos humanos. Seus defensores argumentam que as empresas treinam seus funcionários porque, em média, o treinamento assegura a elevação dos benefícios obtidos com serviços prestados por eles. Nesse caso, o custo de treinamento deve ser capitalizado e não tratado como despesa do exercício. Algumas empresas têm começado a preparar relatórios financeiros, objetivando informar aos seus funcionários, em especial.

Uma das primeiras iniciativas de obrigatoriedade de apresentação do Balanço Social pelas empresas ocorreu na França, por meio da Lei n. 77.769, de 12 de julho de 1977 – que

obriga todas as empresas que tenham 300 empregados ou mais a apresentarem o Balanço Social. Esse relatório permite apreciar a situação da empresa no campo social, registrar as realizações efetuadas e ter uma medida de sua evolução a respeito do seu papel.

No Brasil, a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) – relatório social obrigatório para todas as empresas empregadoras – é destinada ao Ministério do Trabalho para formação de estatísticas, a fim de subsidiar suas políticas. A RAIS foi introduzida, no País, em dezembro de 1975, por meio do Decreto n. 76.900/1975, como um registro administrativo de âmbito nacional. Em nível mundial, foi uma iniciativa inovadora para a época. Os dados estatísticos seriam de fundamental importância para o acompanhamento e a caracterização do mercado de trabalho formal brasileiro e importante indicador para subsídios às políticas públicas. Atualmente, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) utiliza esse relatório como subsídio para suas pesquisas sociais.

A RAIS é um documento oficial, em que estão explícitas informações de aspecto social das organizações brasileiras: empresas públicas e privadas, órgãos da administração direta e indireta e suas entidades vinculadas. Esse documento é reconhecido, nos dias atuais, como um modelo incipiente de Balanço Social.

Todavia, considera-se que os indicadores sociais utilizados para a produção da RAIS são bastante limitados e não são disponibilizados para os empregados das entidades ou suas associações de classe, para fins de consolidação e análise. Contudo, diferentemente dos Balanços Sociais publicados no Brasil, algumas das informações encontradas nas RAIS são utilizadas de forma decisória pelo Governo.

Kroetz (2001, p. 57) relata que:

Na Europa, as propostas do Balanço Social desenvolveram-se em direção à solidariedade econômica do bloco europeu em formação e enfatizaram os aspectos do planejamento humano e social na empresa, no sentido de que assumissem a igualdade de competência e a aceitação, comparativamente aos demais processos empresariais (econômico, comercial, tecnológico etc.).

Vários países, como a França, Bélgica e Portugal, possuem legislação que obriga a publicação do Balanço Social. No Brasil, o assunto tem sido discutido, a público, pelos legisladores e por várias entidades privadas, como o Instituto Ethos e o Instituto Brasileiro de Análise Social e Econômica (IBASE), que definiram modelos de Balanço Social que vêm sendo utilizados pelas empresas brasileiras.

O primeiro Balanço Social publicado no Brasil, de acordo com Perottoni (2002), foi o elaborado pela empresa FEMAQ S.A., de São Paulo, em 1982, seguido da empresa Nitrofertil de Camaçari, BA, em 1984. Esse autor afirma que o Banespa foi a primeira empresa brasileira a divulgar um relatório completo, informando a sua atuação na sociedade, bem como a sua relação como o público interno.

No Brasil, o grande avanço nas discussões, envolvendo o Balanço Social, somente aconteceu, em junho de 1996, quando o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho (então à frente do IBASE), publicou artigo no jornal Gazeta Mercantil defendendo a elaboração de um Balanço Social, em modelo único e simples, que apresentasse as atividades desenvolvidas pelas empresas que o publicassem, direcionadas para melhorar o bem-estar social do indivíduo e da própria comunidade. O que se pretendia, na época, era a diminuição da pobreza e das injustiças sociais pela prática da cidadania empresarial. De acordo com a proposta original do IBASE, além das demonstrações financeiras tradicionais, as empresas deveriam produzir um Balanço Social cujo intuito fosse apresentar informações aos seus credores, investidores, governo, empregados e à sociedade.

O IBASE, em 1997, inicia campanha para divulgação de modelo de Balanço Social das empresas brasileiras e o lançamento do selo do Balanço Social, com o objetivo de incentivar a elaboração e a divulgação do modelo proposto às empresas. O selo do Balanço Social é usado como uma autenticação de qualidade da responsabilidade social das empresas que o possuem.

Segundo Tinoco (2001), quase na mesma época em que Herbert de Souza iniciou a divulgação do modelo, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) propôs a apresentação obrigatória do Balanço Social pelas empresas.

2.3 O Balanço Social

O Balanço Social destina-se a atender às novas exigências dos usuários interessados nas informações acerca do desempenho social das organizações.

Segundo Sá (2001b, p. 10), “[...] a qualidade dos informes contábeis envolve sérias responsabilidades que não devem estar ao sabor de alternativas e debilidades culturais”. A importância do Balanço Social fundamenta-se na observância de que a Contabilidade, como Ciência Social Aplicada, abrange os aspectos sociais, econômicos e financeiros das entidades públicas e privadas.

Iudícibus e Marion (2001, p. 25) definem o Balanço Social como:

[...] relatório que contém dados, os quais permitem identificar o perfil da atuação social da empresa durante o ano, a qualidade de suas relações com os empregados, a participação dos empregados nos resultados econômicos da empresa e as responsabilidades de desenvolvimento pessoal, bem como a forma de sua interação com a comunidade e sua relação com o meio ambiente.

O principal objetivo do Balanço Social é tornar público como a organização trata sua responsabilidade social, evidenciando aos agentes econômicos internos e externos o que a organização está fazendo na área social. Segundo Tinoco (1984, p. 10), “Um Balanço Social é um instrumento de gestão e de informação que visa a reportar informações, de cunho econômico e social, do que aconteceu e acontece numa entidade, aos mais diferenciados usuários, entre estes os assalariados.”

O Balanço Social constitui-se de um relatório contábil divulgado para informar o conjunto de ações de caráter social e ambiental realizadas pela entidade, devendo, para tanto, ser conciso, claro e transparente na divulgação da informação econômico-financeira e social. Nesse sentido, os dados fornecidos no relatório devem permitir à sociedade que se relaciona com a entidade o adequado entendimento de como avaliá-los e, se for o caso, criticá-los.

Nakano e Sucupira (1998, p. 17) citam que “[...] publicar o Balanço Social significa um primeiro esforço em seguir o modelo defendido pelas forças que estão organizando a questão. Está dividido em indicadores de trabalho, indicadores sociais e indicadores econômico-financeiros”, surgindo a necessidade de adequação dos sistemas contábeis a essa metodologia.

Iudicibus (1997) informa que, dentro da abordagem sociológica, a Contabilidade é julgada pelos seus resultados no campo social, no entendimento de que os relatórios e os procedimentos derivados da Contabilidade deveriam ser relatados, adequadamente, ao público, atendendo as suas finalidades sociais e a das organizações. Dessa abordagem originou a Contabilidade Social, que relata informações a respeito de níveis de recursos humanos.

Segundo Rossetti (1995), Contabilidade Social é definida como uma técnica similar às dos sistemas convencionais de Contabilidade, que se propõe a apresentar uma síntese de informações, cifradas, em unidades monetárias, sobre os vários tipos de transações econômicas que se verificaram, em determinado período de tempo (normalmente um ano), entre os diversos setores e agentes do sistema econômico de um país. O objetivo, portanto, é obter medidas de desempenho do sistema econômico como um todo, que possibilitariam quantificar o impacto e eficácia de políticas econômicas implementadas.

Pyatt (1999) destaca que – nos relatórios contábeis – os formatos utilizados para apresentar o equilíbrio entre os registros de débito e crédito não contêm todas as informações para completar uma matriz de Contabilidade Social que evidencie a distribuição de riqueza em sua estrutura. É, portanto, necessário estabelecer as características das informações complementares que são requeridas e podem ser alcançadas, impondo um relatório da Contabilidade Social, que deveria ser consistente com os relatórios financeiros.

O Balanço Social é um dos relatórios preparados – principalmente no que se refere à DVA – a partir das informações extraídas da Contabilidade, para mensurar e evidenciar a relação entre produção, mão-de-obra e emprego, bem como o envolvimento social da entidade com a comunidade, sendo apresentada a sua responsabilidade social, sem prejuízo da obrigação própria do Estado.

No Brasil, o Balanço Social encontra-se em fase de implantação, sendo adotado por algumas empresas, conforme modelos propostos por pesquisadores, entidades de classe contábil e entidades da área privada que se importam com o desenvolvimento da divulgação da responsabilidade social.

A Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI) (2001) aponta que são quatro as ramificações do Balanço Social:

- o balanço ambiental – que reporta a postura da empresa frente aos recursos da natureza, como os gastos com restauração, preservação, manutenção de equipamentos e tecnologias

destinados ao meio ambiente e à mensuração dos passivos ambientais, estendendo-se ao não-cumprimento de instrumentos legais que regulam o tratamento do meio-ambiente;

- o balanço de recursos humanos – que se destina a demonstrar a relação da entidade com os empregados, mediante a divulgação de dados que podem ser confrontados com diversos elementos econômicos-financeiros. Desse balanço, constam, ainda, informações dos gastos com a comunidade;
- a DVA – que se destina a evidenciar a criação e a distribuição de riquezas pela entidade; e
- o relatório de benefícios e contribuições sociais à sociedade – que tem como objetivo evidenciar o que a entidade realiza, na preservação de bens culturais, educação de necessitados, doações às entidades assistenciais e outras ações.

No entendimento de Tinoco (2001, p. 01), “a informação social e a informação econômica devem caminhar e ser divulgadas juntas, como, aliás, já é feito por empresas na Inglaterra, Holanda, Bélgica, Portugal e em outros países europeus.”

A divulgação do Balanço Social, como relatório auxiliar para a formação de uma sociedade solidária, tem sido disseminada, em outros países, para análise das práticas sociais, principalmente, das que tratam da relação entre o capital e trabalho e das avaliações da evolução da gestão social, no que se refere à ética e à responsabilidade social da organização, surgindo a obrigatoriedade por lei, na França (1977), em Portugal (1985) e na Bélgica (1996). O quadro 1, a seguir, apresenta as características dos relatórios sociais em alguns países.

País	Característica do Relatório Social (Balanço Social)
Alemanha	O Balanço Social (<i>Die Sozialbilanz</i>) focaliza as condições das relações internas e externas sob os aspectos sociais e ambientais.
Bélgica	Divulgação de exigência legal. O relatório congrega informações econômicas e sociais.
Brasil – CRC/SC	Destina-se a demonstrar as informações sociais das empresas em ações e programas sociais para seus empregados, entidades de classe, governo, sociedade e meio ambiente. Tem a finalidade de premiar as empresas e subsidiar a formulação de relatórios e indicadores sociais padrões estabelecidos pelo CRC/SC.
Brasil – Modelo Abrangente	À semelhança do modelo de Balanço Social Interno, publicado no Chile, reporta o superávit e o déficit social da empresa frente ao atendimento das necessidades e prioridades dos agentes consultados mediante pesquisa de satisfação. O modelo abrangente se estende aos agentes internos e externos.
Brasil – Modelo IBASE	Fornecer informações sobre o faturamento, folha de pagamento, meio ambiente e cidadania. Fornece, ainda, o selo empresa cidadã, tornando-se transparente a responsabilidade social da empresa. O relatório destina-se aos usuários externos.
Brasil – RAIS	Contém informações da organização e dos empregados. Os indicadores sociais utilizados para a sua produção são bastante limitados. Algumas das informações são utilizadas no processo decisório do Governo.
Chile	Denominado de Balanço Social Interno, reporta o superávit e o déficit social da empresa frente ao atendimento das necessidades e prioridades dos agentes internos, consultados mediante pesquisa de satisfação.
Espanha	Divulga informações sociais e econômicas destinadas aos agentes internos e externos.
EUA	O Balanço Social (<i>Social Audit</i>) evidencia as informações ambientais e destina-se aos usuários externos.
França	Mediante obrigação legal, o Balanço Social (<i>Bilan Social</i>) demonstra informações sociais, excluindo as econômicas e as financeiras. Destina-se ao Governo, acionistas e funcionários.
Holanda	Apresenta as informações sobre as condições de trabalho e a gestão de recursos humanos. Destina-se aos agentes internos.
Inglaterra	Movimentos sociais para que as empresas forneçam um relatório que reúna informações sociais, destinando-as aos acionistas e trabalhadores.
Portugal	Divulgação de obrigação legal das informações sobre a situação dos recursos humanos das empresas. Destina-se à estatística do governo.
Suécia	Evidenciação com destaque nas informações de recursos humanos, destinadas aos empregados.
Suíça	Procura demonstrar o desempenho social, mediante confrontação dos recursos humanos com os econômicos e financeiros. Destinado aos usuários internos e externos.

Quadro 1 – Características de modelos de relatórios sociais

Fonte: Gonçalves (1980); Luca (1998); Batista (2000); Silva e Freire (2001); Freire *et al.* (2001); e Tinoco (2001).

As estruturações de modelos de Balanços Sociais seguem várias metodologias, sendo que algumas observam as experiências acumuladas de empresas e de países, mediante a análise de cada estrutura. Gonçalves (1980) descreve, sucintamente, três esquemas de Balanços Sociais de empresas de países diferentes, que apresentam objetivos distintos, como a empresa STEAG (da Alemanha), em 1973, que relaciona as despesas com os benefícios sociais; a empresa Deutsche (da Suíça), que procura combinar o Balanço Social com a demonstração financeira; e um outro esquema que apresenta a informação sem dar uma estrutura formal.

As informações do Balanço Social são evidenciadas por meio de indicadores, que possibilitam melhor análise das informações de cunho social. Os indicadores são, conforme Tinoco (1984, p. 48), fundamentais para a elaboração do Balanço Social:

O balanço social procura utilizar ao máximo os indicadores disponíveis esparsos pela empresa – na verdade sua função é reunir esses indicadores, dar-lhes um tratamento adequado, em termos de *disclosure* – e a gama de informações que comporta pressupõe a cooperação de vários departamentos e a colaboração de numerosos assalariados encarregados de coletar os dados de base.

No Balanço Social, podem-se encontrar inúmeras relações entre os indicadores de ordem quantitativa com os de ordem qualitativa – seja de caráter econômico ou social –, cujo propósito é inferir a efetividade da gestão de uma organização perante o seu público interno e externo. Sendo de caráter econômico, os indicadores podem ser do tipo: relação entre salários pagos ao trabalhador e as receitas obtidas. Sendo de caráter social, podem ser: a participação e evolução do pessoal por idade ou cor. Considerando essas duas características, são divulgados, na maioria dos Balanços Sociais, os seguintes indicadores:

- laboriais – alimentação, encargos sociais, saúde, alimentação, entre outros.
- de corpo funcional (administrativos) – número de empregados, percentual de mulheres, percentual de cargos de chefia etc.
- sociais – relação entre a remuneração do pessoal em nível de gerência e os operários, impostos, meio ambiente, contribuição com a sociedade, entre outros.
- econômicos – gastos com salários e encargos sociais, em relação às receitas, valor adicionado por trabalhador; relação entre salários pagos ao trabalhador em relação ao valor adicionado.

Silva (2001) sustenta que nas informações de um modelo de Balanço Social devem conter, também, informações sobre recursos humanos; atuação da empresa na comunidade e promoção do bem-estar social; e atuação na proteção do meio ambiente, inclusive as relativas ao valor adicionado.

Santos (1999) indica que a Demonstração do Valor Adicionado é importante componente do Balanço Social e deve ser entendida como a forma mais competente criada pela Contabilidade para auxiliar na medição e demonstração da capacidade de geração e distribuição da riqueza gerada pela entidade.

O Balanço Social complementa as demonstrações contábeis, trazendo informações da empresa sobre o resultado de suas atividades de natureza social e o perfil do seu público interno, difíceis de serem encontradas nos relatórios contábeis, normalmente divulgados pelas empresas. O Balanço Social, sob o enfoque econômico, traz, na Demonstração do Valor Adicionado, a informação de natureza econômica, que apresenta a riqueza gerada pela empresa e a sua distribuição aos agentes econômicos que participam de suas operações.

2.4 Demonstração do Valor Adicionado

A Contabilidade procura desenvolver relatórios que satisfaçam a necessidade informativa de seus usuários, mediante instrumentos que forneçam informações relevantes, precisas e claras aos tomadores de decisões e aos diversos usuários da informação social. Um desses relatórios é a Demonstração do Valor Adicionado (DVA).

A origem da DVA é européia, e seu enfoque é puramente econômico. Ela esclarece como foi criada a riqueza de uma entidade, e como esta (a riqueza criada) foi distribuída aos fatores que contribuíram para a sua geração. A DVA integra o Balanço Social, este constitui-se de um elenco de informações com vínculo ou caráter mais social que os de ordem econômica-financeira.

Segundo Luca (1998, p. 28), “A Demonstração do Valor Adicionado é um conjunto de informações de natureza econômica. É um relatório que visa a demonstrar o valor da riqueza gerada pela empresa e a distribuição para os elementos que contribuíram para sua geração”. Evidencia, portanto, o quanto de valor é adicionado pela entidade à atividade produtiva, em

bens e serviços intermediários, para atender às demandas de consumo e à sociedade, fornecendo informações de natureza econômica com relação ao desempenho da entidade e seu relacionamento com a sociedade.

Conforme conceituação de Martins, V. (1999, p. 01), “O Balanço Social sob o enfoque econômico abrange a parte da Demonstração do Valor Adicionado. É, principalmente, neste ponto, que a Contabilidade Social, sob o ponto de vista econômico e sob o ponto de vista contábil, convergem”.

Com relação à DVA, pode-se afirmar:

- é compreendida como um relatório social pois, diferentemente da demonstração do resultado, abandona a forma que focaliza o cálculo do lucro aos acionistas e/ou proprietários da empresa, sendo um avanço em termos de demonstrações contábeis.
- está diretamente relacionada ao conceito de responsabilidade social² – no que se refere à sua qualidade de prestar contas à sociedade dos resultados econômicos alcançados e da destinação da riqueza gerada –, enquanto as demais demonstrações contábeis visam a demonstrar o patrimônio, as mutações patrimoniais, o lucro e demais aspectos financeiros, atendendo a usuários como a proprietários;
- é uma forma de se analisar o desempenho econômico e social das organizações.

Apesar de a DVA ser componente importante do Balanço Social, várias empresas a publicam, isoladamente, em notas explicativas às demonstrações contábeis ou em relatórios de administração, ou seja, fora do Balanço Social.

De acordo com Tinoco (2001) e Perottoni (2002), no Brasil, poucas empresas vêm publicando a Demonstração do Valor Adicionado. Todavia, de acordo com Azevedo (2001) foi observado um aumento da divulgação desse relatório, por parte das empresas, no período de 1998 a 2000. O início da publicação da DVA, no País, deu-se a partir das publicações da Telebrás, no exercício de 1990. Em 1991, foi publicada pela Cia. Municipal de Transportes

² AZEVEDO, Simone. *Balanços se Sofisticam para atrair investidor estrangeiro*. Jornal Gazeta Mercantil, São Paulo, 5 de junho de 2001, Cad. Relações com o Mercado, p. C-5, explica que conforme pesquisa realizada em 55 empresas, de 1998 a 2000, que entregam relatórios a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), “a Demonstração de Valor Adicionado, que estava presente em 7,3% dos relatórios em 1998, chegou a 20% no ano passado (2000).” Observa-se, dessa forma, um aumento na adesão por parte das empresas em divulgar esse relatório, que apresenta a metodologia semelhante à utilizada para contabilizar o Produto Interno Bruto, informando o quanto a entidade distribuiu de riqueza ao governo, aos empregados, aos credores e aos acionistas.

Coletivos de São Paulo (CMTC), e, em 1992, pelo Banco do Estado de São Paulo (Banespa), seguidos pela FEBRABAN, em 1993, que passou a divulgar a DVA nos anos seguintes. (TINOCO, 2001 e PEROTTONI, 2002)

Santos (1999, p. 09) entende que – pelos registros que a Contabilidade mantém – o sistema de informações produzido poderá ser de grande utilização “[...] na correlação entre os objetivos fixados pela Contabilidade Nacional e as novas exigências do Balanço Social”, sendo a DVA o elo entre esses objetivos e exigências.

Sobre o assunto, Tinoco (2001) comenta que, no Brasil, as contas nacionais são elaboradas, com base em dados estatísticos, utilizando-se, por vezes, de estimativas. Com a publicação consistente e uniforme da DVA pelas entidades, nos seus relatórios contábeis, teríamos informações mais realistas.

2.4.1 O Conceito de Valor Adicionado

O valor adicionado é um conceito da Economia. É utilizado para mensuração do Produto Nacional. É a medida, em unidades monetárias, do fluxo total de bens e serviços finais produzidos pelo sistema econômico, em determinado período.

Rosseti (1995, p. 208) define o valor adicionado, em cada unidade produtora, “como a diferença entre o valor da produção bruta, em valor de produto, e seu consumo intermediário medido em valor de comprador. O valor de cada unidade produtora é a contribuição desta para o Produto Interno Bruto, medida em valor de produtor”.

Segundo Martins, E. (1998), o conceito de valor adicionado, na Economia, é usado para avaliar o desempenho de um país, medido pela sua produção. Essa, normalmente, se destina ao mercado, sendo expressa monetariamente em valor de mercado. Dessa forma, a Economia considera, no cálculo do valor adicionado, a diferença entre o valor monetário das vendas brutas, independente da realização das vendas, e o total do consumo dos insumos intermediários adquiridos de terceiros. Os insumos criaram riqueza para terceiros, no período em que foram produzidos, independentemente de a venda ter sido realizada ou não.

À unidade produtora que consumiu os insumos cabe reconhecer como riqueza criada apenas a parte do seu esforço de produção do período. Com isso, o conceito utilizado pela

Economia desconsidera o valor das vendas realizadas dos produtos como critério para reconhecer o valor agregado, pois se o considerasse, no cálculo do valor adicionado, apresentaria, na economia do País, o problema da dupla contagem do valor agregado.

Stone e Stone (1974) explicam que a renda nacional é aquela que auferem os habitantes ou os residentes habituais de um país, devido à sua participação na produção. Assim, toda a renda é considerada, seja a recebida de indivíduos sob a forma de ordenados, juros, de participações em investimentos – sejam outras retidas nos negócios privados ou auferidas pelos órgãos governamentais como resultados de suas atividades comerciais.

Uma das preocupações da Economia consiste em classificar os variados fenômenos da vida econômica e reuni-los, em grupos homogêneos e apropriados, para generalizações interpretativas da realidade. Esse é o objeto da Contabilidade Social ou Nacional, que se constitui uma forma especial de estatística econômica, cuja tarefa é a classificação e a mensuração sistemática de todas as transações que compõem a vida econômica de uma nação. (LUCA, 1998)

Iudícibus e Marion (2000) apontam que a Contabilidade Social – denominada por alguns autores por Contabilidade Nacional – envolve características econômicas e sociais de um país. No entanto, quando se trata de Balanço Social de unidade individualizada, pode-se dizer que se trata de um campo da Contabilidade, pois contempla o valor da produção e os bens e serviços intermediários consumidos, diante da avaliação das transações econômicas ocorridas dentro de uma organização.

No interesse de possibilitar a comparação dos resultados obtidos entre países distintos, a Organização das Nações Unidas (ONU) desenvolveu esforços para definir conceitos, classificações e regras contábeis comuns a qualquer sistema econômico atual, visando à elaboração das Contas Nacionais de qualquer país.

No Brasil, os primeiros trabalhos de Contabilidade Social foram iniciados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), em 1947. Atualmente, as tarefas relacionadas ao Sistema de Contas Nacionais encontram-se sob a responsabilidade do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (TROSTER, 2002)

O Produto Interno Bruto (PIB) é a principal variável mensurada mediante as Contas Nacionais e representa o valor adicionado bruto de todas as unidades produtoras de uma economia. Equivale à diferença entre o valor da produção e o consumo intermediário.

Representa, ainda, a demanda final da economia e o total da renda gerada e distribuída em cada período. (LUCA, 1998)

Nesse contexto, o PIB é entendido como um dos principais indicadores que avaliam o desempenho de um país e sua capacidade produtiva, correspondendo ao total de mercadorias e serviços finais produzidos em determinado período. Ele corresponde, a preço de mercado, a todos os bens e serviços finais internamente produzidos e afigura-se, segundo Martins (1998, p. 01) como:

uma das preocupações dos estatísticos que medem o PIB, que é evitar a dupla contagem. Daí a importância de se considerar o valor adicionado, que, em linhas gerais, corresponde ao valor que foi, em cada etapa produtiva, acrescido (adicionado) ao valor das matérias-primas utilizadas.

Percebe-se que há duas maneiras de mensuração do PIB: uma pelo valor dos bens finais e outra pela agregação dos valores adicionados em cada etapa produtiva. O valor do PIB depende, fundamentalmente, do que se conceitua como produção. Existem atividades que nele não são computadas. Na verdade, segundo Troster (2002), o que entra ou não no cálculo da produção está sujeito a constantes alterações, à medida que os conceitos, dados e técnicas disponíveis se desenvolvem.

Nesse contexto, os conceitos de renda e receita são igualmente mutáveis. Nas Contas Nacionais, a renda representa o conjunto de remunerações primárias e indica a variação da riqueza ou acumulação de ativos produzidos em uma economia. Não deve ser confundida com receita, que representa uma troca ou transferência de ativos.

O processo produtivo é uma atividade que tem por objetivo conciliar os recursos naturais com a criação de bens e serviços que permitam a satisfação das necessidades humanas. Sendo assim, a produção torna-se a principal atividade econômica a ser mensurada em um país, pois reflete a capacidade de satisfação das necessidades dos membros da sociedade. (MARTINS, E., 1998)

Como exemplo do conceito de valor adicionado é apresentado, com adaptações, um caso hipotético (LUCA, 1998) de um país que, em determinado exercício financeiro, tenha a produção de milho como a única exploração econômica. A cadeia produtiva é representada por três etapas geradoras de receitas. A primeira, pelas empresas produtoras de sementes de

milho; a segunda, pelas empresas que realizam o plantio das sementes, produzindo grãos de milho; e a terceira, as indústrias que produzem alimentos derivados do milho para venda. Essas etapas são definidas na tabela 1, com os respectivos valores relativos às produções de receitas.

Tabela 1 – Valor Adicionado: etapas geradoras de receitas

Etapas Geradoras de Receitas	Receitas (\$)
1ª Etapa – empresa produtora de sementes de milho	3.000
2ª Etapa – empresa produtora de grãos de milho	7.000
3ª Etapa – indústrias de alimentos derivados do milho	12.000
Valor total produzido	22.000

O valor adicionado calculado nesse exemplo seria de \$12.000, como resultado das somas dos valores agregados a cada etapa da receita: \$3.000 da 1ª etapa mais \$4.000 da 2ª etapa mais \$5.000 da 3ª etapa.

Como se pode observar na tabela 2 – que demonstra o cálculo do valor adicionado –, o produto nacional do país em consideração seria de \$12.000, ou seja, apenas, a receita produzida pela indústria de alimentos derivados do milho, tendo em vista que o produto final produzido para consumo pela utilização dos insumos intermediários, utilizados no processo produtivo, foi os alimentos derivados do milho.

Tabela 2 – Cálculo do valor adicionado

Etapas da Receita	Receita (\$) – Custos (\$)		Valor Adicionado (\$)
1ª Etapa – empresa produtora de sementes de milho	3.000	0	3.000
2ª Etapa – empresa produtora de grãos de milho	7.000	- 3.000	4.000
3ª Etapa – indústrias de alimentos derivados do milho	12.000	- 7.000	5.000
Valor Adicionado			12.000

O acréscimo dos valores adicionados a cada etapa formou o preço dos produtos finais. As sementes de milho e os grãos de milho produzidos nas 1ª e 2ª etapas, respectivamente, já estão computados como custo dos produtos finais, que foram produzidos e destinados ao consumo.

Desse modo, percebe-se a importância da utilização do conceito de valor adicionado em uma economia, no cálculo do Produto Nacional, a fim de evitar a dupla contagem da riqueza gerada por determinado insumo ou serviço intermediário, empregado dentro de uma cadeia produtiva de uma economia.

2.4.2 O Valor Adicionado da Empresa

A única fonte de variação de riqueza é a produção, que, disponível para o consumo ou acumulação, é a renda. Sem produção não há renda. Produção e renda existem uma em função da outra. Nesse contexto, percebe-se a complexidade, no campo da Economia, do cálculo da mensuração da riqueza gerada dentro de um dado período.

As flutuações de preços de mercado dos ativos destinados a venda é uma questão que deve receber tratamento especial no cálculo da riqueza gerada. O valor adicionado é igual à soma dos rendimentos gerados na produção, sendo medido somente o resultado final da produção. Contudo, os ativos destinados à venda podem sofrer flutuações nos seus preços de venda, ocasionando aumento ou diminuição dos valores dos estoques. Os aumentos dos estoques introduzem uma distorção causada pela elevação dos preços, denominada valorização dos estoques, que não faz parte da produção gerada no ano.

Segundo Luca (1998), a distorção apresentada com a valorização dos estoques, caso não seja corrigida ou amenizada, pode ser interpretada como valor da variação física dos estoques. Como a valorização desses estoques não é renda, pois não faz parte da produção, essa distorção é eliminada ou amenizada durante a quantificação do valor da produção. Na quantificação do valor da produção, os estoques iniciais e finais dos produtos acabados e em elaboração são ajustados com o uso do Índice Geral de Preços (IGP), a fim de reduzir as distorções monetárias ocorridas na estimativa do total do custo da produção vendida e da variação do valor dos estoques destinados à venda para se obter valores médios do ano considerado.

Com base na concepção de que a Contabilidade Social envolve características econômicas e sociais de um país, e quando se trata de uma unidade individualizada, diz respeito a de um campo da Contabilidade. Santos (1999) indica que o valor adicionado, da Contabilidade, contempla o valor da venda da produção menos o custo dos bens e serviços intermediários consumidos, diante da avaliação das transações econômicas ocorridas dentro de uma organização.

As empresas, em conjunto, compõem o sistema de produção econômica nacional. Luca (1998) distingue a empresa como um dos mais importantes responsáveis, no que concerne à produção econômica nacional. Compõe o sistema produtivo que atende às necessidades de consumo de bens e serviços da sociedade. O valor adicionado de uma empresa representa o quanto de valor ela agrega aos insumos que adquire num determinado período. Esse valor é

obtido pela diferença entre o valor monetário da venda da produção e o total dos insumos adquiridos de terceiros, o que será igual à soma de toda remuneração dos esforços consumidos nas atividades da empresa. Considerando que o total da riqueza gerada pela economia de uma nação encontra-se na soma do valor adicionado das empresas, a evidenciação desse valor, por cada empresa, será importante para determinação da riqueza nacional.

Sá (1998, p. 13) diz que “a empresa compra utilidades, emprega pessoas, paga impostos, recebe dinheiro, vende utilidades a clientes, empreita trabalhos. Em suma, é axiomática a interação entre a célula social e a sociedade em que aquela vive”. Explica que a Contabilidade Social é usada para expressar o movimento circulatório de riquezas entre a célula social e a sociedade, visando a evidenciar os aspectos dinâmicos dessas interações.

Diante do exposto, constata-se que a visão econômica e a visão contábil do conceito de valor adicionado são semelhantes, sendo a principal diferença o ambiente em que ele é aplicado. Para Martins, V. (1999) na visão econômica, o ambiente é macro, mediante o sistema de produção econômica nacional, enquanto que, na visão contábil, o ambiente é micro, quer dizer, de uma unidade individualizada, que pode ser uma empresa, um departamento, um produto ou um serviço realizado pela empresa.

Na Economia, o mais importante é a riqueza criada no período. Nela são consideradas as transações referentes ao consumo de bens e serviços intermediários, referentes a cada etapa de produção, evitando o aparecimento da dupla contagem do valor agregado. Dessa forma, a Economia desconsidera a realização das vendas dos produtos para medir o valor adicionado, pois entende que a riqueza criada é a produção ocorrida em um período, avaliada em valores monetários correntes, que independente das vendas dessa produção ter sido realizada ou não. (MARTINS, E., 1998)

A Contabilidade considera, no cálculo do valor adicionado, as vendas realizadas da produção – menos o custo dos bens e serviços intermediários consumidos, das transações econômicas ocorridas na organização. Os valores adicionados evidenciados pela Economia e pela Contabilidade se igualam, no decorrer do tempo, quando toda a produção da empresa referente a um determinado período for vendida no mesmo período.

2.4.3 Apresentação da Demonstração do Valor Adicionado

Destaca-se que não existe, no Brasil, uma forma de apresentação definida da DVA, onde ela é apresentada com estruturas diferenciadas. No entanto, os valores apresentados dessa forma são contabilizados sob o regime de competência, à semelhança da demonstração do resultado dos exercícios.

A DVA afigura-se em duas partes:

- a primeira, trata da geração do valor adicionado, demonstrando como a empresa adicionou valor por meio da sua atividade econômica; e
- a segunda, apresenta a forma que essa riqueza foi distribuída entre os agentes econômicos relacionados à entidade, por meio do critério de segmentação de agentes econômicos da renda: os acionistas – possuidores de recursos da empresa e, dessa forma, remunerados com dividendos pela sua participação no capital próprio da entidade e pelos lucros não distribuídos que se reincorporam à empresa; os financiadores não-acionistas – que, por entregarem recursos a entidade, são remunerados com juros pagos, em função do uso pela entidade de certa quantidade de capital financeiro; os trabalhadores – remunerados com salários, benefícios e encargos sociais; e o Governo – remunerado com tributos municipais, estaduais e federais.

O valor adicionado de uma empresa, sob a visão contábil, é obtido a partir da diferença entre o valor vendido da produção e os gastos com consumo intermediário, que são bens e serviços adquiridos de outras empresas e consumidos em um determinado período.

2.4.3.1 Apuração do Valor Adicionado

➤ Valor Adicionado Bruto

O valor adicionado bruto é o valor agregado da atividade operacional da empresa. Normalmente, é encontrado pela diferença entre as receitas e os insumos adquiridos de terceiros, que são os gastos com consumo intermediário.

As receitas são as vendas brutas de mercadorias, produtos e serviços prestados, diminuídas dos abatimentos e devoluções de vendas. A polêmica neste item de apuração do valor adicionado, segundo Luca (1998), encontra-se no fato de que a Economia considera, para o cálculo do valor adicionado, toda a produção de um período, enquanto que a Contabilidade considera a venda de mercadorias, produtos e de serviços prestados em um período. Pode-se observar que na Contabilidade a receita é considerada com base no Princípio da Contabilidade da Realização da Receita.

Os insumos adquiridos de terceiros são os materiais e serviços adquiridos de outras empresas e utilizados na obtenção de receita. O seu montante é diminuído das receitas para o cálculo da apuração do valor adicionado da empresa, evitando a dupla contagem. Representam os custos da matéria-prima, das mercadorias, dos serviços, e outros custos relacionados à produção, à comercialização e à prestação de serviços, bem como os gastos relacionados às despesas administrativas e de vendas, excluídos os gastos relacionados ao pagamento de pessoal, despesas tributárias, depreciações e amortizações.

Nesses insumos, segundo Luca (1998), deveria ser incluído o valor dos impostos incidentes sobre as compras realizadas pela empresa, como o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre as Prestações de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações (ICMS), sendo ambos impostos recuperáveis para as empresas industriais, e apenas o ICMS é recuperável para as empresas comerciais. Dessa forma, o valor adicionado destinado ao governo somente registraria a diferença entre os impostos incidentes sobre as vendas e os insumos adquiridos de terceiros.

➤ Valor adicionado líquido

O valor adicionado líquido é o valor adicionado bruto descontadas as retenções, quais sejam: a depreciação, a amortização e a exaustão, segundo alguns autores.

A depreciação, a amortização e a exaustão dos ativos relacionados à produção são componentes dos custos e despesas dos bens e serviços negociados, sendo, assim, considerados no custo dos produtos vendidos para fins de recomposição do ativo permanente.

Martins, E. (2001, p. 05) explica que:

Algumas discussões se fazem com relação às amortizações do ativo permanente (depreciações, amortizações propriamente ditas e exaustões). Mesmo na Economia, o conceito mais usado não contempla a depreciação, daí o termo Produto Interno Bruto, destacando-se a depreciação do ativo imobilizado do País, tem-se o Produto interno Líquido.

Luca (1998) e Santos (1999) comentam que a depreciação é um dos pontos mais polêmicos entre os modelos de DVA, tendo como base duas vertentes sobre o tratamento da depreciação. A vertente que argumenta que a depreciação deve ser apresentada no subgrupo de distribuição do valor adicionado, neste caso denominado Retenções, é mantida dentro do valor adicionado bruto, devendo, portanto, ser subtraído do valor referente à depreciação do total das despesas operacionais. Essa vertente tem suporte no argumento de que é mais consistente a idéia de que é necessário um reinvestimento correspondente ao consumo da capacidade física produtiva para a continuidade da empresa. A outra vertente trata a depreciação como um gasto externo, da mesma forma que o consumo dos insumos intermediários (materiais e dos serviços de terceiros), e é apresentada, na DVA, no grupo denominado Retenções, antes do valor adicionado líquido.

Alguns autores, como Tinoco (2001) e Luca (1998), preferem considerar as depreciações e amortizações, na apuração do valor adicionado líquido, como consumos intermediários adquiridos de terceiros, porque julgam que os custos dos ativos fixos depreciables e amortizáveis adquiridos de terceiros devem ser deduzidos das receitas de vendas, da mesma forma que os materiais e os serviços de terceiros. Representa perda de valor de um capital anteriormente acumulado (ativado), sendo desgastado (consumido) com a sua contribuição para a produção de vários períodos. Luca (1998, p. 38) diz que:

Conceitualmente, o valor adicional líquido é mais correto visto que, consistentemente, se os custos dos materiais e serviços adquiridos de terceiros são deduzidos da receita de vendas, os custos dos ativos fixos depreciables adquiridos de terceiros devem também ser deduzidos das receitas de vendas durante sua vida útil.

De acordo com Gray (1988 *apud* LUCA, 1998, p. 38), “Para outros, a abordagem do valor adicionado bruto encontra suporte no argumento de que é mais consistente a idéia de que é necessário um reinvestimento correspondente ao consumo da capacidade física produtiva (manutenção da capital físico) para a continuidade da empresa.”

Outros autores, como Perottoni e Cunha (1997), preferem considerar as depreciações e amortizações como distribuição do valor adicionado bruto, pois entendem que a redução dos benefícios futuros da capacidade física produtiva da empresa deve ser remunerada, assim como são os empregados que colocam sua força de trabalho à disposição da empresa e os acionistas que aplicam capital na empresa.

Considerando que desembolso financeiro somente ocorre no momento da aquisição de um bem, a depreciação, do ponto de vista contábil, corresponde à alocação de uma parcela do gasto de aquisição aos produtos e/ou às despesas de um período. Dessa forma, a parcela desse bem é reconhecida, periodicamente, como parte da sua contribuição no resultado do exercício, o que garante o seu retorno mediante retenção da receita obtida.

Pode-se dizer que a empresa utiliza no seu processo de produção o seu capital físico (as instalações, as máquinas, os equipamentos e outros ativos de duração prolongada), reduzindo o potencial desse capital físico de fornecer benefícios futuros à organização.

Nesse contexto, a depreciação pode significar a remuneração do capital físico, ou seja, a remuneração da capacidade física produtiva da empresa, à semelhança do que ocorre com os acionistas que são remunerados com o recebimento de dividendos e com o aumento do patrimônio líquido via retenção de lucros.

Dessa forma, à semelhança das remunerações efetuadas pela empresa aos recursos humanos, acionistas e Governo, a depreciação poderia ser considerada, na DVA, como distribuição do valor adicionado, pois essa seria uma remuneração econômica do capital físico da empresa no resultado de determinado período, ainda que em valores históricos.

➤ Valor Adicionado Recebido em Transferência

É no valor adicionado recebido em transferência que é apresentado o resultado de atividades que influenciam a riqueza da empresa, apesar de não ter sido gerada por suas atividades normais. Trata-se de riquezas de atividades que agregaram valor em outras empresas. A fim de evitar dupla contagem, a riqueza gerada por outras empresas é inserida em separado, permitindo a avaliação do montante da riqueza auferida pela empresa, em suas atividades normais, e a avaliação do montante da riqueza gerada por outros negócios. Destacam-se, neste tipo de valor, o resultado dos investimentos em participações acionárias e a receita financeira. (LUCA, 1998)

Resultado da Equivalência Patrimonial é o produto dos acréscimos ou das diminuições na conta dos investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial. A receita de equivalência patrimonial é uma remuneração da parte do capital próprio da empresa aplicado em outra, que gerou riqueza nos resultados de suas atividades. Os dividendos recebidos de investimentos avaliados pelo método do custo de aquisição, bem como a receita de equivalência patrimonial, devem ser considerados como acréscimos na apuração do Valor Adicionado Recebido em Transferência.

Ribeiro e Lisboa (2000, p. 80) mencionam que:

A investidora realizou investimentos em algum momento do passado e, nos períodos posteriores, apenas receberá os frutos dessa aplicação, sem qualquer esforço, pelo menos em princípio. O mesmo acontece com as receitas financeiras: não há esforço da investidora, ela apenas aplica seus recursos no mercado e dependendo das oscilações deste, é que será a sua receita.

As Receitas Financeiras são obtidas de terceiros como forma de remuneração da utilização do capital, por meio de juros, descontos e de outros tipos de receitas, oriundas de aplicações, e ajudam a compor o valor adicionado recebido em transferência.

➤ Valor Adicionado Total

O valor adicionado total é o resultado da soma do valor adicionado líquido e do valor adicionado recebido em transferência. Ele demonstra o total de riqueza gerada pelos negócios da empresa durante o período computado e representa o valor adicionado a distribuir.

2.4.3.2 Distribuição do Valor Adicionado

Com relação à segunda parte da DVA, essa apresenta a forma pela qual é feita a distribuição do total de riqueza gerada pelos negócios da empresa. A seguir será discutido cada um dos agentes relacionados à empresa.

➤ Recursos humanos

Os recursos humanos representam a força de trabalho que recebe parte da receita gerada por meio da remuneração e dos encargos sociais pagos. Considera-se como

remuneração dos empregados: os salários e os encargos sociais, como 13^o salário, férias, FGTS, INSS, seguro de acidentes de trabalho, entre outros. São incluídos, nesse contexto, os valores relativos a comissões, gratificações, participações, planos de aposentadoria e pensão e outros benefícios, como assistência médica e transporte.

➤ Governo

Segundo Luca (1998, p. 72), “o valor dos impostos representa a parcela da remuneração do fator de produção conhecido como Governo. Essa é a remuneração pelo apoio da sociedade através de uma adequada estrutura social, política e econômica necessária à operacionalização da empresa”.

O Governo recebe parte do valor adicionado por força da legislação tributária, incluindo todos os tributos incidentes do período, separados dos referentes à remuneração dos recursos humanos da empresa.

➤ Remuneração do Capital

Segundo Martins, V. (1999), a apresentação da remuneração do capital é dividida em duas partes distintas:

- a do capital próprio – que é a remuneração do capital investido na entidade pelo acionista, representada pela remuneração aos acionistas sob a forma de dividendos, juros sobre o capital próprio, lucros retidos e pelo valor adicionado negativo, bem como pela participação dos acionistas minoritários;
- a do capital de terceiros – que é feita aos financiadores que recebem parte do valor adicionado da empresa sob a forma de remuneração do capital investido via empréstimo, financiamentos e compra de títulos emitidos pela empresa. Essa remuneração é feita por meio das despesas financeiras incorridas, como os juros que representam a remuneração pela utilização de determinado ativo. Os aluguéis pagos a terceiros também fazem parte da remuneração desse agente.

➤ Valor Adicionado Negativo

O valor adicionado negativo ocorre quando, na apuração do valor adicionado, as receitas forem menores que os custos dos insumos consumidos, gerando prejuízos em suas transações,

fazendo com que o valor gerado seja insuficiente para cobrir a remuneração dos fatores econômicos. Todavia, as empresas que apresentam valor adicionado negativo distribuem riquezas aos empregados e ao governo e fazem uso de créditos tributários. Em contrapartida, os acionistas são obrigados a suportar os prejuízos gerados pela empresa.

Em levantamento realizado por Santos (1999), para a sua tese de livre docência, foi reunida uma quantidade de empresas que disponibilizaram a DVA, nos anos de 1996 e 1997. Segundo Santos e Parmezano (1999, p. 05):

[...] para o exercício de 1997, a amostra totalizou 664 empresas e entre elas 11 apresentaram o valor adicionado negativo. [...] Essa situação é típica das empresas que apresentam prejuízos tão grandes que o valor adicionado criado não é suficiente para cobrir a riqueza distribuída.

O valor adicionado apurado pelas entidades representa o resultado das operações, que pode ser positivo ou negativo. O resultado negativo demonstra que a entidade não gerou riqueza, o que não impede que ela honre o seu compromisso social de remunerar os elementos que com ela participa nas atividades produtivas.

A DVA é elaborada com base nos preceitos dos Princípios Fundamentais de Contabilidade e evidencia a riqueza gerada pela empresa. Entretanto, pode ocorrer que em determinado exercício a empresa apresente prejuízo. Dessa forma, a DVA poderá apresentar, na apuração da riqueza gerada, valor adicionado negativo, significando que a empresa consumiu parte dos recursos dos acionistas para realizar a remuneração dos agentes que participam do processo produtivo, em virtude do mau desempenho de suas atividades.

No quadro 2, é apresentado o modelo da DVA proposto pela equipe da FIPECAFI, conforme a obra de Santos (1999). Nesse modelo, a DVA é composta de duas partes: a primeira trata da apuração do valor adicionado, demonstrando como a empresa agregou valor de sua atividade econômica e de seus negócios; e a segunda apresenta de que forma essa riqueza está sendo distribuída entre os principais agentes econômicos relacionados à entidade. Observa-se, no modelo, que a depreciação é tratada como um gasto externo, da mesma forma que os materiais e os serviços de terceiros consumidos.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	
EMPRESA:	R\$ mil
DESCRIÇÃO	
1 – RECEITAS	
1.1 – Vendas de mercadorias, produtos e serviços	
1.2 – Provisão p/ devedores duvidosos – Reversão/(Constituição)	
1.3 – Não-operacionais	
2 – INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui os valores dos impostos – ICMS e IPI)	
2.1 – Matérias-primas consumidas	
2.2 – Custo das mercadorias e serviços vendidos	
2.3 – Materiais, energia, serviço de terceiros e outros	
2.4 – Perda/Recuperação de valores ativos	
3 – VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	
4 – RETENÇÕES	
4.1 – Depreciação, amortização e exaustão	
5 – VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3 - 4)	
6 – VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	
6.1 – Resultado de equivalência patrimonial	
6.2 – Receitas financeiras	
7 – VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	
8 – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	
8.1 – Pessoal e encargos	
8.2 – Impostos, taxas e contribuições	
8.3 – Juros e aluguéis	
8.4 – Juros s/ capital próprio e dividendos	
8.5 – Lucros retidos/prejuízo do exercício	

Quadro 2 – Modelo da DVA proposto pela FIPECAFI

Fonte: Santos (1999).

Ressalta-se que não há um modelo padrão de DVA a ser seguido. Apesar disso, como se pode observar no modelo da FIPECAFI, seu formato lembra a Demonstração do Resultado dos Exercícios (DRE). A DVA pode ser extraída da DRE. Contudo, ressalva-se que a construção perfeita da DVA somente será possível se a sua elaboração for realizada, internamente, nas organizações haja vista a necessidade de informações gerenciais, porquanto a DRE não esclarece, por exemplo, qual o valor da mão-de-obra está embutida nos custos de produção.

Perottoni e Cunha (1997) apresentam a DVA sob uma ótica um pouco diferente das que vêm sendo apresentadas em livros e artigos. Conforme os autores, a estrutura da Demonstração do Valor Adicionado é formada pelos itens descritos a seguir:

- De entradas
- Vendas de Produtos e Serviços – destinadas à demonstração da receita bruta da venda de produtos e da prestação de serviços, ajustada por valores não-operacionais, financeiros e de equivalência patrimonial; e
- Receitas Financeiras – demonstram os valores auferidos pela empresa, resultantes de atividade de financiamento de clientes, de aplicações financeiras de sobras de caixa e de outras receitas financeiras.
- De saídas
- Matérias-Primas e Bens de Consumo – contemplam o valor das matérias-primas consumidas, gastos gerais de fabricação, despesas com vendas e despesas gerais e administrativas, com exceção dos salários, encargos sociais, depreciação, amortização, exaustão e serviços adquiridos de terceiros; e
- Serviços de Terceiros – registram todos os custos despendidos com terceiros, como comissões sobre vendas, honorários profissionais e remuneração por prestação de serviços.
- Valor adicionado – é o resultado entre a diferença das entradas e das saídas. O valor encontrado nessa operação é base para a distribuição aos agentes econômicos que participam das atividades da empresa.
- De destinações
- Salários e Encargos Sociais – são apropriações, a título de ordenados, salários e encargos sociais, tanto das pessoas ligadas à produção, como as da área administrativa, como também da remuneração dos administradores;
- Impostos – incluem-se os valores gerados ou pagos, correspondentes aos tributos federais, estaduais e municipais;
- Juros – são os custos com recursos fornecidos por terceiros, provenientes de financiamentos do ativo imobilizado e do capital de giro;
- Retenções – contemplam valores contabilizados a título de depreciação,

amortização e exaustão, tanto os apropriados na produção, como em despesas operacionais; e

- Participações e Lucros Retidos – contemplam o somatório da participação dos administradores, partes beneficiárias e o lucro líquido do período.

Dentro dessa composição, a sociedade, os empregados, os financiadores, o governo podem acompanhar o desempenho social da empresa, visualizando as entradas, as saídas, as retenções e as destinações. Contudo, a DVA apresentada por Perottoni e Cunha (1997) não demonstra quanto foi gerado de valor pelas atividades normais da empresa e nem pelos negócios da empresa. Nas destinações não aparece destacado o que seria reservado aos acionistas pela remuneração do capital próprio, sob a forma de juros sobre capital próprio e de dividendos. Observa-se que as depreciações e amortizações fazem parte do valor adicionado da empresa pelo fato de se encontrar no grupo destinações, como retenções.

A CVM vem incentivando e apoiando a divulgação voluntária de informações de natureza social, tendo emitido dois Pareceres de Orientação nesse sentido: o Parecer de Orientação CVM n. 15/1987 – na parte que trata do Relatório da Administração – e o Parecer de Orientação CVM n. 24/1992 – sobre divulgação da Demonstração de Valor Adicionado.

Martins, E. (2001) relata que alguns países, como a Índia e vários da África, exigem que qualquer empresa estrangeira que queira construir uma filial demonstre qual será a expectativa de valor adicionado a ser gerado no país. Assim, a empresa que deseja instalar uma unidade, em determinada localidade, deve fornecer ao gestor público local uma DVA que projete qual será o valor estimado para remuneração da mão-de-obra local e quais benefícios poderá trazer, no que se refere à geração de impostos diretos e indiretos a longo prazo.

A importância da elaboração e divulgação do Balanço Social – acompanhado da DVA – tem destaque, haja vista que, juntos, formam um instrumento valioso para medir e informar o desempenho da responsabilidade social de uma gestão.

2.4.4 Demonstração do Valor Adicionado dos Bancos

A primeira parte da DVA, para as empresas industriais, comerciais e/ou serviços, apresenta o resultado das receitas diminuídas dos insumos adquiridos de terceiros. A riqueza gerada pela empresa é resultado do valor agregado em bens e insumos produzidos ou adquiridos de outra empresa, vendidos a outros. O valor adicionado é a diferença entre o valor das receitas de venda da produção e o valor pago para terceiros na compra de insumos intermediários consumidos. Nessa parte, as receitas financeiras são tratadas como valor adicionado gerado por outras empresas, recebidos por transferência, sendo apresentadas fora do valor adicionado bruto, gerado pelas atividades normais da empresa.

A segunda parte da DVA apresenta a remuneração dos agentes econômicos que participam do processo produtivo, quando se trata de uma empresa industrial, comercial e/ou de serviços. O capital de terceiros, dos financiadores, é remunerado com a distribuição de parte da riqueza gerada pela empresa.

Se os procedimentos descritos fossem considerados para bancos, o valor adicionado deles seria a diferença entre as receitas de prestação de serviços e os insumos adquiridos de terceiros. As receitas e as despesas financeiras não seriam incluídas no cálculo do valor adicionado gerado pelos bancos. Esses considerariam somente os serviços prestados aos seus clientes. O resultado, na maioria das vezes, poderia ser um valor adicionado negativo.

Contudo, nos bancos, as receitas e as despesas financeiras têm tratamento diferenciado das demais empresas, dadas as peculiaridades de suas atividades normais em realizar a intermediação financeira entre poupadores/aplicadores e tomadores de recursos (MARTINS, E., 1993). Consideram-se os benefícios gerados pela estrutura dos bancos para realizar, além dos serviços aos clientes, os serviços relativos de intermediação financeira que fornecerá aos bancos receitas financeiras líquidas.

Conforme Martins, E. (1998), a principal atividade operacional dos bancos é receber e pagar juros, que é uma parte da riqueza gerada por terceiros. Os juros são uma remuneração do capital que o banco empresta e transfere de seus poupadores/aplicadores a outros interessados. Essa intermediação realizada pelos bancos – entre os interessados em aplicar o capital e os de receber esse capital mediante empréstimos – é remunerada, ficando o banco com uma parcela dessa remuneração, que é considerada como atividade produtora de valor adicionado, fazendo parte do cálculo do valor adicionado bruto.

Vários países adotam metodologias diferentes para tratar o setor bancário no cálculo do valor adicionado. Martins, E. (1993) destaca a existência de uma convenção internacional que admite, apenas para as instituições financeiras, o tratamento diferenciado das receitas e despesas financeiras de serem empregadas na apuração das receitas líquidas – que são consideradas rendas produtoras de valor adicionado.

De acordo com Luca (1998, p. 85):

A forma de cálculo dos agregados macroeconômicos, em nível nacional, mais precisamente, do PIB, também obedece a esse mesmo tratamento particular. Assim, do somatório dos valores agregados de todos os setores é necessário eliminar a renda (juros) atribuída ao setor financeiro que foi produzida por outros setores e para ele transferida como remuneração de sua intermediação, evitando, assim a dupla contagem.

Troster (2002) comenta que o IBGE, órgão responsável pelo cálculo do PIB brasileiro, considera o caráter intermediário do setor bancário, e dá tratamento específico para os bancos, criando um setor fictício para a intermediação financeira que depois é deduzido. Esse fato é estabelecido na Contabilidade Nacional como Anomalia Bancária. Esse autor define Anomalia Bancária da seguinte forma (2002, p. 03):

A participação bancária é calculada criando um setor virtual que depois é deduzido do PIB estimado. O erro consiste em considerar o valor do setor virtual como real. Isto é parte da renda de outros setores que pagam juros é atribuída ao setor bancário, todavia, num regime de inflação, o valor do setor virtual aumenta em razão da elevação dos juros nominais.

Troster (2002) apresenta algumas sugestões para solucionar o problema da Anomalia Bancária:

- estimar taxa de juros “pura” – consiste em considerar para cada operação bancária uma estimativa de um valor para o serviço da operação envolvida, retirando os juros cobrados dos bancos. Para esse autor, é uma proposta atrativa, mas na prática é inviável;
- tratar a atividade bancária como consumo do governo – parte do fato de que os gastos do governo são computados pelo valor de seu custo e fornecidos para o conjunto da comunidade, independentemente da sua eficiência ou necessidade; as atividades bancárias deveriam ter o mesmo tratamento das contas públicas; e

- tratar o dinheiro como insumo – o setor financeiro seria uma indústria ou comércio que compra e vende dinheiro.

Essa última sugestão, para Troster (2002), tem reflexos no valor adicionado nos demais setores da sociedade, em virtude do aumento de endividamento, pois todos os participantes da economia estariam comprando e vendendo os serviços financeiros. As alterações nos juros influenciariam diretamente no valor da produção da economia, por refletir nos demais setores, ocasionando distorções significantes pela necessidade de imputar a cada setor da sociedade uma parcela dos serviços bancários para compensar essas distorções.

Ainda que um banco gere pouca ou riqueza alguma, ele é importante para a economia de um país, pois possibilita transações entre aplicadores e tomadores de recursos que, juntos, efetivamente, geram riquezas. Todavia, mesmo não gerando renda em sua atividade de intermediação financeira, os bancos realizam a transferência de riqueza entre os diversos agentes econômicos que participam do seu processo produtivo. Então, para os bancos, a renda obtida é riqueza gerada, apesar de não ser considerada pela economia no momento do cálculo de agregação do valor adicionado no PIB, tendo em vista que se a riqueza gerada pelos bancos fosse considerada ocorreria dupla contagem do valor adicionado na economia.

Com relação à DVA destinada aos bancos, Martins, E. (1993, p. 132) indica que:

[...] para os bancos o modelo da Demonstração do Valor Adicionado é diferente:

- a) as receitas financeiras são consideradas geradoras de valor adicionado; e
- b) as despesas financeiras são consideradas como redutoras das receitas financeiras no cálculo do valor adicionado, em vez de aparecerem como distribuição do valor adicionado.

Uma vez definido o conceito de receitas produtoras de valor adicionado para os bancos, os demais componentes da Demonstração do Valor Adicionado serão os mesmos, com diferença na parte da remuneração dos capitais de terceiros, no qual as despesas financeiras não são evidenciadas como distribuição do valor adicionado aos financiadores, pois estão incluídas no cálculo da apuração do valor adicionado.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa enquadra-se na categoria dos trabalhos empíricos-analíticos que, conforme Martins, G. (1994, p. 26):

São abordagens que apresentam em comum a utilização de técnicas de coleta, tratamento e análise de dados marcadamente quantitativas. Privilegiam estudos práticos. Suas propostas têm caráter técnico restaurador e incrementalista. Têm forte preocupação com a relação causal entre variáveis. A validação da prova científica é buscada através de testes dos instrumentos, graus de significância e sistematização das definições operacionais.

Os dados da pesquisa foram obtidos por meio de levantamentos bibliográfico e documental, de contatos com a FEBRABAN e com alguns bancos, diretamente.

De acordo com Oliveira (2001, p. 119), “A pesquisa bibliográfica tem por finalidade conhecer as diferentes formas de contribuição científica que se realizarem sobre determinado assunto ou fenômeno”.

Na pesquisa bibliográfica, o material pesquisado constituiu-se de livros, manuais, artigos em revistas, jornais, anais de congressos e de seminários, periódicos, internet, dissertações, teses e outros.

Segundo Marconi e Lakatos (1991, p. 174), “a característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser feitas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois”.

Na pesquisa documental, foram consultados: Balanços Sociais dos bancos, demonstrações contábeis, relatórios de administração, normas, leis e projetos de leis que tratam do tema, além de outras publicações.

3.1 Hipótese

Para a realização da pesquisa, foi estabelecida hipótese, que será testada utilizando-se a técnica de testes de duas médias de amostras com tamanhos diferentes, conforme roteiro apresentado na obra de Kreyszig (1970) e na obra de Stevenson (1981). A hipótese estabelecida é:

- H_0 – a distribuição do valor adicionado para os recursos humanos é igual em todos os segmentos de bancos localizados no Brasil.

3.2 População e Amostra

A população de interesse desta pesquisa são os anos de funcionamento dos bancos no Brasil, sendo, portanto, caracterizada como população infinita.

Stevenson (1981, p. 160), explica que “um censo envolve um exame de todos os elementos de um dado grupo, enquanto que a amostragem envolve o estudo de apenas uma parte de elementos do grupo”. As amostras alvo desta pesquisa são os anos: 1998, 1999 e 2000, referentes aos segmentos de bancos pesquisados.

3.3 Tratamento dos Dados

Os dados foram coletados de forma a permitir a elaboração da DVA para cada segmento de bancos, possibilitando efetuar a segregação dos bancos públicos dos bancos privados e realizar análise comparativa da distribuição do valor adicionado de cada segmento. Dessa forma, recorreu-se às publicações do Balanço Social da FEBRABAN e às demonstrações contábeis dos bancos públicos, que serviram para elaborar as DVAs de cada banco público, referentes aos anos estudados.

Neste estudo foram considerados como bancos públicos as instituições financeiras em que a União ou os estados têm participação predominante como controladores. Os considerados como bancos públicos federais foram as seguintes instituições: Banco do Brasil

(BB), Caixa Econômica Federal (CEF), Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e Banco da Amazônia (BASA). E, como bancos estaduais, as instituições financeiras vinculadas às administrações públicas dos estados: Banco do Estado de Santa Catarina (BESC), Banco do Estado do Sergipe (BANESE), Banco do Estado do Acre (BEC), Banco do Estado do Espírito Santo (BANESTES), Banco do Estado do Maranhão (BEM), Banco do Estado do Pará (BANPARÁ), Banco do Estado do Piauí (BEP), Banco Nossa Caixa, Banco do Estado do Rio Grande do Sul (BANRISUL) e Banco de Brasília (BRB).

Os dados coletados são de natureza quantitativa, o que possibilitou tratá-los com o emprego de procedimentos de estatísticos, com o intuito de analisar o problema apresentado na pesquisa, a fim de entender a forma como é realizada a Distribuição do Valor Adicionado para os recursos humanos dos bancos localizados no Brasil.

A partir dos dados coletados e do referencial teórico, procedeu-se à descrição dos dados da distribuição do valor adicionado aos beneficiários da riqueza gerada pelos bancos, que foi realizada pela interpretação e comparação dos dados que constam em tabelas-resumo, apresentadas em milhões de reais. Para essa análise comparativa, os valores são descritos tanto em valores absolutos, como em valores percentuais e serviram de base para o cálculo das médias aritméticas, dos desvios-padrão e das variâncias, referentes aos itens de distribuição do valor adicionado para cada segmento estudado. Além disso, considerando que a simples diferença numérica entre os valores médios não assegura a prova científica, procedeu-se ao teste comparativo das médias da distribuição do valor adicionado, nos anos considerados, entre os diferentes segmentos, a fim de testar a hipótese colocada na pesquisa.

Os dados utilizados nesta dissertação foram levantados das demonstrações contábeis divulgadas pelos bancos públicos, bem como das notas explicativas às demonstrações contábeis e dos relatórios de administração desses bancos, de onde foram extraídos os dados que permitiram elaborar as suas DVAs, com critérios equivalentes, no intuito de obter os resultados esperados. Isso conduziu à exploração das demonstrações contábeis divulgadas pelas instituições financeiras, de modo a obter informações necessárias para a análise comparativa.

3.4 Modelo de DVA Utilizado na Pesquisa

A evidenciação da apuração e a distribuição da riqueza gerada pelos bancos são divulgadas na DVA. A FIPECAFI possui um modelo de DVA destinado aos bancos, que vem sendo utilizado como relatório de evidenciação da agregação e distribuição de valor adicionado por algumas instituições financeiras no Brasil.

Em geral, a evidenciação das informações, na DVA, são realizadas com algumas adequações, conforme a demonstração constante do quadro 3, em que é apresentada a DVA divulgada pela FEBRABAN. Nessa DVA, observa-se a apresentação da parcela dos lucros retidos no subgrupo Retenções. Cabe ressaltar que o lucro da empresa é remuneração dos seus acionistas, devendo os lucros retidos serem analisados junto ao subgrupo dos acionistas.

Nesse modelo é utilizado o conceito de valor adicionado bruto para as depreciações e amortizações, pois estão apresentadas como parcela de distribuição do valor adicionado no subgrupo Retenções.

	R\$ milhões	%
1. Apuração do valor Adicionado		
Resultado bruto da Intermediação financeira		
Outras receitas/despesas		
Bens e serviços adquiridos de terceiros		
Valor adicionado		
Resultado da participação em Coligadas e Controladas		
Valor adicionado bruto		
2. Distribuição do valor Adicionado		
Recursos Humanos		
Salários e honorários		
Encargos sociais		
Benefícios		
Governo		
Despesas tributárias		
Imposto de Renda e Contribuição social		
INSS sobre salários		
Dividendos a acionistas		
Retenções		
Depreciação/amortização		
Lucro retido		
Valor adicionado bruto		

Quadro 3 – Modelo de DVA utilizada pela FEBRABAN

Fonte: FEBRABAN.

Outro fato a ser observado na DVA da FEBRABAN é o emprego da nomenclatura do grupo Valor Adicionado – que deveria ser Valor Adicionado Bruto, tendo em vista se tratar de resultados das atividades operacionais dos bancos. A discriminação no modelo, referente ao grupo Valor Adicionado Bruto, deveria ser mudada para Valor Adicionado Total, considerando que este abrange os valores recebidos de transferências, que são utilizados nas destinações do valor adicionado total da empresa. A forma apresentada no modelo não evidencia de forma clara a agregação de valor gerado pelas atividades normais dos bancos, pois o valor recebido por transferência foi riqueza gerada pelas atividades de outras empresas.

Tendo em vista a polêmica existente com relação à depreciação e à amortização, preferiu-se observar a metodologia de divulgação da FEBRABAN, a fim de dar consistência às informações geradas nos relatórios. O modelo de DVA dessa Federação serviu para identificar as informações dos bancos privados, dos bancos públicos federais e dos estaduais relacionadas à agregação e à distribuição do valor adicionado.

As informações utilizadas para preenchimento da DVA foram extraídas das demonstrações contábeis, principalmente da DRE.

A seguir, é apresentado o roteiro utilizado para preenchimento da DVA.

1 – APURAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

a – Resultado bruto da intermediação financeira

(soma das (+) receitas da intermediação financeira e (-) despesas da intermediação financeira)

b – Outras receitas/despesas

(soma das (+) receitas de prestação de serviços, (+) outras receitas operacionais, (-) outras despesas operacionais e (+/-) resultado não-operacional)

c – Bens e serviços adquiridos de terceiros

(devem ser considerados os valores relativos a “outras despesas administrativas”)

1.1 – VALOR ADICIONADO (soma das letras “a”, “b” e “c”)

1.1.1 – (+/-) Resultado participação coligadas/controladas

(devem ser incluídos os valores do resultado de equivalência patrimonial e os valores referentes aos ganhos ou perdas com variação cambial nos investimentos em empresas, realizados em moeda estrangeira, bem como os valores recebidos de dividendos referentes a investimentos avaliados pelo método de custo de aquisição)

1.2 – VALOR ADICIONADO BRUTO (soma dos itens 1.1 e 1.1.1)

2 – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO

2.1 – RECURSOS HUMANOS (soma dos itens 2.1.1 e 2.1.2)

2.1.1 – (+) Salários e honorários

(devem ser incluídas neste item as despesas de pessoal, (-) Encargos Sociais e (+) Benefícios)

2.1.2 – (+) Participação no Lucro–Empregados

(devem ser incluídas neste item as destinações com participações e contribuições estatutárias)

2.2 – GOVERNO (soma dos itens 2.2.1 a 2.2.4)

2.2.1 – (+) Despesas tributárias

2.2.2 – (+) Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social.

2.2.3 – (-) IR Diferido (Constituição/Realização Créd. Tributário)

2.2.4 – (+) Encargos Sociais

2.3 – ACIONISTAS (valor do item 2.3.1)

2.3.1 – (+) Dividendos aos acionistas

(devem ser incluídos neste item os juros sobre o capital próprio e dividendos)

2.4 – RETENÇÕES (soma dos itens 2.4.1 e 2.4.2)

2.4.1 – (+) Depreciação e amortização

2.4.2 – (+/-) Lucro retido/prejuízos do exercício

(devem ser incluídos neste item os lucros/prejuízos destinados ao patrimônio líquido)

3 – VALOR ADICIONADO BRUTO (soma dos itens 2.1; 2.2; 2.3 e 2.4)

- Aspectos observados durante a elaboração da DVA
- Insumos Adquiridos de Terceiros

Os gastos realizados pela empresa em bens e serviços consumidos nas atividades operacionais são contabilizados em observância aos Princípios Fundamentais de Contabilidade, principalmente ao que se refere ao Princípio da Competência. Nos bancos, os bens e serviços consumidos de terceiros estão inseridos na DRE, em “outras despesas administrativas”. As depreciações e amortizações foram destacadas do valor de “outras despesas administrativas”.

➤ A Questão da Variação Cambial

No resultado da participação em coligadas e controladas dos bancos, deve ser observada a questão das variações cambiais referentes a investimentos realizados entre empresas de países com moedas diferentes. Nessa situação, o resultado da participação em coligadas e controladas deve ser evidenciado seguido de subgrupo de conta que apresente os ganhos e as perdas com variação cambial relativa ao resultado.

➤ Depreciação, Amortização e Exaustão

O modelo utilizado pela FEBRABAN considera as depreciações e as amortizações como valor adicionado retido. O modelo sugerido pela FIPACAFI as considera como redução do valor adicionado bruto para se chegar ao conceito de valor adicionado líquido. Todavia, foi mantida a estrutura original do modelo de DVA da FEBRABAN, para fins de uniformização e consistência das informações obtidas.

➤ Remuneração dos Recursos Humanos e os Encargos Sociais

Tendo em vista que os encargos sociais são recursos pagos indiretamente aos recursos humanos, foi atribuído como encargos sociais 17% do valor das despesas de pessoal. Dessa forma, o valor referente a encargos sociais foi segregado da remuneração dos recursos humanos e distribuído como remuneração do governo, pois entendeu-se que o governo utiliza esses recursos para atender aos gastos da assistência social, beneficiando toda a sociedade.

3.5 Núcleo Básico da Pesquisa

Os bancos que compõem o núcleo básico da pesquisa são os bancos públicos federais, os públicos estaduais e os bancos privados, apresentados na tabela 3.

Tabela 3 – Núcleo Básico da Pesquisa

Banco	Ano		
	1998	1999	2000
	Quantidade de Bancos		
Privados	189	180	179
Públicos Federais	04	04	04
Públicos Estaduais	10	10	10
Todos os Bancos	203	194	193

Fonte: BACEN e FEBRABAN.

A fim de demonstrar a dimensão de todos os bancos localizados no Brasil e, em especial, dos bancos públicos federais, são apresentadas as informações obtidas nos relatórios da FEBRABAN e de cada instituição financeira federal, no ano de 2000.

- todos os bancos brasileiros: 16.590 agências e 19.939 pontos de atendimento – 401 mil funcionários;
- todos os bancos públicos federais: 4.867 agências e 9.614 pontos de atendimento – 140 mil funcionários;
- Caixa Econômica Federal: 1.692 agências, 2.193 pontos de atendimento e 6.003 casas lotéricas – 53 mil funcionários;
- Banco do Brasil: 2.919 agências e 7.388 pontos de atendimento – 78 mil funcionários e 12 mil estagiários;
- Banco da Amazônia: 82 agências e 15 postos de atendimento – 2.900 funcionários (incluindo estagiários);
- Banco do Nordeste do Brasil: 174 agências e 18 postos de atendimento – 6.500 funcionários (incluindo estagiários).

Com relação aos dados coletados na pesquisa, referentes às demonstrações contábeis do Banco do Nordeste do Brasil, não foram considerados os dados correspondentes ao Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), como também não foram considerados os dados do Banco da Amazônia relativos ao Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO). O quadro 4 apresenta o núcleo da pesquisa, identificando os bancos públicos federais e os bancos públicos estaduais. No apêndice C, é apresentada a relação dos bancos privados.

Administração	Sigla	Bancos
Federal	BB	Banco do Brasil
	CEF	Caixa Econômica Federal
	BNB	Banco do Nordeste do Brasil
	BASA	Banco da Amazônia
Estadual	BESC	Banco do Estado de Santa Catarina
	BANESE	Banco do Estado do Sergipe
	BEC	Banco do Estado do Acre
	BANESTES	Banco do Estado do Espírito Santo
	BEM	Banco do Estado do Maranhão
	BANPARÁ	Banco do Estado do Pará
	BEP	Banco do Estado do Piauí
	NOSSA CAIXA	Banco Nossa Caixa (SP)
	BANRISUL	Banco do Estado do Rio Grande do Sul
	BRB	Banco de Brasília

Quadro 4 – Descrição das Instituições Financeiras Públicas.

3.6 Instrumento de Análise Estatística Utilizado

Os valores das transferências de riquezas dos bancos para os recursos humanos foram dispostos em números percentuais, o que forneceu 12 elementos amostrais referentes aos bancos públicos federais, 03 elementos amostrais referentes aos bancos privados e, inicialmente, 30 elementos amostrais referentes aos bancos públicos estaduais. Contudo, foi observado que, em 1998, os bancos BESC, BANESE, BEC, BANPARÁ e BANRISUL apresentaram grande oscilação da distribuição do valor adicionado, desigualando a distribuição do segmento. Dessa forma, optou-se por excluí-los, permanecendo 25 elementos para a amostra do ano de 1998, referentes aos bancos públicos estaduais.

As amostras identificadas dos anos pesquisados são independentes, por esse motivo, utilizou-se a massa de dados de forma combinada (*pooled data*), mesclando os dados de um mesmo banco ao longo dos três anos (*temporal series*), e os dados de todos os bancos em um mesmo ano (*cross sectional*).

Os testes de duas amostras para médias são utilizados para comparar se duas populações são independentes, representadas por duas amostras diferentes, uma de cada população – ou se são iguais.

Os testes de significância das médias permitem analisar se as afirmações hipotéticas feitas a respeito de médias populacionais são verdadeiras. Esses testes exigem o emprego de dados quantitativos. Para realizar os testes das médias relativas à distribuição de valor adicionado para os recursos humanos dos bancos, foram consultados os roteiros de testes de duas amostras para médias – de Kreyszig (1970) e Stevenson (1981) –, o que permitiu realizar comparações, durante a pesquisa, sobre as médias encontradas, considerando-as de amostras que apresentam distribuições normais. No apêndice B, é apresentada a estatística descritiva utilizada nesta pesquisas para realização dos testes de significância das médias.

3.7 Limitações Metodológicas

O método escolhido para a pesquisa apresenta certas limitações na coleta de dados, haja vista que, por não ser uma demonstração de divulgação obrigatória, poucos bancos a publicam. Preferiu-se, então, elaborar a DVA para cada banco público, partindo das suas respectivas demonstrações contábeis. Contudo, verificou-se durante a coleta de dados a falta de acesso às contas analíticas, nas informações primárias, que permitissem detalhar a apuração da agregação e distribuição do valor adicionado aos recursos humanos, ao governo e aos acionistas, da mesma da forma que vêm sendo realizadas pelas instituições que a publicam. Verificou-se, também, a falta de disponibilidade das demonstrações contábeis dos bancos para aumentar o período da análise, ocasionando a limitação de dispor de dados de apenas três anos para a pesquisa.

Outro aspecto a se considerar é o tamanho do setor bancário, cerca de 193 bancos, o que dificultou a obtenção de informações das unidades privadas a respeito do assunto, sendo os dados dos bancos privados consolidados na DVA, uma para cada ano, que representa a soma de todos eles. Aliado a esse fato está a quantidade dos bancos públicos, cerca de 14

bancos. Trata-se de quantidade pequena quando comparada ao total de bancos privados. Além da falta de uniformidade das demonstrações contábeis apresentadas pelos bancos investigados, acrescenta-se o fato de a metodologia para elaborar a DVA dos bancos divulgada pela FEBRABAN não ter sido obtida.

A análise conjunta, e não individual, dos bancos federais, torna a interpretação dos aspectos econômicos-financeiros um pouco distorcida, considerando que cada banco federal possui destinações e tamanhos diferentes. Por essa razão, preferiu-se trabalhar com números relativos na análise da distribuição do valor adicionado.

O BNDES é uma instituição financeira que possui objetivo único de atuação e desempenha importante papel nas atividades sociais e econômicas do governo, participando no processo de industrialização e financiando a infra-estrutura, entre outras atividades, como organismo de combate às diferenças regionais, promovendo a competitividade e o desenvolvimento do País. Tendo em vista essa peculiaridade de atribuições do BNDES, a FEBRABAN não considera os dados desse banco na DVA dos bancos. Diante desse fato, os dados referentes ao BNDES não foram considerados na presente pesquisa para efeito da consolidação das informações dos bancos públicos federais.

Os bancos estaduais possuem objetivos únicos de atuação, conforme a administração do estado a que estiverem vinculados. Devem se considerar os problemas estruturais, econômicos ou financeiros, que influenciam esses bancos na agregação e distribuição do valor adicionado, que dificultam a investigação das causas que ocasionaram as oscilações (*out lier*) da distribuição do valor adicionado dos bancos públicos estaduais.

4 ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA

Os dados coletados dos bancos para análise foram extraídos das demonstrações contábeis dos bancos públicos e da DVA da FEBRABAN, referentes aos anos de 1998 a 2000. Verificou-se, anteriormente, com base na revisão da literatura, que os bancos geram pouca ou riqueza alguma, pois a sua principal fonte de recursos é a intermediação financeira – que não é considerada como renda pela Economia. Contudo, entende-se que os bancos distribuem riquezas aos agentes econômicos que participam das suas atividades produtivas.

Análises comparativas das distribuições de riquezas realizadas pelos bancos públicos federais e estaduais e pelos bancos privados poderão fornecer informações substanciais sobre os desempenhos sociais dessas empresas.

As tabelas que contêm os dados utilizados para realizar as análises da distribuição do valor adicionado dos bancos pesquisados, bem como as DVA elaboradas e utilizadas na pesquisa estão nos apêndices e no anexo deste trabalho.

4.1 Valor Adicionado Total do Núcleo Básico da Pesquisa

Das DVAs dos três segmentos de bancos considerados na pesquisa foram obtidas informações do desempenho econômico e social das operações dos bancos, no período de 1998 a 2000. Na tabela 4 são destacadas as informações relativas ao valor adicionado total do núcleo básico da pesquisa, os bancos localizados no Brasil.

O gráfico 1 mostra a evolução do valor adicionado no período, de forma a possibilitar a comparação da performance dos bancos. A tabela 4 descreve o valor adicionado do núcleo básico, na ordem de R\$48.684 milhões, em 2000. Em 1999, encontrava o total de R\$50.778 milhões e, em 1998, o valor era de R\$37.261 milhões. Percebe-se uma situação de aumento do Valor do Adicionado dos bancos, nos anos considerados.

Tabela 4 – Valor adicionado total do núcleo básico da pesquisa

Banco	1998		1999		2000	
	Quantidade de Bancos	Valor Adicionado (R\$ Milhões)	Quantidade de Bancos	Valor Adicionado (R\$ Milhões)	Quantidade de Bancos	Valor Adicionado (R\$ Milhões)
Privados	189	24.670	180	36.901	179	32.958
Públicos Federais	04	11.786	04	11.494	04	13.183
Públicos Estaduais	10	805	10	2.383	10	2.543
Todos os Bancos	203	37.261	194	50.778	193	48.684

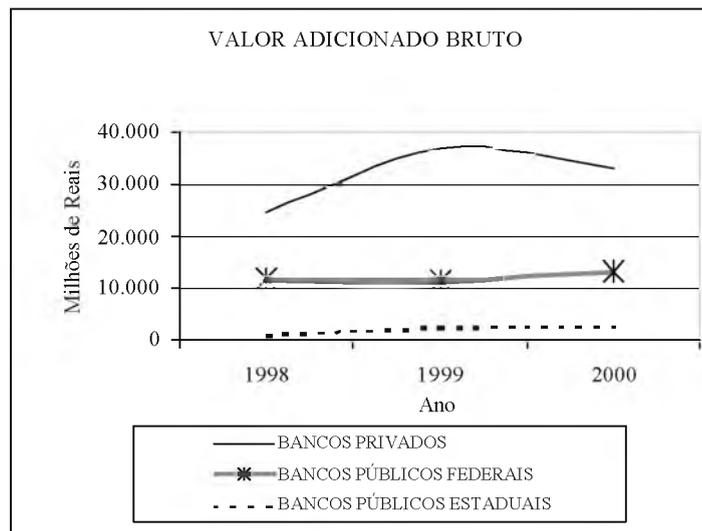


Gráfico 1 – Comparação do Valor Adicionado Total dos Bancos

A situação de aumento observada teve início em 1999, com a desvalorização do real e pelas instabilidades econômicas de previsões de alta de inflação que não se confirmaram, chegando a ocorrer deflação. O ano fechou apresentando Índice de Preços ao Consumidor de 8,64%, que se pode considerar baixo, diante à desvalorização cambial do real de 48,01%. O Sistema Financeiro obteve redução da alíquota do compulsório dos depósitos a prazo, na liberação de prazo das aplicações financeiras.

Os bancos públicos federais foram impulsionados pela Caixa Econômica Federal e pelo Banco do Brasil. A CEF se destacou com acréscimos de 8%, em 1999, e de 4,47% em 2000. Um dos fatores que contribuíram para esse agente financeiro apurar esse resultado,

além da conjuntura econômica, foi a disponibilização de abertura de contas e recebimento de depósitos nas Casas Lotéricas, além de campanhas de captação de recursos desenvolvidas durante os anos. O BB, em 2000, também apresentou resultado positivo de 25,87%. A recuperação de créditos, a forte presença do banco no território nacional e o crescimento da captação de recursos foram alguns fatores que contribuíram para essa performance.

A participação conjunta dos bancos públicos federais e dos estaduais, no valor adicionado dos bancos brasileiros, em 1998, era de 33,79%. Apesar da melhora de desempenho no ano seguinte, em 2000, a participação dos bancos públicos, em relação a todos bancos, reduziu para 32,30%, ou seja, houve decréscimo de 4,41%.

Alguns bancos públicos estaduais foram influenciados pelo processo de federalização, visando a posterior privatização. Bancos desse segmento obtiveram recursos da União.

A participação dos bancos privados na composição do valor adicionado total dos bancos brasileiros, em 1998, foi de 66,21%, e de 67,69%, em 2000, representando aumento de 2,23%.

4.2 Distribuição do Valor Adicionado aos Acionistas

As informações sobre a distribuição do valor adicionado aos acionistas, como forma de remuneração do capital próprio investido, apontam o comportamento da destinação de dividendos, no período de 1998 a 2000. A tabela 5 descreve a destinação do valor adicionado aos acionistas sob a forma de dividendos pelos bancos brasileiros.

Tabela 5 – Distribuição do Valor Adicionado aos Acionistas

Tipos de Banco	1998		1999		2000	
	R\$ milhões	%	R\$ milhões	%	R\$ milhões	%
Federais	132	1	129	1	271	2
Estaduais	31	4	85	4	79	3
Privados	636	3	1.741	5	828	3
Todos os bancos	799	2	1.955	4	1.178	2

O gráfico 2 apresenta o comportamento da distribuição de dividendos aos acionistas, com aumento da destinação do valor adicionado dos bancos públicos federais, demonstrando tendência de equiparação ou superação no percentual de distribuição de dividendos, em relação aos bancos públicos estaduais e aos bancos privados.

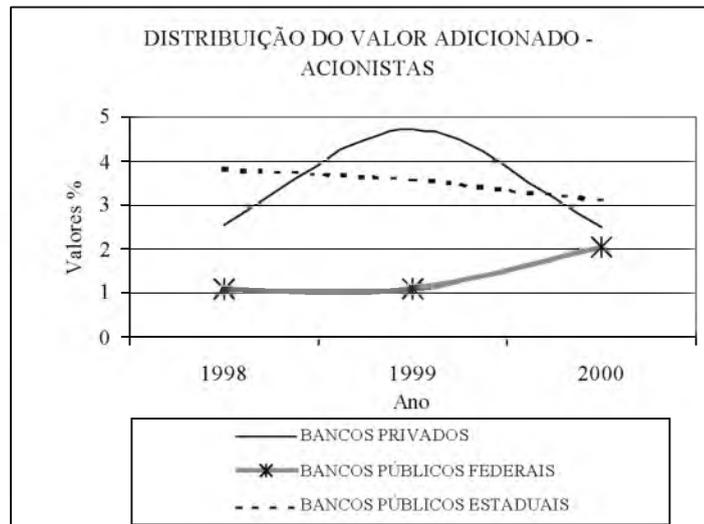


Gráfico 2 – Comparação da Distribuição do Valor Adicionado aos Acionistas

Observa-se que em 2000 a destinação aos acionistas – do percentual da riqueza criada –, sob a forma de dividendos, foi de 2%, nos bancos públicos federais; de 3% nos bancos públicos estaduais; e de 3% nos bancos privados. Da destinação aos acionistas do setor bancário, do total da riqueza criada pelos bancos brasileiros (todos os bancos), no montante de R\$1.178 milhões, os bancos públicos federais participaram com 23%, os públicos estaduais com 6,7% e os bancos privados com 70,3%. Em 1998, a participação conjunta dos bancos públicos federais e dos estaduais, na distribuição realizada pelos bancos brasileiros aos acionistas, era de 20,4%. Em 1999, a participação desse segmento era de 11%, e em 2000 estava na ordem de 29,7%.

4.3 Lucro Retido

O lucro retido é uma forma de remunerar o capital próprio investido dos acionistas, mantendo na empresa uma parte do valor adicionado gerado pelas suas atividades. A tabela 6 descreve os valores da retenção do valor adicionado dos bancos sob a forma de lucro retido.

Tabela 6 – Lucros Retidos

Tipos de banco	1998		1999		2000	
	R\$ milhões	%	R\$ milhões	%	R\$ milhões	%
Federais	1.223	10	1.258	11	1.183	9
Estaduais	-1.182	-147	66	3	175	7
Privados	4.485	18	9.757	26	5.323	16
Todos os bancos	4.526	12	11.081	22	6.681	14

Verifica-se na tabela 6 que no ano de 2000 foram reaplicados nos negócios dos bancos brasileiros R\$6.681 milhões. Desse montante, os bancos públicos federais participaram com 17,7% e os bancos públicos estaduais com 2,6%. O montante de valor adicionado retido para atender às atividades da empresa representa ganho para os acionistas, por se tratar de reinvestimentos nos bancos. Em 1998, os bancos públicos estaduais apresentaram prejuízos no resultado do exercício, com exceção do Banco Nossa Caixa e o Banco de Brasília, o que causou menor transferência de riqueza para o Governo e para os acionistas. Os bancos privados aumentaram o valor da retenção do lucro no ano de 1999, em função das expectativas da economia para o ano seguinte. Em 2000, os bancos privados, praticamente, retomaram aos valores normais de retenção do lucro.

O gráfico 3 apresenta, em valores percentuais, a parcela de recursos obtidos pelas atividades dos bancos que foi retida sob a forma de reservas de lucros, para futuras aplicações nos bancos.

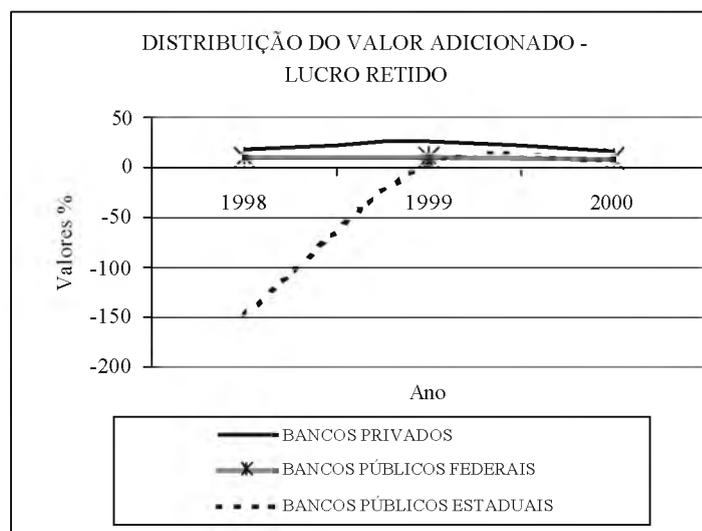


Gráfico 3 – Comparação do Lucro Retido

4.4 Remuneração do Capital Próprio

As informações em conjunto da destinação de parte do valor adicionado sob a forma de dividendos e de lucros retidos representam a remuneração do capital próprio investidos dos acionistas. A tabela 7 descreve o comportamento dos bancos em relação à remuneração do capital próprio dos acionistas.

Tabela 7 – Distribuição do Valor Adicionado ao Capital Próprio

Tipos de Banco	1998		1999		2000	
	R\$ Milhões	%	R\$ Milhões	%	R\$ Milhões	%
Federais	1.356	12	1.387	12	1.455	11
Estaduais	-1.152	-143	151	6	254	10
Privados	5.121	21	11.498	31	6.151	19
Todos os bancos	5.325	14	13.036	26	7.860	16

A remuneração do capital próprio investido dos acionistas, nos bancos localizados no Brasil, teve como destinação do valor adicionado a soma dos dividendos e dos lucros retidos que, conforme apresentado na tabela 7 e no gráfico 4, atingiu, em 2000, o montante de R\$7.860 milhões, 16% do valor adicionado gerado.

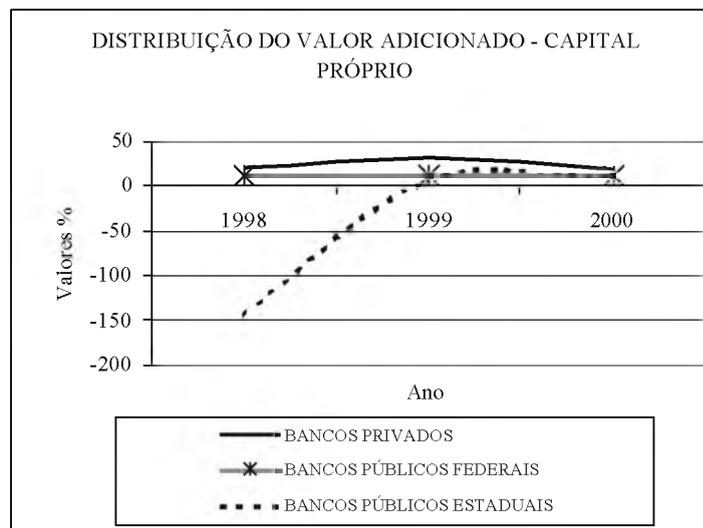


Gráfico 4 – Comparação da Remuneração do Capital Próprio

Observa-se, em 2000, que os bancos públicos federais participaram com 18,51% e destinaram cerca de 11% do valor adicionado. Os bancos públicos estaduais, que participaram com 3,23%, destinaram 10% do valor adicionado gerado. Os bancos privados, que

participaram com 78,26%, são os que mais destinam valor adicionado aos acionistas. Em 2000, destinaram cerca de 19% do valor adicionado gerado das suas atividades, apesar do decréscimo observado no período 1998 a 2000.

Em 2000, ocorreu equiparação do percentual de destinação do valor adicionado sob a forma de dividendos (tabela 5) entre os bancos privados e bancos públicos estaduais de 3%. Os bancos públicos federais alcançaram o percentual igual ao do setor bancário que, no ano de 2000, foi de 2%. O aumento da destinação do valor adicionado dos bancos públicos federais demonstra tendência de equiparação ou superação da distribuição de dividendos, em relação aos bancos públicos estaduais e aos bancos privados.

O prejuízo dos bancos públicos estaduais, ocorrido em 1998, fez com que parte do capital próprio dos acionistas fosse usada para remunerar os outros fatores que participam da produção operacional dos bancos, na ordem de 143% do valor adicionado gerado. Os bancos públicos estaduais apresentaram, nos dois anos seguintes, melhoras significativas nessa destinação aos acionistas, em virtude dos resultados positivos alcançados.

4.5 Distribuição do Valor Adicionado ao Governo

A destinação de valor adicionado dos bancos brasileiros ao Governo é apresentada, na Demonstração do Valor Adicionado, como a remuneração do Governo pela estrutura organizada que a sociedade coloca à disposição das empresas. A destinação de riqueza criada pelos bancos ao governo é descrita na tabela 8 e comparada no gráfico 5, nos quais se verifica que os bancos privados são os que mais destinaram riqueza gerada ao governo. Em 1999, foram 42% e em 2000, 48%, com tendência de aumento para os anos seguintes. Os bancos brasileiros destinaram, do valor adicionado de suas atividades, cerca de 34%, em 1998, 35%, em 1999 e 40%, em 2000.

Tabela 8 – Distribuição do Valor Adicionado ao Governo

Tipos de Banco	1998		1999		2000	
	R\$ Milhões	%	R\$ Milhões	%	R\$ Milhões	%
Federais	2.290	19	1.877	16	2.767	21
Estaduais	499	62	729	31	693	27
Privados	9.772	40	15.424	42	16.009	48
Todos os bancos	12.561	34	18.030	35	19.469	40

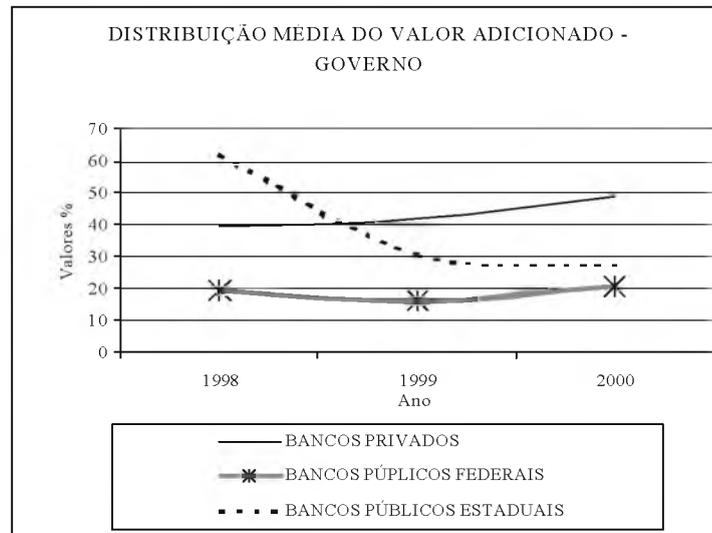


Gráfico 5 – Comparação da Distribuição do Valor Adicionado ao Governo

Alguns bancos que apresentaram prejuízos retidos – como alguns bancos públicos estaduais em 1998 – fizeram uso de créditos tributários e ainda remuneraram os empregados e o Governo. Quando uma empresa incorre em prejuízos fiscais no exercício e tem a perspectiva de gerar lucros tributáveis no futuro, ela pode registrar o crédito tributário relativo à recuperação dos prejuízos fiscais de Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro, que serão realizados com a compensação do crédito, no momento do recolhimento de impostos futuros, sendo, dessa forma, recuperados do valor que já foi pago ao Governo em anos anteriores. Os créditos tributários são decorrentes de bases negativas de Imposto de Renda e Contribuição Social, e também de diferenças temporárias existentes entre os critérios societário e fiscal de apuração do lucro.

4.6 Depreciação e Amortização

A remuneração do capital físico dos bancos é realizada mediante retenções do lucro na forma de depreciações. Os valores referentes à destinação do valor adicionado bruto gerado pelos bancos por meio de depreciações e amortizações estão descritos na tabela 9 e comparados no gráfico 6.

Tabela 9 – Depreciação e Amortização

Tipos de Banco	1998		1999		2000	
	R\$ Milhões	%	R\$ Milhões	%	R\$ Milhões	%
Federais	806	7	775	7	895	7
Estaduais	141	18	157	7	127	5
Privados	1.523	6	1.906	5	2.275	7
Todos os bancos	2.470	7	2.837	5	3.297	7

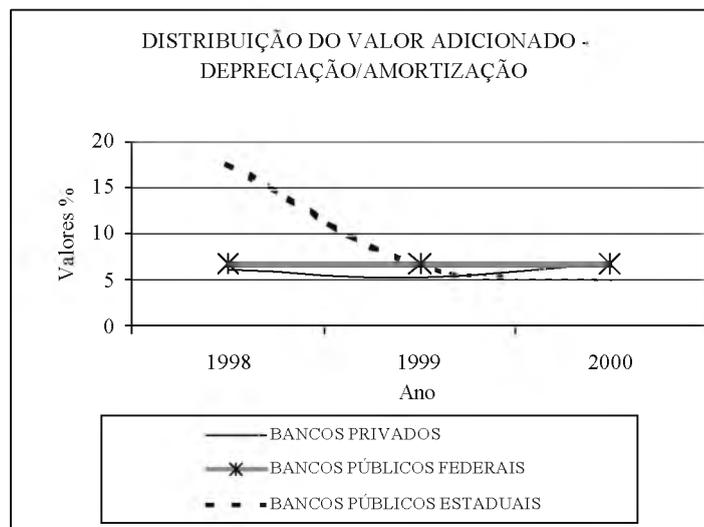


Gráfico 6 – Comparação da Depreciação e Amortização

O modelo de DVA da FEBRABAN apresenta – entre as parcelas que se destinam à remuneração de cada elemento que participa da formação do valor adicionado dos bancos – a parcela referente à depreciação, como forma de remunerar o capital físico dos bancos. Entende-se que os recursos retidos sob a forma de depreciação e amortização foram destinados à continuidade dos bancos, no montante de R\$3.297 milhões, em 2000, representando 7% do valor adicionado gerado pelos bancos. Observa-se que os quatro bancos públicos federais participaram com 27% do total dos bancos, em 2000, os bancos públicos estaduais com 3% e os bancos privados com 70%.

Com relação à evolução da destinação do valor adicionado com depreciações e amortizações, os bancos públicos estaduais apresentaram um decréscimo anual, por estarem se desmobilizando, preparando suas estruturas para futuras privatizações, tendo em vista o processo de saneamento financeiro a que foram submetidos. Um dos objetivos a ser alcançado pelas instituições, no período, foi o processo de automação de suas redes de atendimento. Os

bancos públicos estaduais, bem como os bancos públicos federais têm o objetivo de alcançar os níveis de modernidade tecnológica dos bancos concorrentes.

Os bancos privados apresentaram pequeno acréscimo no período, que pode ser em virtude de investimentos em equipamentos de postos de atendimentos automatizados, apresentando uma situação de troca ou aumento dos ativos por novos equipamentos automatizados.

4.7 Distribuição do Valor Adicionado aos Recursos Humanos

A tabela 10 e o gráfico 7 apresentam a remuneração dos recursos humanos pela força de trabalho colocada à disposição dos bancos. Os bancos destinaram como remuneração dos recursos humanos, entre os anos de 1988 a 2000, a média de R\$17.280 milhões, representando 38% do valor adicionado gerado pelos bancos. No gráfico 7, observa-se, em 1999 e 2000, que a distribuição dos bancos públicos federais e dos bancos públicos estaduais se aproximaram, e que os bancos privados – que realizaram a menor distribuição percentual do valor adicionado – são superados tanto pelos bancos públicos federais como pelos bancos públicos estaduais.

Tabela 10 – Distribuição do Valor Adicionado aos Recursos Humanos

Tipos de Banco	1998		1999		2000	
	R\$ Milhões	%	R\$ Milhões	%	R\$ Milhões	%
Federais	7.334	62,23	7.455	64,86	8.066	61,18
Estaduais	1.316	163,53	1.347	56,50	1.469	57,76
Privados	8.255	33,46	8.074	21,88	8.523	25,86
Todos dos bancos	16.905	45,37	16.876	33,23	18.058	37,09

Verifica-se na tabela 10 que a distribuição do valor adicionado dos bancos públicos federais foi realizada, nos anos considerados, com valores percentuais aproximados, com pequena dispersão, 62,23% em 1998, 64,86% em 1999 e 61,18% em 2000. Os bancos públicos estaduais apresentaram grande oscilação da distribuição do valor adicionado, em função dos resultados alcançados, em 1998, pelos bancos BESC, BANESE, BEC, BANPARÁ e BANRISUL, variando a distribuição do segmento de 163,53%, em 1998, para 56,50% e 57,76%, em 1999 e 2000, respectivamente. Percebe-se que as riquezas geradas pelos bancos

públicos estaduais, em 1998, foram insuficientes para remunerar a força de trabalho, apresentando em alguns casos valor adicionado negativo. Os bancos privados destinaram aos recursos humanos a parcela percentual média de 27,07% do valor adicionado gerado no período.

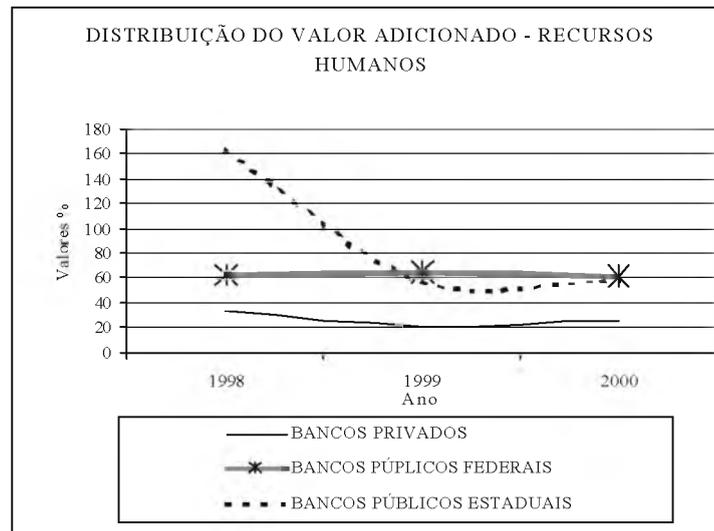


Gráfico 7 – Comparação da Distribuição do Valor Adicionado aos Recursos Humanos

O presente estudo se limitará às descrições até aqui apresentadas sobre a destinação do valor adicionado dos bancos, sendo que outras informações ainda podem ser extraídas das tabelas e dos gráficos. A seguir, será dado enfoque à análise comparativa da distribuição do valor adicional para os recursos humanos dos bancos, a fim de investigar a destinação da riqueza.

4.8 Resultado da Pesquisa: verificação da hipótese

➤ Teste das médias dos bancos públicos federais e dos bancos privados

As médias das distribuições do valor adicionado para os recursos humanos dos bancos públicos federais e dos bancos privados estão representadas no gráfico 8, onde se analisa que, nos anos de 1998 a 2000, os bancos públicos federais distribuíram mais valor adicionado do que os bancos privados.

No intuito de verificar se a informação representada no gráfico 8 é verdadeira, a hipótese – "a distribuição do valor adicionado para os recursos humanos é igual em todos os

segmentos de bancos localizados no Brasil.” – foi testada por meio da verificação empírica das médias utilizadas na análise da distribuição do valor adicionado aos recursos humanos dos dois segmentos de bancos.

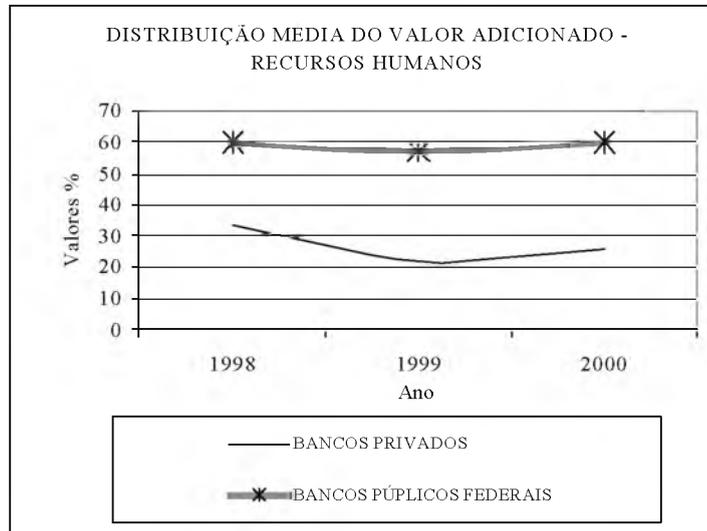


Gráfico 8 – Comparação das Médias das Distribuições do Valor Adicionado aos Recursos Humanos dos Bancos Públicos Federais e dos Bancos Privados

Teste da hipótese $H_0: (t_0 = 18,764) > (t_c = 2,326)$

Os resultados encontrados com a aplicação da estatística-teste indicam que a hipótese foi rejeitada, na comparação das médias das distribuições do valor adicionado aos recursos humanos dos bancos públicos federais e dos bancos privados, usando um nível de confiança de 99%, pois, $t_0 > t_c$, número “c” (localizado na tabela t). Pode-se concluir, estatisticamente dentro desse intervalo de confiança, que, no período estudado, os bancos públicos federais distribuíram mais valor adicionado aos recursos humanos do que os bancos privados.

➤ Teste das médias dos bancos públicos federais e dos bancos públicos estaduais

As médias das distribuições do valor adicionado para os recursos humanos dos bancos públicos federais e dos bancos públicos estaduais estão representadas no gráfico 9, onde se analisa que, no ano de 1998, os bancos públicos estaduais distribuíam mais valor adicionado do que os federais. No entanto, as distribuições dos bancos públicos federais e dos públicos estaduais se aproximaram nos dois anos seguintes.

A fim de verificar se a informação representada no gráfico 9 é verdadeira, a hipótese – “a distribuição do valor adicionado para os recursos humanos é igual em todos os segmentos

de bancos localizados no Brasil.” – foi testada por meio da verificação empírica das médias utilizadas na análise da distribuição do valor adicionado aos recursos humanos nos dois grupos de bancos.

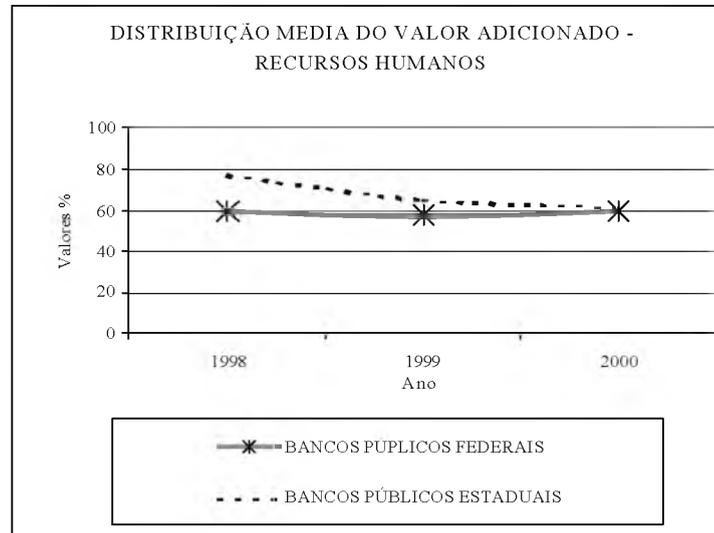


Gráfico 9 – Comparação das Médias das Distribuições do Valor Adicionado aos Recursos Humanos dos Bancos Públicos Federais e dos Bancos Públicos Estaduais

Teste da hipótese $H_0: (t_0 = 3,607) > (t_c = 2,423)$

Os resultados encontrados com a aplicação da estatística-teste indicam que a hipótese foi rejeitada, na comparação das médias das distribuições do valor adicionado aos recursos humanos dos bancos públicos federais e dos bancos públicos estaduais, usando um nível de confiança de 99%, pois, $t_0 > t_c$, número “c” (localizado na tabela t). Pode-se concluir, estatisticamente dentro desse intervalo de confiança, que, no período estudado, os bancos públicos estaduais distribuíram mais valor adicionado aos recursos humanos do que os bancos públicos federais.

➤ Teste das médias dos bancos públicos estaduais e dos bancos privados

As médias das distribuições do valor adicionado para os recursos humanos dos bancos públicos estaduais e dos bancos privados estão representadas no gráfico 10, no qual se verifica que, no ano de 1998, os bancos públicos estaduais distribuíam mais valor adicionado do que os bancos privados. No entanto, as distribuições dos bancos públicos federais e dos bancos estaduais apresentaram uma tendência de aproximação nos dois anos seguintes.

No intuito de verificar se a informação representada no gráfico 10 é verdadeira, a hipótese – “a distribuição do valor adicionado para os recursos humanos é igual em todos os segmentos de bancos localizados no Brasil” – foi testada por meio da verificação empírica das médias utilizadas na análise da distribuição do valor adicionado aos recursos humanos nos bancos públicos estaduais comparados com os bancos privados.

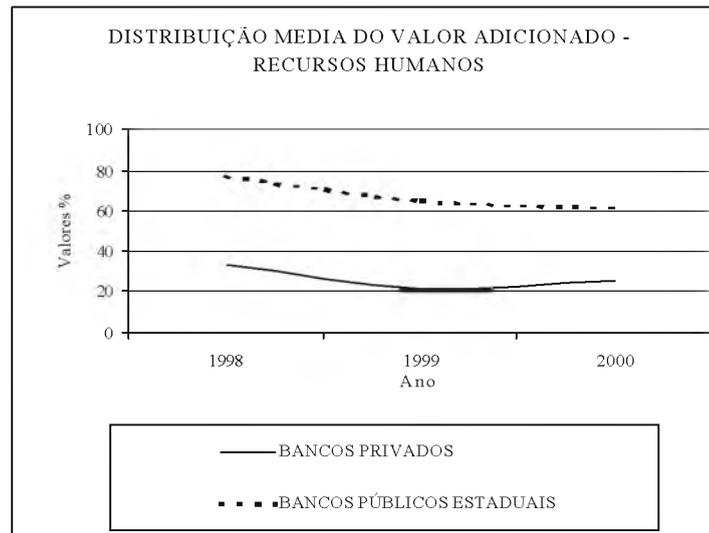


Gráfico10 – Comparação das Médias das Distribuições do Valor Adicionado aos Recursos Humanos dos Bancos Públicos Estaduais e dos Bancos Privados

Teste da hipótese $H_0: (t_0 = 30,769) > (t_c = 2,326)$

Os resultados encontrados com a aplicação da estatística-teste indicam que a hipótese foi rejeitada, na comparação das médias das distribuições do valor adicionado aos recursos humanos dos bancos públicos estaduais e dos bancos privados, usando um nível de confiança de 99%, pois, $t_0 > t_c$, número “c” (localizado na tabela t).

Pode-se concluir, estatisticamente dentro desse intervalo de confiança, que, no período estudado, os bancos públicos estaduais distribuíram mais valor adicionado aos recursos humanos do que os bancos privados.

Com base nas análises estatísticas, pode-se concluir que, no triênio 1998-2000, os bancos públicos federais distribuíram mais valor adicionado aos recursos humanos do que os privados. E que a distribuição do valor adicionado aos recursos nos bancos públicos estaduais foi maior do que nos bancos públicos federais e nos bancos privados.

5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

A divulgação das informações referentes à responsabilidade social por meio do Balanço Social tem contribuído para discussões e debates sobre o assunto. O desenvolvimento da consciência social está conduzindo as empresas a realizarem a divulgação da responsabilidade social praticada junto aos agentes econômicos que compartilham direta ou indiretamente dos resultados de suas operações.

Entre as informações obtidas por meio das demonstrações contábeis, encontram-se as fornecidas pela Demonstração do Valor Adicionado, que provê a complementação do conjunto de informações divulgadas no Balanço Social, fornecendo informações de desempenho econômico e de distribuição de riqueza.

Na Demonstração do Valor Adicionado dos bancos, as receitas financeiras têm tratamentos diferenciados das demais empresas: são tratadas como geradoras de valor adicionado, sendo as despesas financeiras tratadas como redutoras das receitas financeiras no cálculo da apuração do valor adicionado, em decorrência das atividades normais exercidas pelos bancos em realizar a intermediação financeira.

A metodologia do setor bancário para o cálculo do valor adicionado é decorrente de convenção internacional que admite apenas para os bancos o tratamento diferenciado das receitas e despesas financeiras consideradas rendas produtoras de valor adicionado. É uma exceção, se comparado aos demais setores da Economia, nos quais as receitas financeiras aparecem na apuração do valor adicionado recebido em transferência e as despesas financeiras aparecem na distribuição do valor adicionado. Outra diferença está na remuneração dos capitais de terceiros. As despesas financeiras não são evidenciadas na DVA dos bancos, pois estão incluídas no cálculo da apuração do valor adicionado. Os demais componentes da Demonstração do Valor Adicionado dos bancos são os mesmos para as outras empresas.

O banco gera, para fins de cálculo do PIB, valor adicionado próximo de zero ou negativo, tendo em vista que os serviços prestados com a intermediação financeira pelos bancos geram pouca ou nenhuma riqueza, ressalvadas as receitas de prestação de serviços que representam agregação de valor adicionado. A riqueza gerada pelos bancos com a atividade de intermediação financeira, apesar de não ser considerada pela Economia como agregação do

valor adicionado é distribuída na forma de remuneração dos agentes econômicos que participam de suas atividades operacionais.

Das séries históricas de DVA dos bancos levantadas na pesquisa, pode-se extrair, das tabelas e dos gráficos apresentados diversas informações a fim de investigar a destinação da riqueza criada pelos bancos no Brasil.

Na média, os bancos públicos federais destinaram, aos recursos humanos, cerca de 59,07% do valor adicionado, e os bancos públicos estaduais distribuíram, em média, 67,59% do valor adicionado gerado. Os bancos privados destinaram aos seus funcionários, em média 27,07% do valor adicionado gerado no período investigado.

Pela análise foi possível explicar por meio de comprovação de teste estatístico o comportamento da distribuição do valor adicionado aos recursos humanos dos bancos públicos federais e dos estaduais e dos bancos privados.

Nesse contexto, os resultados da pesquisa indicam que os bancos públicos estaduais distribuíam, em média, no triênio 1998-2000, mais valor adicionado para os seus recursos humanos do que os bancos públicos federais e os bancos privados. Os resultados da pesquisa indicam também que os bancos públicos federais distribuíam, em média, mais valor adicionado para os seus recursos humanos do que os bancos privados.

Em virtude da existência de poucos estudos relacionados ao assunto desta pesquisa e da importância do tema, nos dias atuais, este trabalho deve ser considerado como incentivo a estudos futuros mais avançados sobre o assunto.

Sugere-se, também, a realização de pesquisas que levem em consideração a análise da distribuição do valor adicionado para os recursos humanos em conjunto com outras informações encontradas na Demonstração do Valor Adicionado, a fim de fornecer conclusões efetivas sobre os benefícios da distribuição do valor adicionado dos bancos localizados no Brasil, contribuindo para o tema Balanço Social.

Devido às limitações encontradas em analisar amostras pequenas e independentes, orienta-se que, futuras pesquisas, sejam realizadas com número maior de elementos amostrais referentes aos segmentos de bancos analisados, no intuito de verificar os resultados de outros períodos.

Recomenda-se, ainda, que a coleta das informações, para a elaboração da Demonstração do Valor Adicionado, seja feita na demonstração do resultado e, diretamente nas organizações investigadas, procurando-se obter informações como o número de funcionários, que possibilitaria evidenciar o valor adicionado *per capita*: o quanto cada funcionário participa na formação do valor adicionado gerado pelo banco, para fins de comparabilidade entre as amostras analisadas na pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, David R.; SWEENEY, Dennis J.; WILLIAMS, Thomas A. **Estatística aplicada à Administração e Economia**. Tradução de Luiz Sérgio de Castro Paiva. Revisão técnica de Petrônio Garcia Martins. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

ANTIQUERA, Daniel. Cresce publicação de informes sociais. **Jornal Gazeta Mercantil**, São Paulo, 5 jun. 2001. Caderno Empresas & Carreiras, p. C-6.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NB-10520 e NB-14724. Rio de Janeiro, 2002.

AZEVEDO, Simone. Balanços se sofisticam para atrair investidor estrangeiro. **Jornal Gazeta Mercantil**, São Paulo, 5 jun. 2001. Caderno Relações com o Mercado, p. C-5.

BATISTA, Halcima Melo. Proposta de um modelo de Balanço Social a ser aplicado nas indústrias têxteis. **Revista Pensar Contábil**, ed. especial, Rio de Janeiro, CRC, n. 9, ano 3, p. 39-48, ago./out. 2000.

BRASIL. Ministério do Trabalho. Secretaria de Políticas de Emprego e Salário. Coordenação-Geral de Estatísticas do Trabalho e Identificação Profissional (CGETIP). **Manual de orientação da RAIS ano-base 1995**. Brasília, 1995.

_____. Lei n. 6404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as sociedades por ações. São Paulo: Atlas, 1991.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Princípios Fundamentais de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade**. Brasília, 2000.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SANTA CATARINA. Cria o Balanço Social e dá providências. Resolução n. 204, fev. 2001.

DAVIDMANN, Manfred. Social responsibility, profits and social accountability, incidents, disasters and catastrophes, the world-wide struggle for social accountability. **Community Aims and Community Leadership**. 2. ed. 1982.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DAS ASSOCIAÇÕES DE BANCOS (FEBRABAN). **Balanço Social dos bancos**. São Paulo: FEBRABAN, 1998-2000.

FRANÇA, José Antonio de; FORSTER, Rubens; SILVA, César Augusto Tibúrcio. Valor adicionado e receita de vendas – uma abordagem comparativa. **Revista Pensar Contábil**, Rio de Janeiro, n. 5, ano 2, p. 30-33, ago./out. 1999.

FREIRE, Fátima de Souza; BOTELHO, Ducineli Régis; NUNES, Florisval Mareco. Balanço Social abrangente: ferramenta contábil e eficaz para mensuração do papel social das empresas. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, CFC, n. 130, ano 30, p. 23-33, jul./ago. 2001.

FREUND, John E.; SIMON, Gary A. **Estatística aplicada à Economia, Administração e Contabilidade**. Tradução de Alfredo Alves de Farias. 9. ed. Porto Alegre: Bookman, 2000.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS CONTÁBEIS, ATUARIAIS E FINANCEIRAS (FIECAFI). **Manual de Contabilidade das sociedades por ações: aplicável às demais sociedades**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

GONÇALVES, Ernesto Lima (Org.) (OCDE, Uniapac Brasil). **Balanço Social da empresa na América Latina**. São Paulo: Livraria Pioneira, 1980.

GRAY, Sidney; MEEK, Gary. The value added statement: an innovation for U.S. companies? **Accounting Horizons**, v. 2, n. 2, p. 79, June 1988.

HENDRIKSEN, Eldon S.; BREDÁ, Michael F. van. **Teoria da Contabilidade**. Tradução de Antonio Zoratto Sanvicente. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

IGALENS, Jacques; PERETTI, Jean Pierre. **Le Bilan Social de l'entreprise, que sais-je?** 3. ed. Paris: Presses Universitaires de France, 1997.

INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL. **Guia de Elaboração do Balanço Social – 2002**. Disponível em: <<http://www.ethos.org.br>>. Acesso em: 10 jul. 2002.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

_____; MARION, José Carlos. **Dicionário de termos de Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2001.

_____. **Introdução à Teoria da Contabilidade**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

KREYSZIG, Erwin. **Introductory mathematical statistics: principles and methods**. New York: John Wiley & Sons INC., 1970.

KROETZ, Cesar Eduardo S. Balanço Social: uma demonstração da responsabilidade social, ecológica e gestorial das entidades. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, CFC, n. 113, ano 27, p. 45-51, set./out. 1998.

_____. **Balanço Social, teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2000.

_____. Balanço Social: uma proposta de normatização. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, CFC, n. 129, ano 30, p. 53-63, maio/jun. 2001.

LAUREANO, Wagner Deodato. Analisando a demonstração do valor adicionado. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, n. 122, ano 29, p. 38-43, mar./abr. 2000.

LUCA, Márcia Martins Mendes de. **Demonstração do Valor Adicionado: do cálculo da riqueza criada pela empresa ao valor do PIB**. São Paulo: Atlas, 1998.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

MARIANO, Rosimar Pereira. Elementos principais dos diferentes modelos propostos de Balanço Social. **Revista Pensar Contábil**, ed. especial, Rio de Janeiro, CRC, n. 9, p. 27-32, ago./out. 2000.

MARION, José Carlos. **Análise das demonstrações contábeis: contabilidade empresarial**. São Paulo: Atlas, 2001.

MARTINS, Eliseu. Demonstração do valor adicionado de bancos. **Temática Contábil e Balanços**, Boletim IOB, n. 15, 1993.

_____. Demonstração do valor adicionado (prevista no projeto de reforma da Lei das S.A.). **Temática Contábil e Balanços**, Boletim IOB, n. 3, 2001.

_____. Valor adicionado – alguns conceitos econômicos que ajudam a entender a demonstração contábil. **Temática Contábil e Balanços**, Boletim IOB, n. 8, 1998.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Manual para elaboração de monografias e dissertações**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

MARTINS, Vinícius A. Contabilidade Social – da origem à prática atual (3ª parte). **Temática Contábil e Balanços**, Boletim IOB, n. 12, 1999.

MIRANDA, Luiz Carlos et al. A Demonstração de Valor Adicionado como alternativa de medição do desempenho gerencial: um estudo comparativo entre demonstrações nacionais e internacionais. In: **Anais do 1º Seminário USP de Contabilidade**. São Paulo: EAC/FEA/USP, 2001.

NAKANO, Maria; SUCUPIRA, João (Org.). Cidadania e transparência das empresas. **Seminário Balanço Social**. Rio de Janeiro: IBASE, 1998.

NATALE, Samuel M.; FORD, Joseph W. The social audit and ethics. **Managerial Auditing Journal**, Bradford, v. 9, p. 29, 1994.

NIYAMA, Jorge Katsumi; GOMES, Amaro L. Oliveira. **Contabilidade de instituições financeiras**. São Paulo: Atlas, 2000.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de metodologia científica**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 2001.

PEROTTONI, Marco Antonio. Balanço Social: responsabilidade, padronização e obrigatoriedade. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, n. 134, ano 31, mar./abr. 2002.

_____; CUNHA, Aromildo Sprenger da. Balanço Social. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, n. 104, ano 26, p. 12-20, mar./abr. 1997.

PINHO, Manoel Orlando de Moraes. **Dicionário de termos de negócios**. São Paulo: Atlas, 1995.

PYATT; Graham. Some relationships between T-accounts, input-output tables and social accounting matrices. **Economic Systems Research**, Abingdon, v.11, p. 365-387, Dec. 1999.

RIBEIRO, Maisa de Souza; LISBOA, Lázaro Plácido. Balanço Social. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, n. 115, ano 28, p. 72-81, jan./fev. 1999.

ROSSETI, José Paschoal. **Contabilidade Social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

SÁ, Antônio Lopes de. Considerações sobre a Contabilidade Social. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, CFC, n. 109, ano 27, p. 12-14, jan./fev. 1998.

SÁ, Antônio Lopes de. Um aspecto relevante da função social do contabilista. **Temática Contábil e Balanços**, Boletim IOB, n. 31, 1999.

_____. Conceitos e responsabilidades profissionais nas previsões, planejamentos e orçamentos. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, CFC, n. 129, ano 30, p. 65-71, maio/jun. 2001a.

_____. O normativo e as condições da objetividade. **Jornal do Conselho Federal de Contabilidade**, Brasília, CFC n. 36, ano 4, p. 10, abr. 2001b.

SANTOS, Ariovaldo dos. **Demonstração contábil do valor adicionado – DVA: um instrumento para medição da geração e distribuição de riqueza das empresas**. 1999. Tese (Livre-Docência) – Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____; FREIRE, Fátima S.; MALO, François B. O Balanço Social no Brasil: gênese, finalidade e implementação como complemento às demonstrações contábeis. **22º Encontro da ANPAD**. Foz do Iguaçu, 1998.

SANTOS, Ariovaldo dos; PARMEZZANO, Claudia Meca. Valor adicionado negativo – É possível? **Temática Contábil e Balanços**, Boletim IOB, n. 49, 1999.

SILVA, César Augusto Tibúrcio; FREIRE, Fátima de Souza (Orgs.). **Balanço Social: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2001.

SILVA, Leda Bezerra da. Balanço Social. **Temática Contábil e Balanços**, Boletim IOB, n. 15, 2001.

SOUZA, H. Balanço Social: voluntário ou obrigatório? **Folha de São Paulo**, 7 abr. 1997a.

_____. Empresa pública e cidadã. **Folha de São Paulo**, 26 mar. 1997b.

STEVENSON, William J. **Estatística aplicada à Administração**. Tradução de Alfredo Alves de Farias. São Paulo: Harbra, 1981.

STONE, Richard; STONE, Giovanna. **Sistema de Contabilidade Social**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

TACHIZAWA, Takeshy. **Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira**. São Paulo: Atlas, 2002.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. Balanço Social: balanço da transparência corporativa e da concertação social. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, n. 104, ano 26, p. 57-73, maio/jun. 2002.

_____. **Balanço Social: uma abordagem da transparência e da responsabilidade públicas das organizações**. São Paulo: Atlas, 2001.

_____. **Balanço Social: uma abordagem socioeconômica da Contabilidade**. 1984. Dissertação – Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo, São Paulo.

TROSTER, Roberto Luis. **Dimensão do setor bancário**. FEBRABAN, 2002. Mimeo

WEBSTER, Frederick E. Jr. **Aspectos sociais do marketing**. Tradução de H. Barros. São Paulo: Atlas, 1978.

YOUNG R. Balanço Social é responsabilidade do Governo. **Folha de São Paulo**, 29 mar. 1997.

APÊNDICE A – DVA dos Bancos Públicos Federais e Estaduais

	DVA–BANCOS PÚBLICOS					
	2000	%	1999	%	1998	%
	EM RS MILHÕES					
1. Apuração do Valor Adicionado						
Resultado bruto da intermediação financeira	9.246		7.619		7.657	
Receitas da intermediação financeira	35.650		53.439		48.064	
Despesas da intermediação financeira	-26.404		-45.820		-40.407	
Outras receitas/despesas	11.342		8.128		8.042	
(+) Receitas de Prestação de Serviços	7.104		6.273		5.561	
(+) Outras Receitas Operacionais	7.958		8.045		6.386	
(-) Outras Despesas Operacionais	-4.364		-6.011		-3.778	
(+/-) Resultado Não–Operacional	644		-180		-128	
Bens e serviços adquiridos de terceiros	-6.032		-5.106		-3.913	
Valor Adicionado	14.556		10.640		11.785	
-Resultado participação coligadas/controladas	1.170		3.237		806	
Valor Adicionado Bruto	15.726		13.877		12.591	
2. Distribuição do Valor Adicionado						
- Recursos Humanos	9.535	60,63	8.801	63,42	8.651	68,71
Salários e honorários	9.427	59,94	8.712	62,78	8.571	68,07
Benefícios	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Participação no Lucro–Empregados	108	0,69	89	0,64	80	0,64
- Governo	3.460	22,00	2.606	18,78	2.788	22,15
Despesas tributárias	1.213	7,71	1.208	8,71	554	4,40
Imposto de Renda e Contribuição Social	315	2,00	-381	-2,74	493	3,92
IR Diferido (Constituição/Realização Créd. Tributário)	1	0,01	-6	-0,04	-15	-0,12
Encargos Sociais	1.931	12,28	1.784	12,86	1.756	13,94
- Acionistas	351	2,23	214	1,55	163	1,29
Dividendos aos acionistas	351	2,23	214	1,55	163	1,29
- Retenções	2.380	15,14	2.255	16,25	988	7,85
Depreciação e amortização	1.022	6,50	931	6,71	947	7,52
Lucro retido	1.358	8,64	1.324	9,54	41	0,33
Valor Adicionado Bruto	15.726	100,00	13.877	100,00	12.591	100,00

APÊNDICE A – DVA dos Bancos Públicos Federais e Estaduais

	DVA – BANCOS PÚBLICOS FEDERAIS					
	2000	%	1999	%	1998	%
	EM R\$ MILHÕES					
1. Apuração do Valor Adicionado						
Resultado bruto da intermediação financeira	6.636		4.873		5.649	
Receitas da intermediação financeira	30.027		46.811		41.786	
Despesas da intermediação financeira	-23.391		-41.939		-36.136	
Outras receitas/despesas	10.594		7.577		8.415	
(+) Receitas de Prestação de Serviços	6.387		5.589		4.964	
(+) Outras Receitas Operacionais	7.493		7.633		5.994	
(-) Outras Despesas Operacionais	-3.968		-5.485		-2.472	
(+/-) Resultado Não-Operacional	683		-159		-71	
Bens e serviços adquiridos de terceiros	-5.177		-4.416		-3.197	
Valor Adicionado	12.053		8.034		10.867	
-Resultado participação coligadas/controladas	1.129		3.459		919	
Valor Adicionado Bruto	13.183		11.494		11.786	
2. Distribuição do Valor Adicionado						
- Recursos Humanos	8.066	61,18	7.455	64,86	7.334	62,23
Salários e honorários	8.002	60,70	7.398	64,37	7.272	61,70
Benefícios	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Participação no Lucro-Empregados	63	0,48	56	0,49	62	0,53
- Governo	2.767	20,99	1.877	16,33	2.290	19,43
Despesas tributárias	1.006	7,63	981	8,54	440	3,73
Imposto de Renda e Contribuição Social	122	0,93	-620	-5,39	360	3,06
IR Diferido (Constituição/Realização Créd. Tributário)	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Encargos Sociais	1.639	12,43	1.515	13,18	1.489	12,64
- Acionistas	271	2,06	129	1,13	132	1,12
Dividendos aos acionistas	271	2,06	129	1,13	132	1,12
- Retenções	2.078	15,77	2.033	17,68	2.030	17,22
Depreciação e amortização	895	6,79	775	6,74	806	6,84
Lucro retido	1.183	8,98	1.258	10,94	1.223	10,38
Valor Adicionado Bruto	13.183	100,00	11.494	100,00	11.786	100,00

APÊNDICE A – DVA dos Bancos Públicos Federais e Estaduais

	DVA–BANCOS PÚBLICOS ESTADUAIS					
	2000	%	1999	%	1998	%
	EM R\$ MILHÕES					
1. Apuração do Valor Adicionado						
Resultado bruto da intermediação financeira	2.610		2.746		2.007	
Receitas da intermediação financeira	5.624		6.628		6.278	
Despesas da intermediação financeira	-3.014		-3.882		-4.271	
Outras receitas/despesas	747		550		-373	
(+ Receitas de Prestação de Serviços)	717		684		598	
(+ Outras Receitas Operacionais)	465		413		392	
(- Outras Despesas Operacionais)	-396		-526		-1.306	
(+/-) Resultado Não–Operacional	-38		-20		-57	
Bens e serviços adquiridos de terceiros	-855		-690		-716	
Valor Adicionado	2.502		2.606		919	
-Resultado participação coligadas/controladas	41		-223		-113	
Valor Adicionado Bruto	2.543		2.383		805	
2. Distribuição do Valor Adicionado						
- Recursos Humanos	1.469	57,76	1.347	56,50	1.316	163,53
Salários e honorários	1.424	56,00	1.314	55,14	1.298	161,29
Benefícios	0	0,00	0	-	0	0,00
Participação no Lucro–Empregados	45	1,76	32	1,36	18	2,24
- Governo	693	27,26	729	30,60	499	61,96
Despesas tributárias	207	8,14	227	9,52	115	14,23
Imposto de Renda e Contribuição Social	193	7,60	239	10,03	133	16,52
IR Diferido (Constituição/Realização Créd. Tributário)	1	0,06	-6	-0,23	-15	-1,86
Encargos Sociais	292	11,47	269	11,29	266	33,06
- Acionistas	79	3,12	85	3,57	31	3,81
Dividendos aos acionistas	79	3,12	85	3,57	31	3,81
- Retenções	302	11,86	223	9,34	-1.042	-129,39
Depreciação e amortização	127	4,98	157	6,57	141	17,50
Lucro retido	175	6,88	66	2,77	-1.182	-146,84
Valor Adicionado Bruto	2.543	100,00	2.383	100,00	805	100,00

APÊNDICE A – DVA dos Bancos Públicos Federais e Estaduais

	DVA–BB					
	2000	%	1999	%	1998	%
	Em RS Mil					
1. Apuração do Valor Adicionado						
Resultado bruto da intermediação financeira	3.587.067		534.492		2.643.190	
Receitas da intermediação financeira	14.864.161		24.770.664		21.972.425	
Despesas da intermediação financeira	-11.277.094		-24.236.172		-19.329.235	
Outras receitas/despesas	5.415.502		4.236.271		5.160.108	
(+) Receitas de Prestação de Serviços	3.390.781		2.879.678		2.590.722	
(+) Outras Receitas Operacionais	3.713.189		3.977.027		3.510.806	
(-) Outras Despesas Operacionais	-1.773.251		-2.605.841		-889.059	
(+/-) Resultado Não–Operacional	84.783		-14.593		-52.361	
Bens e serviços adquiridos de terceiros	-2.306.926		-2.027.504		-1.783.208	
Valor Adicionado	6.695.643		2.743.259		6.020.090	
-Resultado participação coligadas/controladas	1.100.430		3.450.335		868.868	
Valor Adicionado Bruto	7.796.073		6.193.594		6.888.958	
2. Distribuição do Valor Adicionado						
- Recursos Humanos	4.707.187	60,38	4.211.580	68,00	4.285.207	62,20
Salários e honorários	4.646.826	59,60	4.159.757	67,16	4.224.442	61,32
Participação no Lucro–Empregados	60.361	0,77	51.823	0,84	60.765	0,88
- Governo	1.657.476	21,26	694.639	11,22	1.367.454	19,85
Despesas tributárias	531.110	6,81	554.099	8,95	238.733	3,47
Imposto de Renda e Contribuição Social	174.606	2,24	-711.458	-11,49	263.474	3,82
IR Diferido (Constituição/Realização Créd. Tributário)		0,00		0,00		0,00
Encargos Sociais	951.760	12,21	851.998	13,76	865.247	12,56
- Acionistas	148.022	1,90	0	0,00	0	0,00
Dividendos aos acionistas	148.022	1,90	0	0,00	0	0,00
- Retenções	1.283.388	16,46	1.287.375	20,79	1.236.297	17,95
Depreciação e amortização	457.199	5,86	444.325	7,17	366.404	5,32
Lucro retido	826.189	10,60	843.050	13,61	869.893	12,63
Valor Adicionado Bruto	7.796.073	100,00	6.193.594	100,00	6.888.958	100,00

APÊNDICE A – DVA dos Bancos Públicos Federais e Estaduais

	DVA – CEF					
	2000	%	1999	%	1998	%
	Em RS Mil					
1. Apuração do Valor Adicionado						
Resultado bruto da intermediação financeira	3.456.850		4.236.924		3.008.723	
Receitas da intermediação financeira	13.702.520		19.395.102		18.462.582	
Despesas da intermediação financeira	-10.245.670		-15.158.178		-15.453.859	
Outras receitas/despesas	3.970.330		2.556.857		2.420.667	
(+) Receitas de Prestação de Serviços	2.663.348		2.432.560		2.123.946	
(+) Outras Receitas Operacionais	2.449.368		2.300.853		1.731.724	
(-) Outras Despesas Operacionais	-1.735.098		-2.029.365		-1.418.135	
(+/-) Resultado Não-Operacional	592.712		-147.191		-16.868	
Bens e serviços adquiridos de terceiros	-2.656.707		-2.208.865		-1.226.699	
Valor Adicionado	4.770.473		4.584.916		4.202.691	
-Resultado participação coligadas/controladas	29.036		8.942		50.284	
Valor Adicionado Bruto	4.799.509		4.593.858		4.252.975	
2. Distribuição do Valor Adicionado						
- Recursos Humanos	3.011.528	62,75	2.888.229	62,87	2.689.588	63,24
Salários e honorários	3.011.528	62,75	2.888.229	62,87	2.689.588	63,24
Participação no Lucro-Empregados		0,00		0,00		0,00
- Governo	1.017.845	21,21	1.022.550	22,26	778.552	18,31
Despesas tributárias	414.824	8,64	368.489	8,02	183.784	4,32
Imposto de Renda e Contribuição Social	-13.798	-0,29	62.496	1,36	43.888	1,03
IR Diferido (Constituição/Realização Créd. Tributário)		0,00		0,00		0,00
Encargos Sociais	616.819	12,85	591.565	12,88	550.880	12,95
- Acionistas	107.990	2,25	101.482	2,21	107.990	2,54
Dividendos aos acionistas	107.990	2,25	101.482	2,21	107.990	2,54
- Retenções	662.146	13,80	581.597	12,66	676.845	15,91
Depreciação e amortização	397.849	8,29	288.555	6,28	397.849	9,35
Lucro retido	264.297	5,51	293.042	6,38	278.996	6,56
Valor Adicionado Bruto	4.799.509	100,00	4.593.858	100,00	4.252.975	100,00

APÊNDICE A – DVA dos Bancos Públicos Federais e Estaduais

	DVA–BNB					
	2000	%	1999	%	1998	%
	Em RS Mil					
1. Apuração do Valor Adicionado						
Resultado bruto da intermediação financeira	-360.779		94.781		24.973	
Receitas da intermediação financeira	1.192.768		2.317.963		1.113.514	
Despesas da intermediação financeira	-1.553.547		-2.223.182		-1.088.541	
Outras receitas/despesas	842.651		458.165		547.606	
(+) Receitas de Prestação de Serviços	170.311		143.221		143.580	
(+) Outras Receitas Operacionais	1.127.222		1.139.261		566.765	
(-) Outras Despesas Operacionais	-454.501		-826.871		-160.600	
(+/-) Resultado Não–Operacional	-381		2.554		-2.139	
Bens e serviços adquiridos de terceiros	-144.859		-126.611		-137.881	
Valor Adicionado	337.013		426.335		434.698	
-Resultado participação coligadas/controladas	0		0		0	
Valor Adicionado Bruto	337.013		426.335		434.698	
2. Distribuição do Valor Adicionado						
- Recursos Humanos	216.362	64,20	228.825	53,67	231.786	53,32
Salários e honorários	216.362	64,20	228.825	53,67	231.786	53,32
Participação no Lucro–Empregados		0,00		0,00		0,00
- Governo	29.788	8,84	86.803	20,36	93.520	21,51
Despesas tributárias	45.569	13,52	45.696	10,72	12.012	2,76
Imposto de Renda e Contribuição Social	-60.096	-17,83	-5.761	-1,35	34.034	7,83
IR Diferido (Constituição/Realização Créd. Tributário)		0,00		0,00		0,00
Encargos Sociais	44.315	13,15	46.868	10,99	47.474	10,92
- Acionistas	14.272	4,23	18.715	4,39	18.236	4,20
Dividendos aos acionistas	14.272	4,23	18.715	4,39	18.236	4,20
- Retenções	76.591	22,73	91.992	21,58	91.156	20,97
Depreciação e amortização	33.706	10,00	35.332	8,29	35.197	8,10
Lucro retido	42.885	12,73	56.660	13,29	55.959	12,87
Valor Adicionado Bruto	337.013	100,00	426.335	100,00	434.698	100,00

APÊNDICE A – DVA dos Bancos Públicos Federais e Estaduais

	DVA–BASA					
	2000	%	1999	%	1998	%
	Em RS Mil					
1. Apuração do Valor Adicionado						
Resultado bruto da intermediação financeira	-47.022		6.436		-27.738	
Receitas da intermediação financeira	267.384		327.460		237.072	
Despesas da intermediação financeira	-314.406		-321.024		-264.810	
Outras receitas/despesas	365.707		326.180		286.569	
(+) Receitas de Prestação de Serviços	162.244		133.810		105.471	
(+) Outras Receitas Operacionais	203.270		215.466		184.466	
(-) Outras Despesas Operacionais	-5.245		-23.134		-3.986	
(+/-) Resultado Não–Operacional	5.438		38		618	
Bens e serviços adquiridos de terceiros	-68.465		-52.794		-49.580	
Valor Adicionado	250.220		279.822		209.251	
-Resultado participação coligadas/controladas	0		0		0	
Valor Adicionado Bruto	250.220		279.822		209.251	
2. Distribuição do Valor Adicionado						
- Recursos Humanos	130.800	52,27	125.869	44,98	127.620	60,99
Salários e honorários	127.666	51,02	121.388	43,38	126.090	60,26
Participação no Lucro–Empregados	3.134	1,25	4.481	1,60	1.530	0,73
- Governo	61.977	24,77	73.096	26,12	50.089	23,94
Despesas tributárias	14.509	5,80	13.129	4,69	5.349	2,56
Imposto de Renda e Contribuição Social	21.320	8,52	35.104	12,55	18.914	9,04
IR Diferido (Constituição/Realização Créd. Tributário)		0,00		0,00		0,00
Encargos Sociais	26.148	10,45	24.863	8,89	25.826	12,34
- Acionistas	1.069	0,43	9.281	3,32	6.123	2,93
Dividendos aos acionistas	1.069	0,43	9.281	3,32	6.123	2,93
- Retenções	56.374	22,53	71.577	25,58	25.419	12,15
Depreciação e amortização	6.468	2,58	6.581	2,35	6.984	3,34
Lucro retido	49.906	19,94	64.996	23,23	18.435	8,81
Valor Adicionado Bruto	250.220	100,00	279.822	100,00	209.251	100,00

APÊNDICE A – DVA dos Bancos Públicos Federais e Estaduais

	DVA–BESC					
	2000	%	1999	%	1998	%
	Em RS Mil					
1. Apuração do Valor Adicionado						
Resultado bruto da intermediação financeira	147.512		79.315		40.629	
Receitas da intermediação financeira	264.576		464.879		638.634	
Despesas da intermediação financeira	-117.064		-385.564		-598.005	
Outras receitas/despesas	86.778		91.137		93.404	
(+) Receitas de Prestação de Serviços	80.122		74.502		72.680	
(+) Outras Receitas Operacionais	20.984		24.899		35.109	
(-) Outras Despesas Operacionais	-12.777		-6.479		-5.976	
(+/-) Resultado Não–Operacional	-1.551		-1.785		-8.409	
Bens e serviços adquiridos de terceiros	-92.413		-72.123		-67.541	
Valor Adicionado	141.877		98.329		66.492	
-Resultado participação coligadas/controladas	6.165		-1.024		-32.327	
Valor Adicionado Bruto	148.042		97.305		34.165	
2. Distribuição do Valor Adicionado						
- Recursos Humanos	163.477	110,43	149.009	153,14	141.854	415,20
Salários e honorários	163.477	110,43	149.009	153,14	141.854	415,20
Participação no Lucro–Empregados		0,00		0,00		0,00
- Governo	48.155	32,53	41.547	42,70	36.803	107,72
Despesas tributárias	14.672	9,91	15.016	15,43	7.504	21,96
Imposto de Renda e Contribuição Social	0	0,00	-3.989	-4,10	245	0,72
IR Diferido (Constituição/Realização Créd. Tributário)		0,00		0,00		0,00
Encargos Sociais	33.483	22,62	30.520	31,37	29.054	85,04
- Acionistas	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Dividendos aos acionistas	0	0,00	0	0,00	0	0,00
- Retenções	-63.590	-42,95	-93.251	-95,83	-144.492	-422,92
Depreciação e amortização	808	0,55	8.002	8,22	7.970	23,33
Lucro retido	-64.398	-43,50	-101.253	-104,06	-152.462	-446,25
Valor Adicionado Bruto	148.042	100,00	97.305	100,00	34.165	100,00

APÊNDICE A – DVA dos Bancos Públicos Federais e Estaduais

	DVA – BANESE					
	2000	%	1999	%	1998	%
	Em RS Mil					
1. Apuração do Valor Adicionado						
Resultado bruto da intermediação financeira	47.596		48.349		40.539	
Receitas da intermediação financeira	90.709		85.819		117.521	
Despesas da intermediação financeira	-43.113		-37.470		-76.982	
Outras receitas/despesas	20.541		13.985		-33.185	
(+) Receitas de Prestação de Serviços	17.249		16.393		16.285	
(+) Outras Receitas Operacionais	8.826		7.908		8.313	
(-) Outras Despesas Operacionais	-3.030		-8.986		-56.887	
(+/-) Resultado Não-Operacional	-2.504		-1.330		-896	
Bens e serviços adquiridos de terceiros	-20.571		-18.043		-16.391	
Valor Adicionado	47.566		44.291		-9.037	
-Resultado participação coligadas/controladas	0		0		0	
Valor Adicionado Bruto	47.566		44.291		-9.037	
2. Distribuição do Valor Adicionado						
- Recursos Humanos	25.459	53,52	23.248	52,49	26.196	-289,87
Salários e honorários	25.459	53,52	23.248	52,49	26.196	-289,87
Participação no Lucro-Empregados		0,00		0,00		0,00
- Governo	9.586	20,15	10.987	24,81	16.452	-182,06
Despesas tributárias	3.729	7,84	3.607	8,14	1.868	-20,67
Imposto de Renda e Contribuição Social	642	1,35	2.618	5,91	9.219	-102,01
IR Diferido (Constituição/Realização Créd. Tributário)		0,00		0,00		0,00
Encargos Sociais	5.215	10,96	4.762	10,75	5.365	-59,37
- Acionistas	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Dividendos aos acionistas	0	0,00	0	0,00	0	0,00
- Retenções	12.521	26,32	10.056	22,70	-51.685	571,93
Depreciação e amortização	4.441	9,34	1.871	4,22	6.817	-75,43
Lucro retido	8.080	16,99	8.185	18,48	-58.502	647,36
Valor Adicionado Bruto	47.566	100,00	44.291	100,00	-9.037	100,00

APÊNDICE A – DVA dos Bancos Públicos Federais e Estaduais

	DVA–BEC					
	2000	%	1999	%	1998	%
	Em R\$ Mil					
1. Apuração do Valor Adicionado						
Resultado bruto da intermediação financeira	90.216		-13.074		-19.107	
Receitas da intermediação financeira	152.333		208.701		222.760	
Despesas da intermediação financeira	-62.117		-221.775		-241.867	
Outras receitas/despesas	34.949		142.939		-21.917	
(+) Receitas de Prestação de Serviços	18.360		18.973		19.827	
(+) Outras Receitas Operacionais	17.920		123.166		51.010	
(-) Outras Despesas Operacionais	-857		-2.187		-89.708	
(+/-) Resultado Não–Operacional	-474		2.987		-3.046	
Bens e serviços adquiridos de terceiros	-33.376		-44.585		-54.159	
Valor Adicionado	91.789		85.280		-95.183	
-Resultado participação coligadas/controladas	510		1.306		1.760	
Valor Adicionado Bruto	92.299		86.586		-93.423	
2. Distribuição do Valor Adicionado						
- Recursos Humanos	43.197	46,80	42.877	49,52	76.158	-81,52
Salários e honorários	43.197	46,80	42.877	49,52	76.158	-81,52
Participação no Lucro–Empregados		0,00		0,00		0,00
- Governo	15.704	17,01	14.276	16,49	18.687	-20,00
Despesas tributárias	6.037	6,54	5.494	6,35	3.088	-3,31
Imposto de Renda e Contribuição Social	819	0,89	0	0,00	0	0,00
IR Diferido (Constituição/Realização Créd. Tributário)		0,00		0,00		0,00
Encargos Sociais	8.848	9,59	8.782	10,14	15.599	-16,70
- Acionistas	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Dividendos aos acionistas	0	0,00	0	0,00	0	0,00
- Retenções	33.398	36,18	29.433	33,99	-188.268	201,52
Depreciação e amortização	1.901	2,06	2.697	3,11	21.055	-22,54
Lucro retido	31.497	34,12	26.736	30,88	-209.323	224,06
Valor Adicionado Bruto	92.299	100,00	86.586	100,00	-93.423	100,00

APÊNDICE A – DVA dos Bancos Públicos Federais e Estaduais

	DVA–BANESTES					
	2000	%	1999	%	1998	%
	Em RS Mil					
1. Apuração do Valor Adicionado						
Resultado bruto da intermediação financeira	66.598		123.996		79.929	
Receitas da intermediação financeira	310.169		289.423		217.030	
Despesas da intermediação financeira	-243.571		-165.427		-137.101	
Outras receitas/despesas	116.507		57.271		51.762	
(+)- Receitas de Prestação de Serviços	62.589		56.462		47.921	
(+)- Outras Receitas Operacionais	97.670		20.445		21.124	
(-)- Outras Despesas Operacionais	-39.269		-20.034		-11.060	
(+/-)- Resultado Não–Operacional	-4.483		398		-6.223	
Bens e serviços adquiridos de terceiros	-60.097		-60.757		-48.909	
Valor Adicionado	123.008		120.510		82.782	
-Resultado participação coligadas/controladas	5.193		5.492		2.178	
Valor Adicionado Bruto	128.201		126.002		84.960	
2. Distribuição do Valor Adicionado						
- Recursos Humanos	83.826	65,39	80.212	63,66	81.768	96,24
Salários e honorários	82.477	64,33	79.248	62,89	81.768	96,24
Participação no Lucro–Empregados	1.349	1,05	964	0,77		0,00
- Governo	28.965	22,59	26.784	21,26	20.209	23,79
Despesas tributárias	10.945	8,54	10.553	8,38	5.015	5,90
Imposto de Renda e Contribuição Social	1.127	0,88	0	0,00	-1.554	-1,83
IR Diferido (Constituição/Realização Créd. Tributário)		0,00		0,00		0,00
Encargos Sociais	16.893	13,18	16.231	12,88	16.748	19,71
- Acionistas	1.857	1,45	615	0,49	0	0,00
Dividendos aos acionistas	1.857	1,45	615	0,49	0	0,00
- Retenções	13.553	10,57	18.391	14,60	-17.017	-20,03
Depreciação e amortização	7.764	6,06	8.848	7,02	7.598	8,94
Lucro retido	5.789	4,52	9.543	7,57	-24.615	-28,97
Valor Adicionado Bruto	128.201	100,00	126.002	100,00	84.960	100,00

APÊNDICE A – DVA dos Bancos Públicos Federais e Estaduais

	DVA–BEM					
	2000	%	1999	%	1998	%
	Em RS Mil					
1. Apuração do Valor Adicionado						
Resultado bruto da intermediação financeira	48.538		69.564		36.711	
Receitas da intermediação financeira	97.286		131.111		79.881	
Despesas da intermediação financeira	-48.748		-61.547		-43.170	
Outras receitas/despesas	5.099		16.311		10.157	
(+) Receitas de Prestação de Serviços	10.370		7.796		7.256	
(+) Outras Receitas Operacionais	13.027		7.763		5.333	
(-) Outras Despesas Operacionais	-1.232		0		0	
(+/-) Resultado Não–Operacional	-17.066		752		-2.432	
Bens e serviços adquiridos de terceiros	-10.687		-22.069		-24.528	
Valor Adicionado	42.950		63.806		22.340	
-Resultado participação coligadas/controladas	-364		195		-263	
Valor Adicionado Bruto	42.586		64.001		22.077	
2. Distribuição do Valor Adicionado						
- Recursos Humanos	16.881	39,64	19.594	30,61	23.047	104,39
Salários e honorários	16.881	39,64	19.594	30,61	23.047	104,39
Participação no Lucro–Empregados		0,00		0,00		0,00
- Governo	7.817	18,35	11.185	17,48	5.862	26,55
Despesas tributárias	3.179	7,46	2.906	4,54	1.142	5,17
Imposto de Renda e Contribuição Social	1.180	2,77	4.266	6,67	0	0,00
IR Diferido (Constituição/Realização Créd. Tributário)		0,00		0,00		0,00
Encargos Sociais	3.458	8,12	4.013	6,27	4.720	21,38
- Acionistas	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Dividendos aos acionistas	0	0,00	0	0,00	0	0,00
- Retenções	17.888	42,00	33.222	51,91	-6.832	-30,95
Depreciação e amortização	30.794	72,31	27.170	42,45	13.552	61,39
Lucro retido	-12.906	-30,31	6.052	9,46	-20.384	-92,33
Valor Adicionado Bruto	42.586	100,00	64.001	100,0	22.077	100,00

APÊNDICE A – DVA dos Bancos Públicos Federais e Estaduais

	DVA–BANPARÁ					
	2000	%	1999	%	1998	%
	Em RS Mil					
1. Apuração do Valor Adicionado						
Resultado bruto da intermediação financeira	80.907		74.605		28.905	
Receitas da intermediação financeira	104.744		132.454		102.503	
Despesas da intermediação financeira	-23.837		-57.849		-73.598	
Outras receitas/despesas	-2.769		3.698		-5.687	
(+) Receitas de Prestação de Serviços	8.609		8.498		5.407	
(+) Outras Receitas Operacionais	2.619		2.310		3.689	
(-) Outras Despesas Operacionais	-5.870		-5.735		-14.248	
(+/-) Resultado Não–Operacional	-8.127		-1.375		-535	
Bens e serviços adquiridos de terceiros	-31.841		-23.542		-21.130	
Valor Adicionado	46.297		54.761		2.088	
-Resultado participação coligadas/controladas	0		0		0	
Valor Adicionado Bruto	46.297		54.761		2.088	
2. Distribuição do Valor Adicionado						
- Recursos Humanos	28.940	62,51	37.788	69,01	27.163	1.300,93
Salários e honorários	28.940	62,51	37.788	69,01	27.163	1.300,93
Participação no Lucro–Empregados		0,00		0,00		0,00
- Governo	10.275	22,19	11.957	21,83	6.791	325,22
Despesas tributárias	4.347	9,39	4.217	7,70	1.227	58,76
Imposto de Renda e Contribuição Social	0	0,00	0	0,00	0	0,00
IR Diferido (Constituição/Realização Créd. Tributário)		0,00		0,00		0,00
Encargos Sociais	5.928	12,80	7.740	14,13	5.564	266,46
- Acionistas	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Dividendos aos acionistas	0	0,00	0	0,00	0	0,00
- Retenções	7.082	15,30	5.016	9,16	-31.866	-1.526,15
Depreciação e amortização	3.712	8,02	3.798	6,94	3.501	167,67
Lucro retido	3.370	7,28	1.218	2,22	-35.367	-1.693,82
Valor Adicionado Bruto	46.297	100,00	54.761	100,00	2.088	100,00

APÊNDICE A – DVA dos Bancos Públicos Federais e Estaduais

	DVA – BEP					
	2000	%	1999	%	1998	%
	Em RS Mil					
1. Apuração do Valor Adicionado						
Resultado bruto da intermediação financeira	14.717		10.031		10.817	
Receitas da intermediação financeira	22.460		21.922		24.770	
Despesas da intermediação financeira	-7.743		-11.891		-13.953	
Outras receitas/despesas	6.207		9.601		14.614	
(+) Receitas de Prestação de Serviços	4.701		4.111		3.684	
(+) Outras Receitas Operacionais	1.728		8.968		20.368	
(-) Outras Despesas Operacionais	-467		-2.718		-7.191	
(+/-) Resultado Não-Operacional	245		-760		-2.247	
Bens e serviços adquiridos de terceiros	-7.028		-6.573		-8.573	
Valor Adicionado	13.896		13.059		16.858	
-Resultado participação coligadas/controladas	0		0		0	
Valor Adicionado Bruto	13.896		13.059		16.858	
2. Distribuição do Valor Adicionado						
- Recursos Humanos	9.438	67,92	9.015	69,03	10.299	61,09
Salários e honorários	9.438	67,92	9.015	69,03	10.299	61,09
Participação no Lucro-Empregados		0,00		0,00		0,00
- Governo	3.096	22,28	3.011	23,06	13.673	81,11
Despesas tributárias	1.064	7,66	1.077	8,25	462	2,74
Imposto de Renda e Contribuição Social	99	0,71	88	0,67	11.102	65,86
IR Diferido (Constituição/Realização Créd. Tributário)		0,00		0,00		0,00
Encargos Sociais	1.933	13,91	1.846	14,14	2.109	12,51
- Acionistas	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Dividendos aos acionistas	0	0,00	0	0,00	0	0,00
- Retenções	1.362	9,80	1.033	7,91	-7.114	-42,20
Depreciação e amortização	572	4,12	0	0,00	0	0,00
Lucro retido	790	5,69	1.033	7,91	-7.114	-42,20
Valor Adicionado Bruto	13.896	100,00	13.059	100,00	16.858	100,00

APÊNDICE A – DVA dos Bancos Públicos Federais e Estaduais

	DVA – BANCO NOSSA CAIXA					
	2000	%	1999	%	1998	%
	Em RS Mil					
1. Apuração do Valor Adicionado						
Resultado bruto da intermediação financeira	1.378.567		1.585.784		1.316.569	
Receitas da intermediação financeira	2.985.070		3.398.422		3.257.392	
Despesas da intermediação financeira	-1.606.503		-1.812.638		-1.940.823	
Outras receitas/despesas	131.701		6.927		-104.310	
(+) Receitas de Prestação de Serviços	203.967		184.240		142.104	
(+) Outras Receitas Operacionais	125.961		72.592		86.007	
(-) Outras Despesas Operacionais	-199.154		-240.103		-313.158	
(+/-) Resultado Não-Operacional	927		-9.802		-19.263	
Bens e serviços adquiridos de terceiros	-257.390		-200.523		-201.495	
Valor Adicionado	1.252.878		1.392.188		1.010.764	
-Resultado participação coligadas/controladas	0		-254.360		-105.440	
Valor Adicionado Bruto	1.252.878		1.137.828		905.324	
2. Distribuição do Valor Adicionado						
- Recursos Humanos	667.494	53,28	571.682	50,24	520.996	57,55
Salários e honorários	640.623	51,13	553.549	48,65	503.744	55,64
Participação no Lucro-Empregados	26.871	2,14	18.133	1,59	17.252	1,91
- Governo	368.294	29,40	391.882	34,44	241.821	26,71
Despesas tributárias	77.799	6,21	76.474	6,72	37.678	4,16
Imposto de Renda e Contribuição Social	159.283	12,71	202.031	17,76	100.966	11,15
IR Diferido (Constituição/Realização Créd. Tributário)		0,00		0,00		0,00
Encargos Sociais	131.212	10,47	113.377	9,96	103.177	11,40
- Acionistas	23.000	1,84	50.000	4,39	30.000	3,31
Dividendos aos acionistas	23.000	1,84	50.000	4,39	30.000	3,31
- Retenções	194.090	15,49	124.264	10,92	112.507	12,43
Depreciação e amortização	26.486	2,11	53.375	4,69	27.100	2,99
Lucro retido	167.604	13,38	70.889	6,23	85.407	9,43
Valor Adicionado Bruto	1.252.878	100,00	1.137.828	100,00	905.324	100,00

APÊNDICE A – DVA dos Bancos Públicos Federais e Estaduais

	DVA – BANRISUL					
	2000	%	1999	%	1998	%
	Em RS Mil					
1. Apuração do Valor Adicionado						
Resultado bruto da intermediação financeira	561.412		589.976		372.796	
Receitas da intermediação financeira	1.314.939		1.576.592		1.281.692	
Despesas da intermediação financeira	-753.527		-986.616		-908.896	
Outras receitas/despesas	266.585		141.507		-500.770	
(+) Receitas de Prestação de Serviços	251.299		257.757		233.381	
(+) Outras Receitas Operacionais	111.078		88.883		55.928	
(-) Outras Despesas Operacionais	-92.711		-199.692		-789.757	
(+/-) Resultado Não-Operacional	-3.081		-5.441		-322	
Bens e serviços adquiridos de terceiros	-243.451		-171.157		-203.150	
Valor Adicionado	584.546		560.326		-331.124	
-Resultado participação coligadas/controladas	14.747		9.502		18.339	
Valor Adicionado Bruto	599.293		569.828		-312.785	
2. Distribuição do Valor Adicionado						
- Recursos Humanos	330.214	55,10	304.466	53,43	310.317	-99,21
Salários e honorários	313.570	52,32	291.141	51,09	310.317	-99,21
Participação no Lucro - Empregados	16.644	2,78	13.325	2,34		0,00
- Governo	164.757	27,49	182.952	32,11	117.136	-37,45
Despesas tributárias	70.498	11,76	95.754	16,80	53.577	-17,13
Imposto de Renda e Contribuição Social	30.034	5,01	27.567	4,84	0	0,00
IR Diferido (Constituição/Realização Créd. Tributário)		0,00		0,00		0,00
Encargos Sociais	64.225	10,72	59.631	10,46	63.559	-20,32
- Acionistas	54.554	9,10	30.051	5,27	0	0,00
Dividendos aos acionistas	54.554	9,10	30.051	5,27	0	0,00
- Retenções	49.768	8,30	52.359	9,19	-740.238	236,66
Depreciação e amortização	20.850	3,48	21.724	3,81	21.547	-6,89
Lucro retido	28.918	4,83	30.635	5,38	-761.785	243,55
Valor Adicionado Bruto	599.293	100,00	569.828	100,00	-312.785	100,00

APÊNDICE A – DVA dos Bancos Públicos Federais e Estaduais

	DVA–BRB					
	2000	%	1999	%	1998	%
	Em RS Mil					
1. Apuração do Valor Adicionado						
Resultado bruto da intermediação financeira	173.888		177.390		99.687	
Receitas da intermediação financeira	281.342		318.510		336.184	
Despesas da intermediação financeira	-107.454		-141.120		-236.497	
Outras receitas/despesas	81.868		67.049		122.620	
(+) Receitas de Prestação de Serviços	59.577		55.351		49.019	
(+) Outras Receitas Operacionais	65.383		55.593		105.322	
(-) Outras Despesas Operacionais	-40.813		-39.865		-17.939	
(+/-) Resultado Não–Operacional	-2.279		-4.030		-13.782	
Bens e serviços adquiridos de terceiros	-98.114		-71.018		-69.682	
Valor Adicionado	157.642		173.421		152.625	
-Resultado participação coligadas/controladas	14.751		16.380		2.259	
Valor Adicionado Bruto	172.393		189.801		154.884	
2. Distribuição do Valor Adicionado						
- Recursos Humanos	100.148	58,09	108.687	57,26	99.247	64,08
Salários e honorários	100.148	58,09	108.687	57,26	98.596	63,66
Participação no Lucro–Empregados		0,00		0,00	651	0,42
- Governo	36.643	21,26	34.762	18,32	21.253	13,72
Despesas tributárias	14.726	8,54	11.708	6,17	3.043	1,96
Imposto de Renda e Contribuição Social	0	0,00	6.380	3,36	12.829	8,28
IR Diferido (Constituição/Realização Créd. Tributário)	1.405	0,81	-5.587	-2,94	-14.813	-9,56
Encargos Sociais	20.512	11,90	22.261	11,73	20.194	13,04
- Acionistas	0	0,00	4.317	2,27	650	0,42
Dividendos aos acionistas	0	0,00	4.317	2,27	650	0,42
- Retenções	35.602	20,65	42.035	22,15	33.734	21,78
Depreciação e amortização	29.370	17,04	29.086	15,32	31.782	20,52
Lucro retido	6.232	3,61	12.949	6,82	1.952	1,26
Valor Adicionado Bruto	172.393	100,00	189.801	100,00	154.884	100,00

APÊNDICE B – Estatística Descritiva das Amostras

Bancos Públicos Federais	Ano			Médias (Série Temporal)	Desvio-Padrão	Variância
	1998	1999	2000			
	Valores %					
BB	62,20	68,00	60,38	65,53	3,98	15,83
CEF	63,24	62,87	62,75	62,95	0,26	0,07
BNB	53,32	53,67	64,20	57,06	6,18	38,22
BASA	60,99	44,98	52,27	52,75	8,01	64,23
Médias (<i>Cross Sectional</i>)	59,94	57,38	59,90	59,07	1,47	2,15

Bancos Públicos Estaduais	Ano			Médias (Série Temporal)	Desvio-Padrão	Variância
	1998	1999	2000			
	Valores %					
BESC		153,14	110,43	131,78	30,20	912,08
BANESE		52,49	53,52	53,01	0,73	0,54
BEC		49,52	46,80	48,16	1,92	3,69
BANESTES	96,24	63,66	65,39	75,10	18,33	336,14
BEM	104,39	30,61	39,64	58,22	40,24	1.619,54
BANPARÁ		69,01	62,51	65,76	4,59	21,09
BEP	61,09	69,03	67,92	66,01	4,30	18,48
NOSSA CAIXA	57,55	50,24	53,28	53,69	3,67	13,47
BANRISUL		53,43	55,10	54,27	1,18	1,39
BRB	64,08	57,26	58,09	59,81	3,72	13,82
Médias (<i>Cross Sectional</i>)	76,67	64,84	61,27	67,59	8,06	64,99

Bancos Privados	Ano			Médias (Série Temporal)	Desvio-Padrão	Variância
	1998	1999	2000			
	Valores %					
Elementos Amostrais	33,46	21,88	25,86	27,07	5,88	34,62

Testes Estatísticos das médias da Pesquisa	Número "c" (Encontrado na tabela de distribuição <i>t</i>)	Grau de Liberdade ($n_1 + n_2 - 2$)	Nível de Significância escolhida
Bancos Públicos Federais e Bancos Privados	2,326	193	1%
Bancos Públicos Federais e Bancos Públicos Estaduais	2,423	35	1%
Bancos Públicos Estaduais e Bancos Privados	2,326	206	1%

APÊNDICE C – Relação dos bancos privados em funcionamento no Brasil

N. Ord.	NOME DO BANCO	TIPO DE BANCO
01	BANCO MULTISTOCK S.A.	BANCO COMERCIAL PRIVADO NACIONAL
02	BANCO ARBI S.A.	BANCO COMERCIAL PRIVADO NACIONAL
03	BANCO INDUSVAL S.A.	BANCO COMERCIAL PRIVADO NACIONAL
04	BANCO PAULISTA S.A.	BANCO COMERCIAL PRIVADO NACIONAL
05	BANCO FICRISA AXELRUD S.A.	BANCO COMERCIAL PRIVADO NACIONAL
06	BANCO RENDIMENTO S.A.	BANCO COMERCIAL PRIVADO NACIONAL
07	BANCO POTTENCIAL S.A.	BANCO COMERCIAL PRIVADO NACIONAL
08	BANCO ALFA S.A.	BANCO COMERCIAL PRIVADO NACIONAL
09	BANCO UNO – E BRASIL S.A.	BANCO COMERCIAL PRIVADO NACIONAL COM CONTROLE ESTRANGEIRO
10	BANCO UNION – BRASIL S.A.	BANCO COMERCIAL PRIVADO NACIONAL COM CONTROLE ESTRANGEIRO
11	BANCO KEB DO BRASIL S.A.	BANCO COMERCIAL PRIVADO NACIONAL COM CONTROLE ESTRANGEIRO
12	BANCO DE LA NACION ARGENTINA	BANCO COMERCIAL ESTRANGEIRO – FILIAL NO PAÍS
13	CITIBANK N.A.	BANCO COMERCIAL ESTRANGEIRO – FILIAL NO PAÍS
14	BANKBOSTON, N.A.	BANCO COMERCIAL ESTRANGEIRO – FILIAL NO PAÍS
15	BANCO DE LA PROVINCIA DE BUENOS AIRES	BANCO COMERCIAL ESTRANGEIRO – FILIAL NO PAÍS
16	JPMORGAN CHASE BANK	BANCO COMERCIAL ESTRANGEIRO – FILIAL NO PAÍS
17	ING BANK N.V.	BANCO COMERCIAL ESTRANGEIRO – FILIAL NO PAÍS
18	BANCO DE LA REPUBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY	BANCO COMERCIAL ESTRANGEIRO – FILIAL NO PAÍS
19	DRESDNER BANK LATEINAMERIKA AKTIENGESELLSCHAFT	BANCO COMERCIAL ESTRANGEIRO – FILIAL NO PAÍS
20	BANCO EUROPEU PARA A AMERICA LATINA (BEAL) S.A.	BANCO COMERCIAL ESTRANGEIRO – FILIAL NO PAÍS
21	LLOYDS TSB BANK PLC	BANCO COMERCIAL ESTRANGEIRO – FILIAL NO PAÍS
22	BANCO COOPERATIVO DO BRASIL S.A.	BANCO COMERCIAL COOPERATIVO
23	BANCO COOPERATIVO SICREDI S.A. – BANSICREDI	BANCO MÚLTIPLO COOPERATIVO
24	BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL	BANCO DE DESENVOLVIMENTO FEDERAL
25	BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS S.A.	BANCO DE DESENVOLVIMENTO ESTADUAL
26	BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL	BANCO DE DESENVOLVIMENTO ESTADUAL
27	BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPIRITO SANTO S.A.	BANCO DE DESENVOLVIMENTO ESTADUAL
28	BANCO BEG S.A.	BANCO MÚLTIPLO PRIVADO NACIONAL
29	BANCO BEA S.A.	BANCO MÚLTIPLO PRIVADO NACIONAL
30	BANCO BMC S.A.	BANCO MÚLTIPLO PRIVADO NACIONAL
31	BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S.A.	BANCO MÚLTIPLO PRIVADO NACIONAL
32	BR BANCO MERCANTIL S.A.	BANCO MÚLTIPLO PRIVADO NACIONAL
33	PARANÁ BANCO S.A.	BANCO MÚLTIPLO PRIVADO NACIONAL
34	BANCO BBM S.A.	BANCO MÚLTIPLO PRIVADO NACIONAL
35	BANCO BANEBS S.A.	BANCO MÚLTIPLO PRIVADO NACIONAL
36	BANCO CAPITAL S.A.	BANCO MÚLTIPLO PRIVADO NACIONAL

APÊNDICE C – Relação dos bancos privados em funcionamento no Brasil

(continuação)

N. Ord.	NOME DO BANCO	TIPO DE BANCO
37	BANCO BEMGE S.A.	BANCO MÚLTIPLO PRIVADO NACIONAL
38	BANCO TRIANGULO S.A.	BANCO MÚLTIPLO PRIVADO NACIONAL
39	BANCODECREDITOREALDEMINASGERAISSA.	BANCO MÚLTIPLO PRIVADO NACIONAL
40	BANCO BRJ S.A.	BANCO MÚLTIPLO PRIVADO NACIONAL
41	BANCO MODAL S.A.	BANCO MÚLTIPLO PRIVADO NACIONAL
42	BANCO CLÁSSICO S.A.	BANCO MÚLTIPLO PRIVADO NACIONAL
43	BANCO GUANABARA S.A.	BANCO MÚLTIPLO PRIVADO NACIONAL
44	BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S.A.	BANCO MÚLTIPLO PRIVADO NACIONAL
45	BANCO BVA S.A.	BANCO MÚLTIPLO PRIVADO NACIONAL
46	BANCO RURAL S.A.	BANCO MÚLTIPLO PRIVADO NACIONAL
47	BANCO CÉDULA S.A.	BANCO MÚLTIPLO PRIVADO NACIONAL
48	BANCO BOAVISTA INTERATLÂNTICO S.A.	BANCO MÚLTIPLO PRIVADO NACIONAL
49	BANCO REDE S.A.	BANCO MÚLTIPLO PRIVADO NACIONAL
50	BANCO FATOR S.A.	BANCO MÚLTIPLO PRIVADO NACIONAL
51	BANCO PEBB S.A.	BANCO MÚLTIPLO PRIVADO NACIONAL
52	BANCO OPPORTUNITY S.A.	BANCO MÚLTIPLO PRIVADO NACIONAL
53	BANCO PROSPER S.A.	BANCO MÚLTIPLO PRIVADO NACIONAL
54	BANCO BANERJ S.A.	BANCO MÚLTIPLO PRIVADO NACIONAL
55	BANCO MORADA S.A.	BANCO MÚLTIPLO PRIVADO NACIONAL
56	BANCO SCHAHIN S.A.	BANCO MÚLTIPLO PRIVADO NACIONAL
57	BANCO FINASA S.A.	BANCO MÚLTIPLO PRIVADO NACIONAL
58	BANCO TRICURY S.A.	BANCO MÚLTIPLO PRIVADO NACIONAL
59	BANCO SAFRA S.A.	BANCO MÚLTIPLO PRIVADO NACIONAL
60	BANCO SANTOS S.A.	BANCO MÚLTIPLO PRIVADO NACIONAL
61	BANCO INTERCAP S.A.	BANCO MÚLTIPLO PRIVADO NACIONAL
62	BANCO FIBRA S.A.	BANCO MÚLTIPLO PRIVADO NACIONAL
63	BANCO LUSO-BRASILEIRO S.A.	BANCO MÚLTIPLO PRIVADO NACIONAL
64	BANCO PANAMERICANO S.A.	BANCO MÚLTIPLO PRIVADO NACIONAL
65	BANCO VOTORANTIM S.A.	BANCO MÚLTIPLO PRIVADO NACIONAL
66	BANCO ITAÚ S.A.	BANCO MÚLTIPLO PRIVADO NACIONAL
67	BANCO BRADESCO S.A.	BANCO MÚLTIPLO PRIVADO NACIONAL
68	BANCO PECÚNIA S.A.	BANCO MÚLTIPLO PRIVADO NACIONAL
69	BANCO FRANCÊS E BRASILEIRO S.A.	BANCO MÚLTIPLO PRIVADO NACIONAL
70	BANCO SOFISA S.A.	BANCO MÚLTIPLO PRIVADO NACIONAL
71	BANCO BCN S.A.	BANCO MÚLTIPLO PRIVADO NACIONAL
72	BANCO MERCANTIL DE SAO PAULO S.A.	BANCO MÚLTIPLO PRIVADO NACIONAL
73	BANCO BMG S.A.	BANCO MÚLTIPLO PRIVADO NACIONAL
74	BANCO DIBENS S.A.	BANCO MÚLTIPLO PRIVADO NACIONAL
75	BANCO FICSA S.A.	BANCO MÚLTIPLO PRIVADO NACIONAL
76	BANCO ZOGBI S.A.	BANCO MÚLTIPLO PRIVADO NACIONAL
77	BANCO CRUZEIRO DO SUL S.A.	BANCO MÚLTIPLO PRIVADO NACIONAL
78	BANCO PINE S.A.	BANCO MÚLTIPLO PRIVADO NACIONAL
79	BANCO PORTO SEGURO S.A.	BANCO MÚLTIPLO PRIVADO NACIONAL
80	BANCO DAYCOVAL S.A.	BANCO MÚLTIPLO PRIVADO NACIONAL
81	BANCO BANESTADO S.A.	BANCO MÚLTIPLO PRIVADO NACIONAL
82	BANCO VR S.A.	BANCO MÚLTIPLO PRIVADO NACIONAL
83	BANCO MAXINVEST S.A.	BANCO MÚLTIPLO PRIVADO NACIONAL
84	BANCO MATONE S.A.	BANCO MÚLTIPLO PRIVADO NACIONAL
85	BANCO OURINVEST S.A.	BANCO MÚLTIPLO PRIVADO NACIONAL
86	BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.	BANCO MÚLTIPLO PRIVADO NACIONAL
87	BANCO CACIQUE S.A.	BANCO MÚLTIPLO PRIVADO NACIONAL
88	BANCO A.J. RENNER S.A.	BANCO MÚLTIPLO PRIVADO NACIONAL
89	BANCO CREDIBEL S.A.	BANCO MÚLTIPLO PRIVADO NACIONAL

APÊNDICE C – Relação dos bancos privados em funcionamento no Brasil

(continuação)

N. Ord.	NOME DO BANCO	TIPO DE BANCO
90	BANCO BONSUCESSO S.A.	BANCO MÚLTIPLO PRIVADO NACIONAL
91	BANCO GERDAU S.A.	BANCO MÚLTIPLO PRIVADO NACIONAL
92	BANCO RIBEIRÃO PRETO S.A.	BANCO MÚLTIPLO PRIVADO NACIONAL
93	BANCO BGN S.A.	BANCO MÚLTIPLO PRIVADO NACIONAL
94	BANCO EMBLEMA S.A.	BANCO MÚLTIPLO PRIVADO NACIONAL
95	BANCO J. SAFRA S.A.	BANCO MÚLTIPLO PRIVADO NACIONAL
96	BANCO BNL DO BRASIL S.A.	BANCO MÚLTIPLO NACIONAL COM CONTROLE ESTRANGEIRO
97	BANCO DE PERNAMBUCO S.A.(BANDEPE)	BANCO MÚLTIPLO NACIONAL COM CONTROLE ESTRANGEIRO
98	BANCO GENERAL MOTORS S.A.	BANCO MÚLTIPLO NACIONAL COM CONTROLE ESTRANGEIRO
99	BANCO ABC BRASIL S.A.	BANCO MÚLTIPLO NACIONAL COM CONTROLE ESTRANGEIRO
100	DRESDNER BANK BRASIL S.A. BANCO MÚLTIPLO	BANCO MÚLTIPLO NACIONAL COM CONTROLE ESTRANGEIRO
101	BANCO UBS WARBURG S.A.	BANCO MÚLTIPLO NACIONAL COM CONTROLE ESTRANGEIRO
102	BANCO CREDIT SUISSE FIRST BOSTON S.A.	BANCO MÚLTIPLO NACIONAL COM CONTROLE ESTRANGEIRO
103	BANCO ABN AMRO REAL S.A.	BANCO MÚLTIPLO NACIONAL COM CONTROLE ESTRANGEIRO
104	BANCO CREDIT LYONNAIS BRASIL S.A.	BANCO MÚLTIPLO NACIONAL COM CONTROLE ESTRANGEIRO
105	BANCO J.P. MORGAN S.A.	BANCO MÚLTIPLO NACIONAL COM CONTROLE ESTRANGEIRO
106	BANCO CITIBANK S.A.	BANCO MÚLTIPLO NACIONAL COM CONTROLE ESTRANGEIRO
107	BANCO SANTANDER S.A.	BANCO MÚLTIPLO NACIONAL COM CONTROLE ESTRANGEIRO
108	BANCO LLOYDS TSB S.A.	BANCO MÚLTIPLO NACIONAL COM CONTROLE ESTRANGEIRO
109	BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA BRASIL S.A.	BANCO MÚLTIPLO NACIONAL COM CONTROLE ESTRANGEIRO
110	BANCO BANIF PRIMUS S.A	BANCO MÚLTIPLO NACIONAL COM CONTROLE ESTRANGEIRO
111	BANCO BRASCAN S.A.	BANCO MÚLTIPLO NACIONAL COM CONTROLE ESTRANGEIRO
112	LEMON BANK BANCO MÚLTIPLO S.A.	BANCO MÚLTIPLO NACIONAL COM CONTROLE ESTRANGEIRO
113	BANCO VOLVO (BRASIL) S.A.	BANCO MÚLTIPLO NACIONAL COM CONTROLE ESTRANGEIRO
114	BANCO VOLKSWAGEN S.A.	BANCO MÚLTIPLO NACIONAL COM CONTROLE ESTRANGEIRO
115	BANCO INTER AMERICAN EXPRESS S.A.	BANCO MÚLTIPLO NACIONAL COM CONTROLE ESTRANGEIRO
116	BANCO AGF S.A.	BANCO MÚLTIPLO NACIONAL COM CONTROLE ESTRANGEIRO
117	BANKBOSTON BANCO MÚLTIPLO S.A.	BANCO MÚLTIPLO NACIONAL COM CONTROLE ESTRANGEIRO
118	BANCO AMERICAN EXPRESS S.A.	BANCO MÚLTIPLO NACIONAL COM CONTROLE ESTRANGEIRO
119	BANCO DE TOKYO – MITSUBISHI BRASIL S.A.	BANCO MÚLTIPLO NACIONAL COM CONTROLE ESTRANGEIRO

APÊNDICE C – Relação dos bancos privados em funcionamento no Brasil

(continuação)

N. Ord.	NOME DO BANCO	TIPO DE BANCO
120	BANCO SUMITOMO MITSUI BRASILEIRO S.A.	BANCO MÚLTIPLO NACIONAL COM CONTROLE ESTRANGEIRO
121	BANCO SUDAMERIS BRASIL S.A.	BANCO MÚLTIPLO NACIONAL COM CONTROLE ESTRANGEIRO
122	BANCO BARCLAYS S.A.	BANCO MÚLTIPLO NACIONAL COM CONTROLE ESTRANGEIRO
123	BANCO COMERCIAL E DE INVESTIMENTO SUDAMERIS S.A.	BANCO MÚLTIPLO NACIONAL COM CONTROLE ESTRANGEIRO
124	BANCO DO ESTADO DE SAO PAULO S.A. (BANESPA)	BANCO MÚLTIPLO NACIONAL COM CONTROLE ESTRANGEIRO
125	BANCO SANTANDER BRASIL S.A.	BANCO MÚLTIPLO NACIONAL COM CONTROLE ESTRANGEIRO
126	BANCO SOCIETE GENERALE BRASIL S.A.	BANCO MÚLTIPLO NACIONAL COM CONTROLE ESTRANGEIRO
127	BANCO MERRILL LYNCH S.A.	BANCO MÚLTIPLO NACIONAL COM CONTROLE ESTRANGEIRO
128	BANCO FIAT S.A.	BANCO MÚLTIPLO NACIONAL COM CONTROLE ESTRANGEIRO
129	DEUTSCHE BANK S.A.BANCO ALEMAO	BANCO MÚLTIPLO NACIONAL COM CONTROLE ESTRANGEIRO
130	BANCO GE CAPITAL S.A.	BANCO MÚLTIPLO NACIONAL COM CONTROLE ESTRANGEIRO
131	BANCO SANTANDER MERIDIONAL S.A.	BANCO MÚLTIPLO NACIONAL COM CONTROLE ESTRANGEIRO
132	BANCO FORD S.A.	BANCO MÚLTIPLO NACIONAL COM CONTROLE ESTRANGEIRO
133	BANCO JOHN DEERE S.A.	BANCO MÚLTIPLO NACIONAL COM CONTROLE ESTRANGEIRO
134	BANK OF AMERICA - BRASIL S.A. (BANCO MÚLTIPLO)	BANCO MÚLTIPLO NACIONAL COM CONTROLE ESTRANGEIRO
135	BANCO RABOBANK INTERNATIONAL BRASIL S.A.	BANCO MÚLTIPLO NACIONAL COM CONTROLE ESTRANGEIRO
136	BANCO BNP PARIBAS BRASIL S.A.	BANCO MÚLTIPLO NACIONAL COM CONTROLE ESTRANGEIRO
137	HSBC BANK BRASIL S.A. – BANCO MÚLTIPLO	BANCO MÚLTIPLO NACIONAL COM CONTROLE ESTRANGEIRO
138	BANCO COMERCIAL URUGUAI S.A.	BANCO MÚLTIPLO NACIONAL COM CONTROLE ESTRANGEIRO
139	BANCO MORGAN STANLEY DEAN WITTER S.A.	BANCO MÚLTIPLO NACIONAL COM CONTROLE ESTRANGEIRO
140	BANCO DAIMLERCHRYSLER S.A.	BANCO MÚLTIPLO NACIONAL COM CONTROLE ESTRANGEIRO
141	BANCO CNH CAPITAL S.A.	BANCO MÚLTIPLO NACIONAL COM CONTROLE ESTRANGEIRO
142	BANCO TOYOTA DO BRASIL S.A.	BANCO MÚLTIPLO NACIONAL COM CONTROLE ESTRANGEIRO
143	BANCO PSA FINANCE BRASIL S.A.	BANCO MÚLTIPLO NACIONAL COM CONTROLE ESTRANGEIRO
144	BANCO CARGILL S.A.	BANCO MÚLTIPLO NACIONAL COM CONTROLE ESTRANGEIRO
145	BANCO HONDA S.A.	BANCO MÚLTIPLO NACIONAL COM CONTROLE ESTRANGEIRO
146	BANCO ABB S.A.	BANCO MÚLTIPLO NACIONAL COM CONTROLE ESTRANGEIRO

APÊNDICE C – Relação dos bancos privados em funcionamento no Brasil

(continuação)

N. Ord.	NOME DO BANCO	TIPO DE BANCO
147	IBIBANK S.A. – BANCO MÚLTIPLO	BANCO MÚLTIPLO NACIONAL COM CONTROLE ESTRANGEIRO
148	GOLDMAN SACHS DO BRASIL BANCO MÚLTIPLO S.A.	BANCO MÚLTIPLO NACIONAL COM CONTROLE ESTRANGEIRO
149	BANCO DE LAGE LANDEN FINANCIAL SERVICES BRASIL S.A.	BANCO MÚLTIPLO NACIONAL COM CONTROLE ESTRANGEIRO
150	BANCO PACTUAL S.A.	BANCO MÚLTIPLO NACIONAL COM PARTICIPAÇÃO ESTRANGEIRA
151	BANCO BBA-CREDITANSTALT S.A.	BANCO MÚLTIPLO NACIONAL COM PARTICIPAÇÃO ESTRANGEIRA
152	BANCO FININVEST S.A.	BANCO MÚLTIPLO NACIONAL COM PARTICIPAÇÃO ESTRANGEIRA
153	BANCO CREDIBANCO S.A.	BANCO MÚLTIPLO NACIONAL COM PARTICIPAÇÃO ESTRANGEIRA
154	UNIBANCO – UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A.	BANCO MÚLTIPLO NACIONAL COM PARTICIPAÇÃO ESTRANGEIRA
155	BANCO STERLING S.A.	BANCO MÚLTIPLO NACIONAL COM PARTICIPAÇÃO ESTRANGEIRA
156	BANCO BANDEIRANTES S.A.	BANCO MÚLTIPLO NACIONAL COM PARTICIPAÇÃO ESTRANGEIRA
157	BANCO INVESTCRED UNIBANCO S.A.	BANCO MÚLTIPLO NACIONAL COM PARTICIPAÇÃO ESTRANGEIRA
158	BANCO SUL AMERICA S.A.	BANCO MÚLTIPLO NACIONAL COM PARTICIPAÇÃO ESTRANGEIRA
159	BANCO1.NET S.A.	BANCO MÚLTIPLO NACIONAL COM PARTICIPAÇÃO ESTRANGEIRA
160	BANCO OK DE INVESTIMENTOS S.A.	BANCO DE INVESTIMENTO
161	BANCO DE INVESTIMENTO TENDÊNCIA S.A.	BANCO DE INVESTIMENTO
162	BANCO ROYAL DE INVESTIMENTO S.A.	BANCO DE INVESTIMENTO
163	BB-BANCO DE INVESTIMENTO S.A.	BANCO DE INVESTIMENTO
164	BANCO BOREAL DE INVESTIMENTO S.A.	BANCO DE INVESTIMENTO
165	ITAU BANCO DE INVESTIMENTO S.A.	BANCO DE INVESTIMENTO
166	BANCO RURAL DE INVESTIMENTOS S.A.	BANCO DE INVESTIMENTO
167	HSBC INVESTMENT BANK BRASIL S.A. – BANCO DE INVESTIMENTO	BANCO DE INVESTIMENTO
168	BANCO INDUSCRED DE INVESTIMENTO S.A.	BANCO DE INVESTIMENTO
169	BANCO DE INVESTIMENTOS CREDIT SUISSE FIRST BOSTON S.A.	BANCO DE INVESTIMENTO
170	BES INVESTIMENTO DO BRASIL S.A. - BANCO DE INVESTIMENTO	BANCO DE INVESTIMENTO
171	BANCO EQUITY DE INVESTIMENTO S.A.	BANCO DE INVESTIMENTO
172	BANCO SUDAMERIS DE INVESTIMENTO S.A.	BANCO DE INVESTIMENTO
173	UNIBANCO ASSET MANAGEMENT BANCO INVESTIMENTO S.A.	BANCO DE INVESTIMENTO
174	BANCO FINASA DE INVESTIMENTO S.A.	BANCO DE INVESTIMENTO
175	BANCO ALFA DE INVESTIMENTO S.A.	BANCO DE INVESTIMENTO
176	ITAUVEST BANCO DE INVESTIMENTO S.A.	BANCO DE INVESTIMENTO
177	BANCO MERCANTIL DE INVESTIMENTOS S.A.	BANCO DE INVESTIMENTO
178	BBV GESTAO DE RECURSOS - BANCO DE INVESTIMENTO S.A.	BANCO DE INVESTIMENTO
179	BANCO PORTO REAL DE INVESTIMENTO S.A.	BANCO DE INVESTIMENTO
180	BANCO CR2 DE INVESTIMENTOS S.A.	BANCO DE INVESTIMENTO

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN)

Posição de: 1º de novembro de 2002.

ANEXO – DVA dos bancos divulgada pela FEBRABAN

	DVA – FEBRABAN					
	2000	%	1999	%	1998	%
	EM RS MILHÕES					
1. Apuração do Valor Adicionado						
-Resultado bruto da intermediação financeira	34.910		33.247		24.775	
-Outras receitas/despesas	-2.608		-1.950		495	
-Bens e serviços adquiridos de terceiros	9.642		8.768		6.267	
Valor Adicionado	41.944		40.065		31.537	
-Resultado participação coligadas/controladas	6.740		10.713		5.724	
Valor Adicionado Bruto	48.684		50.778		37.261	
2. Distribuição do Valor Adicionado						
- Recursos Humanos	25.797	52,99	24.107	47,48	23.703	63,61
Salários e honorários	15.478	31,79	14.464	28,48	14.403	38,65
Encargos Sociais	7.739	15,90	7.232	14,24	6.797	18,24
Benefícios	2.580	5,30	2.411	4,75	2.503	6,72
- Governo	11.730	24,09	10.798	21,27	5.763	15,47
Despesas tributárias	3.572	7,34	3.629	7,15	1.657	4,45
Imposto de Renda e Contribuição Social	987	2,03	467	0,92	102	0,27
INSS sobre salários	7.171	14,73	6.702	13,20	4.004	10,75
- Dividendos aos Acionistas	1.179	2,42	1.955	3,85	799	2,14
- Retenções	9.978	20,50	13.918	27,41	6.996	18,78
Depreciação e amortização	3.297	6,77	2.837	5,59	2.470	6,63
Lucro retido	6.681	13,72	11.081	21,82	4.526	12,15
Valor Adicionado Bruto	48.684	100,00	50.778	100,00	37.261	100,00